



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL
PPGEXR**

RIVANEIDE LIGIA ALMEIDA MATIAS

**EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NO SERTÃO DO PAJEÚ:
aprendizados e desafios do Centro Sabiá na execução da Chamada
Pública de ATER Agroecologia**

JUAZEIRO – BA

2021

RIVANEIDE LIGIA ALMEIDA MATIAS

**EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NO SERTÃO DO PAJEÚ:
aprendizados e desafios do Centro Sabiá na execução da Chamada
Pública de ATER Agroecologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) – Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Campus Juazeiro-BA / Espaço Plural, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Área de concentração: Extensão Rural e Desenvolvimento

Linha de pesquisa II: Processos de Inovação Sócio Tecnológicas e Ação Extensionista

Orientador: Prof. Helder Ribeiro Freitas

Coorientador: Prof. Daniel Mariano Leite

JUAZEIRO – BA

2021

M433e Matias, Rivaneide Ligia Almeida
Extensão Rural Agroecológica no Sertão do Pajeú: aprendizados e desafios do Centro Sabiá na execução da Chamada Pública de ATER Agroecologia / Rivaneide Ligia Almeida Matias. – Juazeiro - BA, 2021.
xiv, 130 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Espaço Plural, Juazeiro-BA, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas.

Inclui referências.

1. Extensão rural. 2. Agroecologia. I. Título. II. Freitas, Helder Ribeiro. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 630.71

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB - 5 / 1369.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rivaneide Ligia Almeida Matias

“Extensão Rural Agroecológica no Sertão do Pajeú: Aprendizados e Desafios do Centro Sabiá na Execução da Chamada Pública ATER Agroecologia.”

Aprovada em: 20 de dezembro de 2021.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, nível Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa: Processos de Inovação Sócio Tecnológicas e Ação Extensionista, como requisito da obtenção do título de Mestre em Extensão Rural.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Helder Ribeiro Freitas - UNIVASF



Prof.^a Dra. Alineaura Florentino Silva – UNIVASF



Prof.^a Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade - UFAPE

RESUMO

A dissertação, aqui apresentada, teve como objeto de análise a execução da Chamada Pública de ATER Agroecologia, no território Sertão do Pajeú, no período de 2014 a 2017, pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Assim, o objetivo do trabalho foi compreender as estratégias metodológicas, utilizadas pelo Centro Sabiá, para o desenvolvimento da Chamada de ATER Agroecologia, no Sertão do Pajeú, Pernambuco, na promoção da transição agroecológica, nesse território, a partir da operacionalização da referida chamada. Para tanto foi realizada uma pesquisa documental, de natureza quali-quantitativa, utilizando como principais fontes de informação documentos públicos e institucionais, elaborados pela organização executora da proposta, durante a realização do projeto. Como suporte da pesquisa, foram organizados levantamentos bibliográficos, para fundamentação teórica. A partir desse percurso metodológico foram traçados, de forma sistemática, os caminhos pedagógicos seguidos para lograr o trabalho de educação junto às famílias beneficiárias. Também foram identificados os aprendizados e desafios, potenciais subsídios de diálogos, para organizações e movimentos sociais, na participação em espaços de decisão política do Semiárido, para a construção de territórios agroecológicos. Como produtos da pesquisa, foram elaborados um artigo para publicação, contendo síntese do estudo e um texto em formato de Cordel, trazendo uma narrativa e reflexão sobre a metodologia, estratégias e resultados da execução da chamada, como instrumento pedagógico a ser utilizado por educadores/extensionistas rurais, para auxiliar nos debates e construção do conhecimento sob a ótica de uma ATER Agroecológica, no contexto do Semiárido brasileiro.

Palavras-chave: Metodologia. Caminhos Pedagógicos. Semiárido. Território.

ABSTRACT

The dissertation presented here had as its object of analysis the execution of the Public Call for ATER Agroecology, in the Sertão do Pajeú territory, from 2014 to 2017, by the Sabiá Agroecological Development Center. Thus, the objective of the work was to understand the methodological strategies used by Centro Sabiá for the development of the Call for ATER Agroecology, in Sertão do Pajeú, Pernambuco, in promoting the agroecological transition in that territory, from the operationalization of the referred call. For this purpose, a documental research was carried out, of a quali-quantitative nature, using public and institutional documents as the main sources of information, prepared by the organization executing the proposal, during the project. As support for the research, bibliographic surveys were organized for theoretical foundation. From this methodological path, the pedagogical paths followed to achieve the educational work with the beneficiary families were systematically traced. Learnings and challenges were also identified, potential subsidies for dialogues, for organizations and social movements, in the participation in political decision-making spaces in the Semiarid region, for the construction of agroecological territories. As products of the research, an article was prepared for publication, containing a synthesis of the study and a text in Cordel format, bringing a narrative and reflection on the methodology, strategies and results of the execution of the call, as a pedagogical tool to be used by educators/ rural extensionists, to assist in the debates and construction of knowledge from the perspective of an Agroecological ATER, in the context of the Brazilian Semiarid Region.

Keywords: Methodology. Pedagogical Paths. Semiarid. Territory.

À Vanete Almeida (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

As palavras não são o meu ponto forte, mas vou tentar aqui agradecer a pessoas e instituições, decisivas para a conclusão dessa longa, porém prazerosa, caminhada.

Às agricultoras do Sertão do Pajeú, pela generosidade, paciência e sabedoria na relação com a Caatinga, com a chuva e a semente. Foi com elas que aprendi a amar esse lugar de vida, poesia e conhecimento ancestral.

À Shana Sieber, que no apagar das luzes para inscrição no mestrado, não deixou que eu desistisse e, pouco antes da meia noite, estávamos lá concluindo o procedimento pela internet. Ela é dessas: com emoção!

Celinha estava junto nessa correria, concorrendo também ao mestrado. Passamos juntas na seleção e, juntas, vivenciamos todas as alegrias e angústias desse período de tanta aprendizagem.

Às meninas, amigas, irmãs que ganhei do Universo: Andréa Pessoa, Cleone (Bebé), Leidimar, Nida e tia Dinha; e coloco nesse bloco minhas primas irmãs Liginha e Adenilda. Elas foram, e são, meu refúgio, meu porto seguro, onde busco e encontro aconchego e suporte para enfrentar os desafios da vida.

Muita gratidão à minha querida amiga, Avani Torres, pelas dicas, orientações de como aproveitar melhor o Word e por ficar me enviando mensagens perguntando “já escreveu um pouquinho hoje?”: assim organizei melhor meu tempo.

À turma R3, por toda solidariedade e afetos; às R4 e R5, pelo acolhimento e apoio, nesses tempos de pandemia.

Agradeço à banca de qualificação, a professora Alineaurea Florentino Silva e o professor Braz José do Nascimento Júnior, pelas valiosíssimas contribuições na construção desse trabalho.

Ao Centro Sabiá, pela oportunidade de fazer aquilo que amo: interagir e contribuir para a convivência com o Semiárido, nesse Sertão, onde escolhi viver. Gratidão pelo apoio nessa empreitada de fazer um mestrado, paralelo ao exercício da profissão e pelo suporte para fazer essa pesquisa.

Ao mestre Helder Ribeiro Freitas, pelos ensinamentos, companheirismo, paciência e, principalmente, por não ter me deixado abandonar esse sonho. Se não fosse por ele teria ficado no meio do caminho.

A Daniel Mariano Leite, meu coorientador, pela sua capacidade e disposição de acolhimento no decorrer dessa pesquisa.

Ao Sertão Agroecológico - UNIVASF/CNPq, pelos diálogos e pelo apoio às ações de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia, fortalecendo e visibilizando esse debate na academia.

A Lucas Ricardo Sousa Almeida, pela construção dos mapas, ilustrando o território Sertão do Pajeú.

À Mariane Alves, Cleiton Vieira e Rosely Camilla, pela construção da arte do Cordel, com traços leves, significativos e carregados de identidade “pajeuzeira”.

A lista é muito maior! Peço desculpas se esqueci de alguém, mas a memória já não é mais essas coisas. A gratidão acompanha essa caminhada, cheia de muito afeto a cada uma e cada um que, de um jeito ou de outro, estiveram ao meu lado para concluir a jornada.

GRATIDÃO!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Relação de documentos analisados.....	42
Quadro 2 - Atividades previamente estabelecidas pela Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013.....	58
Quadro 3 - Síntese dos princípios institucionais do Centro Sabiá.....	62
Quadro 4 - FOFA realizada durante Diagnóstico comunitário, no assentamento Cachoeira dos Guilherme, município de Sertânia.....	91
Quadro 5 - Sugestões e propostas de agricultores/as participantes do Seminário Final de Avaliação – caminhos para a sustentabilidade no campo.....	103
Figura 1 - Critérios para delimitação do Semiárido atualizados em 2017 por meio da Resolução 107 do Conselho Deliberativo da SUDENE.....	46
Figura 2 - Mapa com os 20 municípios de atuação da Chamada de ATER Agroecológica – Sertão do Pajeú.....	50
Figura 3 - Construção do Planejamento Inicial no município de Flores, utilizando tarjetas para registro dos encaminhamentos.....	78
Figura 4 - Oficina de enxertia: assentamento Chico Pereira, Carnáiba – PE.....	84
Figura 5 - Oficina para construção de viveiro de mudas: comunidade Gameleira, Itapetim – PE.....	84
Figura 6 - “Mapa Falado” da comunidade Barreiros, município de Sertânia, como ferramenta do diagnóstico comunitário, realizado em outubro de 2014.....	89
Figura 7 - “Mapa Falado” da comunidade Salgada, município de Calumbi, como ferramenta do diagnóstico comunitário, realizado em outubro de 2014.....	89
Figura 8 - Construção da Linha do Tempo das atividades realizadas entre 2014 e 2016, durante Avaliação e Atualização do Planejamento Inicial, em setembro de 2016.....	93
Figura 9 - . Linha do tempo da comunidade Gameleira, construída durante o diagnóstico comunitário, em outubro de 2014.....	93
Figura 10 - Representação do Rio da Vida, a ser preenchido pelas mulheres do grupo focal, na atividade realizada em outubro de 2017.....	100
Figura 11 - Representação do Rio da Vida, preenchido pelas mulheres do grupo focal, na atividade realizada em outubro de 2017.....	100

Figura 12 - Depoimento de agricultora da comunidade Gameleira, município de Itapetim, reproduzido em banner.....	101
Figura 13 - Depoimento de agricultora da comunidade Gameleira, município de Itapetim.	101
Figura 14 - Mandala de tecido, com resultados do debate dos subgrupos sobre os impactos da ATER no Sertão do Pajeú.....	102
Tabela 1 - Dados demográficos Sertão do Pajeú	51
Gráfico 1 - Quantidade de mulheres e homens cadastrados como representantes das famílias para assessoria via ATER Agroecologia – Total = 1.300.	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO – Associação de Agricultura Orgânica

AAP – Aprendizagem e Ação Participativa

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ABIO – Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACAR (MG) – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

ACARESC (SC) - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

ADESSU – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Serra da baixa Verde

AIA – Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social

ANCAR (NE) – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro

ASCAR (RS) – Associação de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Sul

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATP – assessoria Técnica Pedagógica

BDE – Base de Dados do Estado de Pernambuco

CECOR – Centro de Educação Comunitária Rural

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CTJMA – Comissão Territorial de Jovens Multiplicadores da Agroecologia

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Planejamento, Monitoramento e Avaliação

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PTA – Projeto de Tecnologias Alternativas

RD – Região de Desenvolvimento

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SAF – Secretária da Agricultura Familiar

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFP – Unidade Familiar de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – ARGUMENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	23
1.2 AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA E SEUS FUNDAMENTOS NA ATER AGROECOLÓGICA E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	34
CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	40
2.1 PRODUTO FINAL	43
2.2 O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA – SERTÃO DO PAJEÚ - PERNAMBUCO, SEMIÁRIDO BRASILEIRO	44
2.2.1 O Semiárido Brasileiro.....	44
2.2.2 O Sertão do Pajeú.....	49
CAPÍTULO 3 – CAMINHOS PERCORRIDOS PELO CENTRO SABIÁ E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA E DO PROJETO ATER AGROECOLOGIA NO PAJEÚ	54
3.1 CENTRO SABIÁ – CONTEXTO HISTÓRICO INSTITUCIONAL NO SERTÃO DO PAJEÚ.....	54
3.2 PREPARANDO O CAMINHO DA EXECUÇÃO.....	57
3.3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DO CENTRO SABIÁ NA EXECUÇÃO DA ATER AGROECOLÓGICA NO SERTÃO DO PAJEÚ.....	59
3.4 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS INSTITUCIONAIS DO CENTRO SABIÁ	60
3.5 PEDAGOGIA INSTITUCIONAL.....	64
CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA NO SERTÃO DO PAJEÚ	68
4.1 REUNIÕES DE ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS	68
4.2 MOBILIZAÇÃO E SELEÇÃO DE FAMÍLIAS	69
4.3 REUNIÕES INICIAIS COM AS FAMÍLIAS SELECIONADAS.....	71
4.4 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO (UFP).....	72
4.5 ATUALIZAÇÃO DA CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UFP).....	74
4.6 DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES	75
4.7 PLANEJAMENTO INICIAL	77
4.8 ATIVIDADES PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	79
4.8.1 Visitas técnicas aos agroecossistemas	82
4.8.2 Intercâmbios sobre experiências agroecológicas.....	83
4.8.3 Oficinas	84
4.8.4 Escola Feminista.....	84
4.9 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO PELA EQUIPE TÉCNICA	85
CAPÍTULO 5 – FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA NO PAJEÚ	88
5.1 “MAPA FALADO DAS COMUNIDADES”	88
5.2 A FOFA – FORTALEZAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS	90

5.3 DINÂMICA DO SOL E DA LUA	91
5.4 LINHA DO TEMPO.....	92
5.5 CINEMA NAS COMUNIDADES	94
5.6 TEATRO DE RUA	95
CAPÍTULO 6 – AVALIAÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA NO SERTÃO DO PAJEÚ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS E OPERACIONAIS.....	98
6.1 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXOS	117
ANEXO 1 – ROTEIRO PARA CARACTERIZAÇÃO DAS UFPs.....	118
ANEXO 2 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DE ARTIGO À REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (E-MAIL).....	128
ANEXO 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO	129

INTRODUÇÃO

A narrativa da pesquisa aqui apresentada originou-se da motivação pessoal da pesquisadora, na execução de ações do Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Agroecologia junto a famílias agricultoras, no contexto de sua atuação como profissional extensionista no território Sertão do Pajeú, na região semiárida do estado de Pernambuco. Assim, a pesquisa teve como objeto de estudo a metodologia utilizada para execução do projeto, referente à Chamada de ATER Agroecologia, pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) no Sertão do Pajeú, Pernambuco, no período de abril de 2014 a dezembro de 2017, através do Projeto “Caminhos para a Sustentabilidade no Semiárido”

O objeto da referida chamada foi a “Seleção de entidades para prestação de serviços de ATER, destinada a famílias de agricultores/as, visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO” (BRASIL, 2013).

O tema da pesquisa surgiu de reflexões inspiradas nos debates institucionais no dia a dia de trabalho; das conversas e depoimentos sobre a relevância do projeto com agricultores e agricultoras, tanto em momentos da ação em campo quanto nas atividades de planejamento e avaliação coletivas.

Inspira-se também nos diálogos com organizações não governamentais e dos movimentos populares, quanto aos impactos, aprendizados e desafios oportunizados pela execução da ATER Agroecologia, nesse território, e sua influência em espaços políticos de articulação e participação popular, em debates e reflexões junto a espaços acadêmicos atuantes no Sertão do Pajeú, envolvidos em ações de estudos, pesquisas e práticas agroecológicas.

O processo que envolve as atividades práticas, em um projeto dessa natureza, é intenso e exige uma dinâmica de muita presença em campo, junto às famílias assessoradas e suas comunidades. Isso limita uma sistematização mais apurada e detalhada que permita trazer análises mais aprofundadas do significado e dos impactos gerados, tanto para essas famílias quanto para o contexto territorial nas

dimensões sociais, políticas e ambientais. Todos esses elementos foram motivadores e mobilizadores para a realização dessa pesquisa.

A amplitude do projeto a ser estudado é relevante, nas dimensões geográficas e sociais. No âmbito do projeto de ATER Agroecologia foram assessoradas 1.300 famílias agricultoras, distribuídas em 65 comunidades de 20 municípios do Sertão pernambucano, cujo acompanhamento técnico foi realizado por 13 técnicas e técnicos de distintas áreas do conhecimento: ciências agrárias, sociais e humanas.

A ATER Agroecológica foi experimentada no Brasil, como política pública, a partir de 2004 com a Nova ATER e possibilitou vários processos de formação e aprendizados institucionais, na superação da abordagem difusionista na extensão rural. Entretanto, apesar desta orientação, mesmo havendo recuos e permanências de citação da orientação prioritária para as agriculturas de base ecológica na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída através da Lei 12.188 em 2010, essa foi uma orientação que deixou muito a desejar, na sua implementação, dadas as condicionantes da ação extensionista no Brasil.

A Chamada de ATER Agroecologia, lançada em 2013, foi a primeira iniciativa do Governo Federal com formato especificamente voltado para uma ação no campo da Agroecologia, como resultado de uma antiga reivindicação dos movimentos sociais. Foi, portanto, um projeto pioneiro, onde a experimentação com esse formato desencadeou um processo de aprendizado para as organizações executoras, assim como para seus pares, ou seja, organizações parceiras também atuantes nesse território.

A pesquisa intencionou fazer uma leitura de como se deu esse processo, a partir dos registros realizados ao longo da execução da referida Chamada, trazendo um recorte do Lote 33, realizado no território Sertão do Pajeú, Semiárido pernambucano. Assim, buscou-se verificar a pertinência dessa proposta, do ponto de vista dos resultados e aprendizados institucionais alcançados, mesmo considerando um curto período de tempo para consolidação de métodos, ferramentas e estratégias. Esta investigação procurou dar resposta à seguinte questão de pesquisa: Como tem sido operacionalizada a ATER orientada pela Agroecologia, considerando a proposta operacional e metodológica da chamada e as práticas extensionistas, ferramentas pedagógicas e arcabouço institucionais das organizações executoras?

Para tanto, o objetivo geral é compreender e analisar as estratégias metodológicas utilizadas pelo Centro Sabiá para o desenvolvimento da Chamada de

ATER Agroecologia, no Sertão do Pajeú, Pernambuco. Para alcançar esse objetivo, passaremos pelos seguintes objetivos específicos: a) reconstituir o percurso histórico metodológico do projeto ATER Agroecologia executado; b) identificar os métodos e práticas extensionistas utilizados na execução da Chamada e sua coerência com a proposta agroecológica; c) analisar os instrumentos utilizados nos processos formativos realizados, durante a execução do projeto, junto às famílias agricultoras e suas organizações; d) analisar os processos, as dificuldades, as potencialidades e limites na execução do projeto; e) elaborar um Cordel, como instrumento pedagógico que expresse a sistematização resultante da pesquisa.

Para isso, organizou-se uma pesquisa em dois eixos, sendo um de fundamentação teórica e uma investigação bibliográfica e documental a respeito da execução do projeto de ATER Agroecologia - Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº 12/2013, para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista para Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste - Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013 (BRASIL, 2013). A referida chamada, foi executada pelo Centro Sabiá no Território do Sertão do Pajeú, Semiárido do estado de Pernambuco, no período de 2014 a 2017.

Logo, o trabalho aqui apresentado dispõe de Introdução, seis capítulos, e as considerações finais. No Capítulo 1, Argumentação e Fundamentação Teórica, trazemos argumentos para a realização da pesquisa, a “Constituição Histórico e Conceitual da Extensão Rural no Brasil” e “Fundamentos Conceituais e Metodológicos da ATER Agroecológica”, com o recorte teórico constituindo a base para a pesquisa, envolvendo a atuação do Centro Sabiá na referida chamada de ATER no Sertão de Pernambuco, a partir de uma abordagem quali-quantitativa.

O Capítulo 2 versa sobre a “Trajetória Metodológica da Pesquisa”, discorrendo sobre a metodologia utilizada, para lograr o trabalho proposto, a descrição do “Produto Final”, constituído por um Cordel com poesia sobre a execução da Chamada de ATER Agroecologia e, encerrando o capítulo, a descrição do “*Locus* da Pesquisa”, com uma descrição de características do Semiárido brasileiro e um recorte do Sertão do Pajeú.

No Capítulo 3, “Caminhos Percorridos pelo Centro Sabiá e a Construção do Projeto ATER Agroecologia no Pajeú”, veremos qual foi a trajetória da instituição para estruturar a proposta da execução da ATER Agroecologia, um “Contexto Histórico Institucional” do Centro Sabiá, “Os Caminhos da Execução” e “Caminhos

Metodológicos” para tal, finalizando com “Princípios Metodológicos Institucionais do Centro Sabiá” e sua “Pedagogia”.

O Capítulo 4 é dedicado às “Atividades Desenvolvidas na Execução da ATER Agroecologia no Sertão do Pajeú”, descrevendo cada uma delas, realizadas dentro de uma lógica sequencial de aplicação de metodologias participativas.

Já no Capítulo 5, são descritas as principais “Ferramentas Participativas Utilizadas na Operacionalização da ATER Agroecologia no Pajeú”, aqui trazidas separadamente por questões didáticas, porém, foram instrumentos utilizados ao longo das atividades componentes da operacionalização em campo.

Por fim, no Capítulo 6, trazemos uma “Avaliação da ATER Agroecologia no Sertão do Pajeú: desafios e possibilidades metodológicas e operacionais”, aqui inserida, por considerarmos sua relevância para a análise proposta, só havendo sentido se fosse ao final das narrativas da dissertação, por trazer uma avaliação que revela resultados da referida Chamada, com inferências aos “desafios e possibilidades na execução da ATER Agroecologia”.

Por fim, tem-se as “Considerações Finais”, destacando os principais achados e ensinamentos da pesquisa, na qual encerra-se a narrativa da presente dissertação.

CAPÍTULO 1 – ARGUMENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), no Brasil, é de grande relevância para o desenvolvimento do campo. No Semiárido brasileiro esse serviço, apesar de ter destacado papel na promoção de ações potencializadoras para a sustentabilidade da agricultura familiar, sofre com a precariedade tanto referente a lacunas temporais, não permitindo continuidade de projetos de assessoria técnica, quanto pelo escasso investimento orçamentário do Estado destinado às populações rurais.

Experiências de organizações da sociedade civil, na perspectiva da convivência com o Semiárido, têm demonstrado impactos positivos junto aos povos dessa região, especialmente as iniciativas orientadas pela Agroecologia, em suas diferentes dimensões e princípios, envolvendo as práticas socioprodutivas e tecnologias sociais que potencializem as ações para essa convivência.

A prática histórica da Extensão Rural, desde longa data, esteve baseada na teoria da difusão de inovações tecnológicas, no denominado “difusionismo”, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação para a transferência de tecnologia, adotando como meta a modernização conservadora da agricultura. Nesse processo, os agricultores eram entendidos apenas enquanto depositários de conhecimentos e de pacotes tecnológicos, gerados pela pesquisa, comumente inadequados para as condições específicas de suas práticas produtivas e dos manejos já adotados nos seus agroecossistemas¹ (CAPORAL e RAMOS, 2006, p. 3).

A ATER, na perspectiva agroecológica, enquanto serviço público no Semiárido, é uma reivindicação dos movimentos sociais do campo, em contraponto ao “difusionismo”, que reverberou mais fortemente do final do século XX para início do XXI, com avanços da Política Nacional de ATER (PNATER), porém ainda com desafios do ponto de vista da execução desse serviço, entre eles o descompasso entre as exigências formais e as propostas metodológico pedagógicas, desenvolvidas pelas organizações sociais atuantes nos territórios do Semiárido brasileiro.

Dessa forma, o estudo de uma experiência de ATER Agroecológica, nesse contexto, possibilita a análise e reflexão sobre elementos apontadores para ajustes nas ações, reafirmação dos acertos e indicação de caminhos possíveis de serem

¹ Ao longo desta dissertação, o termo “agroecossistema”, será compreendido como o espaço rural de vida e produção agrícola e pecuário, com gestão realizada por agricultores e agricultoras familiares (Nota da autora).

seguidos na qualificação para esta perspectiva de ATER. Além disso, esta análise também pode colaborar com a consolidação de propostas voltadas para a promoção da convivência com o Semiárido.

Outro ponto a ser considerado está relacionado aos retrocessos da PNATER², no ano de 2010, quando é instituída, através da Lei Federal nº 12.188/2010 que, com arraigados questionamentos feitos por Caporal (2011), excluiu do seu texto a referência à Agroecologia como princípio científico orientador das ações de ATER. Ilustrando essa afirmativa, ele destaca que das primeiras 148 Chamadas de projetos de ATER, após a nova Lei, apenas 28 apresentavam a transição agroecológica entre suas linhas de ação (DINIZ; LIMA; ALMEIDA, 2011, apud CAPORAL, 2011).

Ainda apontando evidências de retrocessos, o número de Editais de Chamadas Públicas de ATER, em linhas gerais, teve uma variação muito grande; como exemplo, em 2013 foram lançadas 15 chamadas e em 2014 foram 16 chamadas, porém, em 2015, esse quantitativo caiu para apenas três, sendo que a última delas foi cancelada. Há ainda a queda expressiva de recursos orçamentários para a ATER: de R\$ 112 milhões destinados à ATER - Reforma Agrária em 2016 foi reduzido para R\$ 12 milhões em 2017 e de R\$ 88 milhões para ATER – Agricultura Familiar para apenas R\$ 2,4 milhões (TCU, 2017).

A abrangência da extensão rural agroecológica, implica em uma articulação entre diferentes dimensões e áreas da ciência e do saber. Está relacionada com a saúde quando, por exemplo, promove ações para redução do uso de agrotóxicos e para produção de alimentos saudáveis; se conecta com a dimensão ambiental ao inserir o debate de práticas de conservação de solo e da biodiversidade nos agroecossistemas; pode trazer a dimensão do acesso e criação de mercados, através da participação em feiras específicas ou outros canais e processos de comercialização pensados a partir da ação extensionista; se relaciona com os aspectos organizativos ao pautar a participação em espaços, como associações e sindicatos, estratégicos para o acesso às políticas públicas. Ou seja, a extensão se

² A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) tem sua primeira versão já no ano de 2004, se alicerçando na relação entre Agricultura familiar, Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável, direcionou os serviços de Assistência técnica e Extensão rural (ATER) em uma perspectiva de apoio às comunidades rurais para a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural, particularizando as unidades de produção da agricultura familiar (LIMA, 2017, p. 3).

relaciona com diversas esferas científicas determinando, dessa maneira, um caráter sistêmico e holístico para a sua prática.

Para Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a Agroecologia vê e estuda a realidade integrando e articulando conhecimentos de diferentes ciências com o saber popular, ao contrário das ciências convencionais marcadas pelo isolacionismo e pela compartimentação típica do paradigma cartesiano. A Agroecologia admite compreender a fazer uma análise e crítica do modelo atual de desenvolvimento e da agricultura industrial, contrapondo essas dimensões através do desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, a partir de uma abordagem transdisciplinar e holística.

Para a agricultura familiar do Semiárido nordestino, a ATER é considerada como um serviço estratégico, ponderando sua representatividade, onde esse segmento ocupa 79% dos estabelecimentos agropecuários, situados em 51 % da área total explorada pela agropecuária (FORTINI, 2020). O serviço de ATER pública voltado para a agricultura familiar no nordeste do Brasil, está longe de ser acessível para a maioria das famílias que vivem no e do campo.

Segundo o Censo Agropecuário 2017, a cada 10 estabelecimentos de agricultores familiares do Semiárido Nordeste, nove não recebem nenhum tipo de assistência técnica (FORTINI, 2020), ou seja, um número extremamente reduzido de famílias tem acesso a uma política que deveria chegar a toda a população, como dever do Estado. Portanto, garantir a política de ATER nesse contexto pode ser essencial para fortalecer a atividade, favorecendo a qualidade de vida no campo para essas famílias. No entanto, é necessário que essas iniciativas respondam às necessidades das famílias agricultoras, ampliando a autonomia das mesmas.

Historicamente, a agricultura familiar no Brasil, em especial no Semiárido Nordeste, contou com uma oferta escassa de políticas públicas para suas demandas específicas. O potencial econômico e seu papel social não era devidamente reconhecido e a modernização tecnológica, com bases na “Revolução Verde”, não significou necessariamente, melhoria nas condições de trabalho e de renda das populações rurais do Semiárido, dadas as limitações para sua efetivação e incompatibilidades da proposta modernizadora da “Revolução Verde” nos contextos socioambientais da agricultura familiar dessa região. Assim, o modelo agrícola adotado privilegiou o uso intensivo de capital e não incorporou a agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Nessa direção, Barbosa (2002) argumenta que o Semiárido brasileiro segue uma tendência de acompanhar, por um longo período de tempo, quatro padrões tecnológicos, quais sejam: o tradicional, o químico-mecânico, o biotecnológico/transgênico e o agroecológico. Diante da complexidade sócio ambiental da região, os três primeiros tendem a declinar, com possibilidades de fortalecimento da Agroecologia, aliada a uma mecanização mais criteriosa, desencadeada por experiências com resultados positivos, promovidas por organizações e movimentos sociais atuantes no Semiárido.

É nesse contexto, de fragilidades nas políticas públicas específicas para a agricultura familiar, mas de forte incidência das organizações populares desenvolvendo propostas para a transição agroecológica e de convivência com o Semiárido, que se realizou a Chamada de ATER Agroecologia, no Sertão do Pajeú, Semiárido do estado de Pernambuco, atendendo um público ainda reduzido, porém possibilitando às famílias assessoradas mais oportunidades de acessar outras políticas, espaços de incidência e tecnologias, considerando ser esses os principais objetivos da ATER.

Com essa pesquisa, espera-se trazer à luz informações e conhecimentos, a partir da análise de uma experiência de execução de uma proposta de ATER Agroecológica, que possa contribuir com reflexões referentes ao serviço de ATER pública para as famílias agricultoras do Semiárido brasileiro.

Neste sentido, pretende-se analisar a experiência de ATER Agroecologia desenvolvida pelo Centro Sabiá no Sertão do Pajeú, levando em consideração a evolução histórico-conceitual da Extensão Rural no Brasil e sob a ótica da ATER Agroecológica, buscando estudar a dimensão empírica da pesquisa a partir da execução dessa política, suas bases conceituais, processos e opções metodológicas, no universo de implementação da referida Chamada.

Diante do exposto, a Hipótese para as questões a serem investigadas é de que: A ATER Agroecologia se contrapõe à proposta da ATER difusionista, entretanto, a consolidação de uma ATER Agroecológica, por meio de chamadas públicas, enfrenta limites e desafios metodológicos e operacionais para sua efetiva implementação.

1.1 CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Revisitar a história da Extensão Rural no Brasil, irá nos ajudar a entender como se constituiu a institucionalização da ATER, quais os interesses políticos e econômicos estavam envolvidos na criação de estruturas de educação rural e, posteriormente de extensão rural. Iniciaremos com contribuições históricas de Fonseca (1985), que revela interesses das elites brasileiras com a educação rural no Brasil, na passagem da primeira para a segunda década do Século XX, ao se sentirem ameaçadas pela chegada de migrantes rurais aos grandes centros urbanos, considerando que esse fenômeno traria “desarmonia” para as grandes cidades e uma provável queda de produtividade no campo.

Era necessário conter essa migração, e a educação foi considerada como o caminho mais apropriado para tal, com interferência do Movimento Ruralista. Pela primeira vez se colocavam os problemas da educação no campo, é bem verdade, no entanto, havia uma postura política conservadora, que defendia a manutenção da estrutura agrária das elites rurais, sem perdas de disponibilidade de mão de obra nas lavouras e tampouco de produtividade no campo. Ainda sobre esse período Bergamasco (2017, p. 318) narra que:

Dadas as crescentes crises econômicas e exposição da extrema desigualdade social na Sociedade brasileira, parte do setor militar demonstrou-se insatisfeito com o arranjo de poder comandado pelas Oligarquias Agrárias e organizou uma série de revoltas pelo país, como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolução de 1924, a Comuna de Manaus em 1924 e a Coluna Prestes em 1927. Apesar do insucesso imediato destas revoltas, o movimento conquistou amplo apoio junto aos militares, que somado à crise econômica de 1929 e à crise política entre mineiros e paulistas às vésperas da eleição de 1930, permitiram a concretização de um golpe de estado e a chegada ao poder de Getúlio Vargas. A agenda desenvolvimentista adotada no governo Vargas comprometeu-se, prioritariamente, com a consolidação da indústria nacional. Porém, como no passado, a produção primária para exportação continuou a ser decisiva para a economia nacional, permitindo às elites rurais pressionarem fortemente pela manutenção das estruturas de poder no campo.

Essa perspectiva “ruralista” de educação foi mantida até a década de 1940, quando acontece a implementação de outras propostas, que continuavam conservadoras, porém com outros promotores, entrando aí a figura do governo brasileiro, com apoio do governo estadunidense e da ONU, trazendo a novidade de envolver a população adulta do campo, além da escola rural. Nessa linha, em 1945, é

criada a “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais” - CBAR (FONSECA, 1985).

Assim se abriu o caminho para adoção do modelo estadunidense de Extensão Rural no setor agrário do Brasil, abonado pelas elites e pelo governo brasileiros, tendo como ponto de partida a noção de comunidade rural, que envolvia desde latifundiários a trabalhadores agrícolas, considerados público para assistência técnica. Ocorre, assim, uma mudança na unidade de análise, saindo da escola rural firmada no “ruralismo” para as comunidades do campo, onde se firmou a “Extensão Rural” (FONSECA, 1985). Sobre esse momento de influência estadunidense, Figueiredo (1984, p. 21) afirma:

[...] aquilo que nos Estados Unidos era a reabilitação de uma categoria de *farmers*, se transformou, no Brasil, num esforço dirigido de inserção da pequena produção agrícola com fortes traços camponeses em esquemas de reprodução cada vez mais monetarizados e mercantis. Pretendeu-se metamorfosear a grave questão agrária nacional em simples problema tecnológico a ser resolvido numa démarche essencialmente individual!

Aqui vale um parêntese para trazer o surgimento da “Revolução Verde”, pois está nesse modelo de produção a explicação de muitas situações, inclusive da extensão rural. A “Revolução Verde” surge em 1943, como modelo teórico nascido nos escritórios das fundações Ford e Rockefeller (tidas como “desinteressadas fundações filantrópicas”), prometendo acabar com a fome no mundo, através da geração de variedades de espécies vegetais altamente produtivas, que seriam ofertadas aos agricultores, através de um serviço altamente eficaz, possibilitando aumento das suas produtividades e, conseqüentemente, crescimento de forma significativa dos seus lucros (MUSSOI, 1985).

Esses alimentos seriam fornecidos às populações miseráveis, matando assim sua fome. Uma fórmula “simples” para acabar com a fome no mundo, porém haviam alguns detalhes para lograr tal feito, entre eles a necessidade de uso de insumos, como fertilizantes e pesticidas, sem os quais tais variedades não alcançariam a produtividade desejada, mas, pelo contrário, até teria sua produção reduzida em relação às culturas tradicionais (MUSSOI, 1985).

Para chegar aos agricultores, utilizava-se a “transferência de tecnologia”, ou seja, todos os insumos, como sementes, adubo e herbicida, entre outros, teriam que ser adquiridos dos seus fabricantes, tornando os agricultores dependentes desses fornecedores, ficando evidente (à custa de muita miséria e dependência) ser esse um caminho muito pouco recomendado aos países ditos, na época, “subdesenvolvidos”,

por não permitir liberdade de escolha no arranjo entre “insumos modernos”, comercializados por organismos do exterior, e “insumos tradicionais” produzidos localmente.

Lester Brown, um dos incentivadores da “Revolução Verde” admitia que “os custos e o esforço extra valem a pena, uma vez que, ao usar os insumos comprados e ao comercializar a produção adicional, os camponeses entram na corrente da vida econômica”. E ele mesmo completa dizendo: “somente as empresas agro industriais podem suprir esses insumos de forma eficiente, isso significa que as corporações multinacionais têm um justificado interesse na revolução agrícola, ao mesmo tempo que os próprios países pobres” (MUSSOI, 1985, p. 41). No Brasil, a “Revolução Verde” chegará, de forma mais contundente, nos anos 60, conforme veremos mais adiante.

Enquanto política pública, a extensão rural³ toma corpo no ano de 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais, se expandindo para outros estados brasileiros. Inicia-se, então uma fase denominada de humanismo assistencialista considerada a primeira de três na extensão rural do Brasil, sendo as outras duas: o difusionismo assistencialista e o humanismo crítico. Cada uma dessas fases teve suas características próprias, mesmo havendo uma heterogeneidade determinada pelos variados perfis regionais e estaduais, onde é possível identificar três “escolas” com diferenças e similaridades entre si: a mineira, a nordestina e a sulista (RODRIGUES, 1997).

Ainda segundo Rodrigues (1997), o humanismo assistencialista (1948-1962) teve como principal característica a atuação de uma equipe de profissionais junto às famílias atendidas, formada por um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica, acompanhada do uso do crédito rural supervisionado com objetivo de apoiar a administração da propriedade e do lar. Fazia-se um planejamento vertical, com base na situação das famílias beneficiárias, onde se identificavam os problemas e quais suas soluções, normalmente definidas pelos profissionais. As informações daí advindas, eram utilizadas como base para os planos anuais da extensão rural do país.

³ Por política de extensão rural entende-se uma das modalidades de política agrícola acionadas pelo poder público para intervir no meio rural, visando ao atingimento de objetivos cuja ênfase tem variado historicamente, mas sempre estão voltados para aspectos econômicos, visando ao aumento da produção e produtividade agropecuárias e para o bem-estar social das famílias e comunidades rurais, expresso, esse último, em metas associadas à melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e organização da população rural (RODRIGUES, 1997, p. 120).

Conforme já comentado anteriormente a “Revolução Verde” surge em 1943, mas a concretização do modelo acontece no começo da década de 1950, em articulação com a institucionalização da Extensão Rural no Brasil. Entre 1948 e 1956 são criadas Associações de Crédito e Assistência Rural estaduais e regionais, como a ACAR (MG), ASCAR (RS), ACARESC (SC) e ANCAR (NE). Em 1956 surge a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, após negociações políticas acontecidas entre o estadunidense Nelson Rockefeller⁴ e, o então presidente da república, Juscelino Kubitschek (MUSSOI, 1985).

É importante trazer a presença da missão de “Assistência Técnica” no Brasil sob a responsabilidade de Willy Johanan Timmer, especialista em Extensão Agrícola da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), ainda no início da década de 1950, que realiza uma série de palestras sobre “Assistência Técnica” pelo Brasil afora, cuja intenção era a de “difundir pelo país noções básicas de Extensão”. Timmer tem participação decisiva na mudança de modos de produção agrícola, através da incorporação de alguns conceitos fundamentais, e todas as consequências daí surgidas posteriormente. Portador de um discurso carregado de contradições, Timmer afirmava, dentre outras questões que:

[...] persuadir as populações rurais a aceitar nossa propaganda é justamente a tarefa do extensionista, lavremos, pois, a terra e lançaremos as sementes para a colheita de uma classe sã de agricultores, em regra geral dirigimo-nos, inicialmente, aos lavradores que gozam de elevado conceito entre seus companheiros, conquistados estes pela propaganda, frequentemente os outros seguem seu exemplo. A rivalidade tem sido o motivo que vem se utilizando a extensão agrícola como ponto de partida para a realização de competições e concursos agrícolas, a missão da extensão agrícola será definida mais claramente se em vez de produção, dissermos que a sua finalidade é a produtividade no seu mais elevado ponto e, de maneira permanente, devemos salientar a necessidade de uma reforma mental na atividade e concepção de vida das populações [...] (MUSSOI, 1985, p. 44).

Partindo dessas considerações, trazemos alguns aspectos dessa fase que são cruciais para a adoção de um modelo de extensão difusionista, baseado nas preconizações da “Revolução Verde”, contando para isso com o apoio e interesses econômicos e políticos de cunho capitalistas, que tem no Estado brasileiro um suporte bastante oportuno para se instalar no país, utilizando os instrumentos estatais de extensão rural para promoção dos pacotes de insumos produzidos pelos estadunidenses no pós-guerra. A América Latina, especialmente o Brasil, eram alvos estratégicos para a expansão desse modelo de agricultura, por apresentar

⁴ Criador da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social – AIA

características sócio econômicas ideais. Está então preparado um campo fértil para a fase que se segue, do difusionismo produtivista, num momento onde se instala a ditadura militar no Brasil.

O difusionismo produtivista (1963-1984), segunda fase da extensão rural no Brasil, teve como marca a extinção da ABCAR, surgindo em 1975 a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, que tem no seu perfil um controle mais profundo do estado sobre a extensão rural, tornando-se dessa forma um instrumento muito mais voltado para a política de acúmulo de capital no campo. Os médios e grandes empresários rurais são o público prioritário da EMBRATER, potenciais consumidores dos pacotes tecnológicos, desenvolvidos e difundidos pela Embrapa (criada em 1973), assim como do crédito rural subsidiado para as suas atividades (RODRIGUES, 1979). Aqui vale trazer o que observa Figueiredo (1984, p. 21), quando diz:

O rolo compressor do Crédito Rural Orientado, apelidado de crédito tecnificado, mais interessado nos excedentes comercializáveis e no consumo de insumos de origem industrial, provocou uma progressiva padronização dos serviços extensionistas, deixando de lado, tanto no discurso como sobretudo na prática dos serviços de extensão rural suas conotações mais democráticas, sociais e cooperativas.

Ainda nessa fase, Rodrigues (1979) explica que o serviço de extensão rural foi deixado à vontade, por parte do governo, para decidir sobre o formato de atividades executadas nas áreas rurais, adotando assim os princípios que lhe deram origem, ou seja, à imagem e semelhança do modelo estadunidense preconizado. A ação continha, dessa forma, um conjunto de práticas que, pelas suas características, eram de interesse do Estado por lhe dar legitimidade no meio rural, mesmo sem uma presença sistemática regular.

Essa fase acontece durante o período da ditadura militar no Brasil e, além da EMBRAPA e da EMBRATER criadas na década de 1970, quando são também institucionalizadas as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em substituição às ACARs nos estados. Todas essas estruturas se relacionavam com a difusão verticalizada de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” (PEIXOTO, 2008).

A crise econômica, tendo como pano de fundo o aumento da dívida externa, no início dos anos 1980, provoca uma drástica redução do apoio à agricultura, afetando especialmente os subsídios do crédito agrícola. Surgem críticas ao modelo

difusionista da extensão rural e se inicia um momento definido como o “repensar da extensão rural” (NEUMANN et al., 2015).

Essas críticas ao difusionismo, têm Paulo Freire como um dos principais argumentadores frente ao modelo. Em sua obra “Extensão ou Comunicação?”, Freire (1983) já inicia afirmando que os agrônomos são erroneamente chamados de “extensionistas” e que deveriam ser denominados como “educadores”. Nessa mesma obra, Freire argumenta sobre a invasão cultural, enquanto característica da teoria antidialógica, onde o sujeito que invade superpõe seus valores num espaço histórico-cultural diferente daquele de onde se originou. Nesse sentido escreve: “o invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação. As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus polos em posições antagônicas”.

Nessa linha da crítica ao modelo difusionista, Caporal e Ramos (2006, p.3) se colocam ressaltando que:

Por trás desse tipo de extensão rural, que foi dominante ao longo de várias décadas, estava um modelo de desenvolvimento urbano-industrial cuja viabilização necessitava que a agricultura cumprisse funções, entre as quais a de fornecedora de mão-de-obra e de consumidora de serviços e produtos industrializados, como as máquinas, os equipamentos, as sementes híbridas ou melhoradas, os agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos, além de contribuir, pelas exportações, para o superávit da balança comercial. Esse modelo, que é fruto de decisões políticas, norteou a ação extensionista. Ao mesmo tempo, continua sendo responsável pela concentração da terra, pelo êxodo rural, pela baixa escolaridade no campo, pela redução da biodiversidade, pela poluição, pela contaminação dos alimentos, pela exclusão social, pela desvalorização do trabalho na agricultura, pelo empobrecimento no meio rural, entre outros problemas (CAPORAL; RAMOS, 2006, p.3).

Nesse contexto, se faz referência ao modelo difusionista na extensão rural, enquanto ação de transmissão e imposição de conhecimentos técnicos, lançando mão de uma metodologia, na operacionalização da ATER, desconsiderando as práticas e os saberes dos agricultores/as. Essas reflexões e contrapontos a esse modelo, são determinantes na construção de propostas metodológicas mais participativas, nas ações da ATER.

Como terceira fase então, adveio o humanismo crítico (1985-1989), cuja principal característica foi de adotar uma política não paternalista, atendendo as maiorias demográficas do campo através da promoção humana integral, numa perspectiva mais libertadora, considerando os agricultores, com ou sem terra, como cidadãos e sujeitos de suas próprias decisões (RODRIGUES, 1997).

A proposta era de ter no extensionista rural um interlocutor que promovesse um relacionamento dialógico horizontal com esse público, logo uma relação mais democrática, na qual os problemas eram dialogados e se construíam as alternativas em cooperação. A adoção de pacotes tecnológicos continua presente nessa fase, porém sem o mesmo caráter impositivo de antes. Há, portanto, uma tentativa de inclusão das minorias, historicamente marginalizadas pela extensão rural, para acesso às tecnologias modernas e uma qualificação no campo da gestão (RODRIGUES, 1997).

Nessa fase da extensão rural no Brasil, acontece uma maior participação das organizações do campo. Em 1985 é criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), que incorporou o INCRA⁵ e lançado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que agregou metodologias participativas e a pedagogia da alternância às diretrizes da ATER (PEIXOTO, 2008, Apud BERGAMASCO, 2017, p. 326). Em diálogo com estas diretrizes, a EMBRATER passou a incorporar o apoio à formação de organizações de agricultores e a adoção de práticas ecológicas.

A sociedade civil organizada teve ampla participação na construção dessa nova visão da ATER, principalmente através da atuação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER), das Comunidades Eclesiais de Base, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), das Organizações Não Governamentais (ONGs), das organizações de trabalhadores rurais e de outros movimentos sociais do campo (PETTAN, 2010, Apud BERGAMASCO, 2017, p. 326).

Mas foi uma fase de caráter temporal breve. Com a crise econômica agravada no final da década de 1980, os serviços de extensão rural promovidos pelo estado são drasticamente reduzidos, situação que se agrava com a extinção da EMBRATER no ano de 1990 (DIESEL *et al.*, 2015).

Fica evidente, ao longo dessa trajetória histórica da extensão rural no Brasil, a opção política do estado no favorecimento do capital, mesmo quando direciona a ação ao atendimento dos agricultores mais pobres. As dinâmicas, apesar

⁵ INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: criado em 9 de julho de 1970, através do decreto 1.110. Fonte: <http://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>

de consideradas democráticas em determinados momentos, favorecem claramente a lógica capitalista, conduzindo os processos de assistência técnica para a acumulação, através de práticas difusionistas verticalizadas, onde o conhecimento técnico prevalece em detrimento dos saberes dos povos e comunidades rurais assistidas por organismos estatais.

Luzzi (2007) afirma que as reflexões, construções e debates sobre o extensionismo no Brasil, trouxeram mudanças para a extensão, no entanto, não foram suficientes para superar o modelo produtivista vigente, atrelado à lógica convencional de desenvolvimento, tampouco consegue abandonar o enfoque pautado na difusão tecnológica.

No final dos anos 1970, se inicia uma forte reação ao modelo tecnológico padrão, partindo de movimentos ambientalistas e de agricultura alternativa, enfrentando forte resistência por parte do estado e dos meios acadêmicos e empresariais. Esses movimentos só tomam força depois de dois Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa: o primeiro no ano de 1981, em Curitiba-PR e o segundo, no ano de 1984, em Petrópolis-RJ. Os debates sobre Agroecologia e missão do serviço público, começam a tomar corpo em 1985, com o fim da ditadura militar e início da Nova República, no Brasil (PEIXOTO, 2018).

A Constituição de 1988 determina que as políticas agrícolas priorizem os serviços de ATER, porém em 1989, durante o governo Sarney, é determinada a extinção da EMBRATER, através de uma ação conhecida como “Operação Desmonte”. No entanto, a partir de uma reação política do setor extensionista, essa determinação foi revogada. Mesmo resistindo, nesse momento, no ano de 1990 a EMBRATER foi definitivamente extinta, no primeiro dia do governo Fernando Collor e, dessa vez, o setor extensionista não conseguiu reverter a decisão (PEIXOTO, 2018).

Nos anos 1990, então, se fortalece o debate das alternativas ao modelo de desenvolvimento e de extensão rural até então praticados, encampado pelos movimentos sociais do campo. A contar do início dessa década, a atenção dada por parte do governo federal à assistência técnica e extensão rural, foi insignificante perdurando por quase 15 anos, sendo retomada pela primeira gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006 (DIESEL *et al.*, 2015).

O final da década de 1990 marca um período importante, de transição na política do governo federal para o rural. As mudanças visavam responder à forte mobilização de movimentos sociais em favor da reforma agrária e da visibilidade e afirmação política da categoria agricultura familiar. Na resposta governamental às reivindicações e demandas destes movimentos teve

destaque a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999. De uma atribuição relacionada originalmente à política fundiária (reforma agrária, regularização fundiária e gestão de conflitos no campo), o MDA passou a assumir uma nova missão, resultando em compromisso com a promoção do/no meio rural. À medida que a missão de desenvolvimento integrado do MDA foi sendo redefinida, foram se revelando os limites das linhas e formas de atuação – marcadamente setoriais – até então vigentes (DIESEL *et al.*, 2015, p. 109).

Nesse período se fortalece o debate da Agroecologia, pautado por organizações sociais, baseado nas tecnologias alternativas, valendo destacar a atuação do Projeto de Tecnologia Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional -PTA/FASE, a Associação de Agricultura Orgânica - AAO e a Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro -ABIO (BERGAMASCO, 2017, p. 330).

Essas organizações defendem princípios muito distintos daqueles praticados oficialmente pela ciência. O pacote tecnológico, que inclui o uso de insumos artificiais ao meio, é questionado, com a proposta de uma agricultura mais natural, com a utilização de métodos e técnicas promotoras de maior equilíbrio ambiental, através do uso de recursos existentes nas propriedades, reduzindo assim os custos de produção e ampliando a autonomia dos agricultores com relação aos recursos externos, geralmente de alto custo e provenientes de fontes não renováveis de energia (LUZZI, 2007).

Com a chegada de um projeto político do campo progressista e popular, com a eleição do presidente Lula em 2003, iniciaram-se as articulações para construção de uma proposta de ATER de orientação crítica humanista. Nesse contexto, no ano 2003 é construída, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), articulada com diversos setores do Governo Federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais (PEIXOTO, 2008).

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER é instituída em 2004, tendo sido denominada “Nova ATER”, baseada numa relação entre Agricultura familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2004; LIMA, 2017). Inspirada na ATER Agroecológica experienciada no Rio Grande do Sul, atuação de ONGs do campo agroecológico e movimentos sociais de

luta pela agricultura familiar, emerge a Extensão Rural Agroecológica com caráter pluri-institucional como instrumento e matriz orientadora das ações (BRIXIUS, 2002).

Em 05 de abril de 2004, o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) através do Decreto N° 5.033, tornou-se o Departamento de controle, planejamento e execução das atividades de ATER junto à Secretaria de Agricultura Familiar – SAF/MDA. A PNATER, lançada em maio de 2004, fica responsável pela definição das diretrizes orientadoras para elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), que teve sua primeira versão publicada em 2005. Após o lançamento da PNATER o Governo Federal, através do DATER/MDA, passou a estimular os estados a elaborarem seus programas estaduais de ATER (PEIXOTO, 2008).

Aqui se destaca o estabelecimento de uma articulação em rede, formada por organizações públicas ou privadas de ATER e representantes de movimentos sociais, assim como a proposta metodológica de desenvolver os projetos de ATER a partir de divisões territoriais, em lugar das regionais ou estaduais. Além disso, o monitoramento e avaliação da execução dos projetos voltados para os serviços de ATER, deveria privilegiar a participação das representações das comunidades a serem beneficiadas pelo PRONATER.

No entanto, essa definição passa por entraves para se tornar uma realidade, principalmente devido às exigências burocráticas para contratação de entidades, através de licitações de ATER, em especial de ONGs ou associações e cooperativas da agricultura familiar, em virtude da complexidade para prestação de contas e pagamento de profissionais da área (BERGAMASCO, 2017).

Segundo afirmado por Bergamasco (2017, p. 334):

Até então os serviços de ATER enquadravam-se na Lei de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações, que veda o pagamento antecipado de serviços e exige que os comprovantes e atestes de sua realização sejam formalmente encaminhados para pagamento posterior. Tais condições reduziam as possibilidades de entidades sem considerável aporte de capital ampliarem sua atuação e/ou prejudicava a dinâmica e qualidade dos trabalhos nos contratos com a administração pública. Ademais, organizações de ATER costumam ser caracterizadas por quadros de pessoal reduzidos, portanto a dinâmica imposta pelos contratos com a Administração Pública terminava por sobrecarregar os profissionais de campo, comprometendo a qualidade e continuidade de seus trabalhos.

A PNATER foi construída com propostas muito diferentes se comparada ao modelo de ATER conduzida pela EMBRATER, no passado, tanto na sua concepção

e gestão participativas, por meio de conferências regionais, estaduais e nacionais, quanto do ponto de vista metodológico, baseado em princípios agroecológicos, assim como pela configuração do sistema de ATER pensado para sua operacionalização, que é descentralizado e multiinstitucional (BERGAMASCO, 2017, p. 315).

Caporal e Petersen (2012, p. 70) trazem para esse debate a seguinte reflexão:

Uma das iniciativas de políticas públicas, em nível federal, com inovação no campo da Agroecologia e que se destacaram a partir de 2003 foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. É nela que a palavra Agroecologia aparece pela primeira vez em uma política pública nacional como orientação para a ação dos extensionistas brasileiros. Além do aspecto simbólico, no âmbito de um conjunto de políticas convencionais, a presença desta recomendação na PNATER passaria a exigir uma série de ações das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER da esfera pública federal e estaduais e, inclusive, de organizações civis interessadas em acessar recursos públicos para a implementação de seus programas institucionais. Dentre estas iniciativas pode-se destacar a realização pelo DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, de um amplo plano de formação de Agentes de ATER, com abrangência nacional. De 2004 a 2010, foram capacitados mais de 16 mil extensionistas através de diferentes eventos de média e curta duração, todos eles com um enfoque agroecológico.

Ainda, segundo Caporal e Ramos (2006), a PNATER determina a promoção do desenvolvimento sustentável, a partir de uma Extensão Rural, que enfatiza os processos de desenvolvimento endógeno, multidisciplinar, com adoção de uma abordagem sistêmica e de metodologias participativas, com um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. A PNATER, nesse mesmo contexto, orienta para a melhoria dos processos de gestão social. Determina também que a "Nova ATER" seja um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista.

Ao mesmo tempo deve cooperar para uma maior qualidade da relação entre o rural e o urbano, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, no fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos livres de agroquímicos. Assim, Caporal e Ramos (2006, p. 1) destacam que:

“Adotar os princípios da Agroecologia significa buscar orientar uma maior sustentabilidade ambiental na agricultura e um desenvolvimento com mais equidade social, com geração de mais renda e de mais ocupações no meio rural, respeitando as diferenças culturais das pessoas implicadas”

No ano de 2010, por fim, é aprovada pelo Congresso Nacional, e sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.188, ou Lei de ATER. Pode-se considerar esse como um avanço político, quanto à consolidação de um modelo de

ATER pública voltado à agricultura familiar, possuindo uma certa independência às mudanças de governo (DELGADO e BERGAMASCO, 2017). Apesar de ser considerada uma conquista, Caporal e Petersen (2012, p. 68) questionam essa versão da PNATER dizendo que:

[...] um conjunto de proposições de caráter metodológico, introduzidas na Lei de ATER, em 2010, contrariam frontalmente princípios básicos para o desenvolvimento de serviços de ATER guiados pela perspectiva agroecológica, entre outras razões por reforçar a abordagem difusionista na ação dos profissionais. Também nesse caso foram limitadas as reações organizadas pelas entidades de representação da agricultura familiar, as maiores interessadas no tema posto que haviam conquistado anteriormente a exclusividade desses serviços públicos para as suas bases sociais.

Apesar dessa análise pouco favorável, na segunda década do século XXI aconteceram lançamentos de Chamadas de ATER, acessadas e executadas por organizações da sociedade civil, que pode ser considerado como uma conquista, para aquele período, apesar de retrocessos vivenciados a partir de 2016, com cortes e interrupção da continuidade de processos de ATER em curso, inclusive no Semiárido brasileiro, onde práticas de convivência com o ambiente se desenvolviam com impactos positivos para a população.

O ano de 2016, marcado pelo golpe contra a presidenta Dilma Rousseff⁶, baliza o que, talvez, tenha se constituído em um dos maiores retrocessos políticos para a agricultura familiar no Brasil, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo governo de Michel Temer e, junto com ele, a interrupção da execução de políticas específicas para esse segmento, exigindo um novo pensar e agir por parte das organizações representativas da agricultura familiar e de defesa da Agroecologia.

1.2 AGROECOLOGIA COMO CIÊNCIA E SEUS FUNDAMENTOS NA ATER AGROECOLÓGICA E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aqui faz-se necessária uma discussão sobre a Agroecologia, considerando que esse conceito está na centralidade desse trabalho de pesquisa, correlacionado com a ATER, da qual já tratamos dentro dos aspectos históricos, conceituais e metodológicos. A Agroecologia, no campo dos conceitos, guarda uma enorme

⁶ O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Fonte: Agência Senado

polissemia, em geral podendo se perceber complementares. Traremos aqui um resgate de alguns autores, considerando suas trajetórias e contribuições nesse campo.

Vamos trazer essa discussão sob a ótica do contexto da pesquisa, no escopo de um projeto de ATER Agroecológica, executado por uma organização não governamental, com proposta pedagógica de atuação no universo da educação popular, de identidade estreitamente conectada aos movimentos sociais. O Centro Sabiá, fundado em 1993, possui longa trajetória de práticas e construção do conhecimento na perspectiva agroecológica, logo, não tem como desarticular o debate da Agroecologia dessa construção histórica.

Guzmán (1997, p. 19) foca, conceitualmente, na ciência e na prática, dizendo que Agroecologia é:

O manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico em uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa, potencializadores da biodiversidade ecológica e sociocultural.

Ainda para Guzmán (2002, p. 19) a Agroecologia se apresenta sob diferentes perspectivas, assim, destaca que a “Agroecologia tem uma natureza social. Apoia-se na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo dos recursos naturais, razão pela qual é também sociológica”.

Em uma de suas muitas argumentações, Caporal (2009) diz que compreende Agroecologia como:

(...) matriz disciplinar, que vem aportando as bases para um novo paradigma científico, que, ao contrário, do paradigma convencional da ciência, procura ser integrador, rompendo com o isolacionismo das ciências e das disciplinas gerado pelo paradigma cartesiano. Na realidade, nos últimos anos vem ocorrendo uma “revolução paradigmática, uma “revolução” que começa a “modificar os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura...” , determinada pelo processo de ecologização que está em curso e pela necessidade de buscar estratégias de desenvolvimento mais sustentável, capazes de reorientar o curso alterado da coevolução homem/natureza (CAPORAL, 2009, p. 5-6).

Altieri (1999, p.30), da mesma forma, traz em um de seus muitos pensamentos sobre Agroecologia, que esta se encaixa bem com as temáticas que

exigem uma maior sensibilidade com as questões ambientais e, dessa forma, encontra um diálogo tanto do desenvolvimento ambiental quanto participativo, com perspectivas filosóficas. Desse modo, a diversidade de formas e pensamentos influenciadores no desenvolvimento da Agroecologia são realmente amplos⁷ (livre tradução da autora).

Norder *et al.* (2016), argumenta sobre essa diversidade de concepções, colocando que, no caso do Brasil, a Agroecologia vem figurando de forma cada vez mais acentuada, não somente enquanto ciência, prática e movimento, mas também como diretriz de políticas públicas e como parte do sistema educacional formal; a Agroecologia também surge enquanto modo de vida, ética e ideologia. Esse conjunto de dimensões, reafirmam a necessidade da ampliação sobre esse debate interpretativo, acerca dos sentidos da Agroecologia na contemporaneidade.

Ainda segundo Norder *et al.* (2016, p. 7):

A Agroecologia é parte relevante de uma estratégia de mobilização social e política. Entre os movimentos sociais, a Via Campesina, que agrega mais de 150 organizações populares em 70 países, passou a propor uma estratégia de desenvolvimento rural e de soberania alimentar centrada na Agroecologia, tomada como ciência e movimento social.

Essas considerações, sob diferentes pontos de vista, nos conduzem a diversas dimensões, corroborando com as múltiplas abordagens possíveis e contempladas pela Agroecologia. Interagindo com a vivência do projeto de ATER, executado junto a famílias agricultoras do Sertão do Pajeú e objeto do estudo aqui apresentado, destacamos a Agroecologia enquanto ciência, prática e movimento, sendo essas dimensões diretamente relacionadas ao processo de ATER experienciado.

No Brasil vem se realizando um debate, já há bastante tempo, sobre a necessidade, ou não, de uma ATER pública e gratuita, amplamente defendida, por movimentos sociais do campo. Nos anos 1990, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, o governo federal impôs mais um retrocesso para essa política, considerada como estratégica para a agricultura familiar sustentável. Tanto na Constituição de 1988, quanto na Lei Agrícola de 1991, está previsto que o Estado deve garantir serviços de ATER pública e gratuita para

⁷ La agroecología encaja bien con los asuntos tecnológicos que requieren prácticas agrícolas más sensibles al medio ambiente y a menudo encuentra congruencia del desarrollo tanto ambiental como participativo con perspectivas filosóficas. La diversidad de preocupaciones y de cuerpos de pensamientos que han influido en el desarrollo de la agroecología son verdaderamente amplios.

agricultores familiares e, dessa forma, o mínimo esperado seria que os governos fossem fieis a essa premissa, senão por vontade política, mas para atender uma exigência legal (CAPORAL, 2009).

Para além de se ter uma ATER pública e gratuita, faz-se urgente sua qualificação, a partir da necessidade cada vez mais gritante no âmbito de práticas sustentáveis de agricultura, respondendo às questões ambientais, assim como à inclusão e equidade social. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de 2004, baseada numa relação entre Agricultura familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, definiu os serviços de Assistência Técnica e Extensão rural (ATER), considerando apoiar comunidades rurais e construir novas estratégias de desenvolvimento rural, prioritariamente as unidades de produção da agricultura familiar (LIMA, 2017).

Assim surge a pauta da Extensão Rural Agroecológica, que pode ser definida como:

[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de Aprendizagem e Ação Participativa (AAP) que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo possam atuar na construção e sistematização de conhecimentos que lhes permita incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 2003, p. 6).

Cabe aqui destacar uma ATER inter-relacionada com os diversos formatos de agricultura familiar, agroecologia e seus modos de vida. A PNATER manifesta que o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais não consegue ser alcançado através da transferência de tecnologia como ficou comprovado com os impactos da Revolução Verde. A política, então, orienta para a necessidade de se fazer uma transição agroecológica, construindo um novo paradigma junto a essas populações. Nesse novo enfoque da extensão rural, pode-se afirmar que:

A Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados. É preciso deixar claro, porém, que a Agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre desenvolvimento rural, sobre metodologias participativas e, tampouco, sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas essa ciência busca, principalmente, nos conhecimentos e experiências já acumuladas, ou através

da Aprendizagem e Ação Participativa, por exemplo, um método de estudo e de intervenção que, ademais de manter coerência com suas bases epistemológicas, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis. (CAPORAL, 2009, p. 9).

Ainda nessa direção Paulo Freire (2001, p. 61) discorre sobre o papel do extensionista (agrônomos mais especificamente), dizendo, na sua clássica obra “Extensão ou comunicação?” que:

Só se comunica o inteligível na medida em que este é comunicável. Esta é a razão pela qual, enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado à qual um deles já chegou e que, não obstante, não foi apreendida pelo outro na expressão do primeiro. Vê-se assim que se reduz à pura relação sujeito cognoscente - objeto cognoscível, rompendo a “estrutura dialógica” do conhecimento, está equivocada, por maior que seja sua tradição. Equivocada também está a concepção segundo a qual o que fazer educativo é um ato de transmissão ou de extensão sistemática do saber.

Para operacionalizar uma ATER agroecológica, nos moldes aqui narrados, um desafio é a consolidação de modo interativo, a partir da autonomia construída tanto para extensionistas, quanto para agricultores familiares, provocando uma participação crítica e horizontal das duas partes, garantindo a valorização e reconhecimento dos saberes desses agricultores, suas comunidades e as organizações locais existentes (MARINHO; FREITAS, 2015). Para potencializar essa dimensão, na valorização cultural das populações e dos conhecimentos locais referentes aos agroecossistemas, as metodologias participativas (MPs) surgem como estratégia para contribuir nos processos de diálogo entre extensionistas e agricultores familiares.

No Brasil, as MPs começam a ser adotadas nos anos 1980 / 1990, principalmente por Organizações Não Governamentais (ONGs), como ferramentas para atuação em processos de promoção de transformação social. Nesse sentido, articulam-se habilidades pessoais dos componentes das equipes profissionais de ATER, especialmente a capacidade de “ouvir e se colocar no lugar das outras pessoas”, entendendo aqui como outras pessoas, as famílias e comunidades envolvidas nas ações de ATER (MARINHO; FREITAS, 2015).

Nestes estilos de participação o agir através de grupos, é um aspecto fundamental, inclusive se diz que “uma especial característica desta mudança para práticas mais sustentáveis é a importância dos grupos”, o que exigirá que os *facilitadores* sejam, além de tecnicamente bem treinados, capacitados para que desenvolvam as habilidades necessárias para atuar com grupos e organizações. Em função disso, a experiência prática está ensinando que, para desenvolver uma agricultura sustentável, os profissionais da extensão devem mudar seus compromissos e sua forma de ação, deixando de atuar como um experto transferidor de tecnologias passando a atuar como “um

facilitador que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias e transformar-se em experto” (CAPORAL, 2009, p. 118).

A partir da institucionalização da PNATER, em 2004, a Agroecologia passou, juntamente com “metodologias participativas”, a se constituírem em princípios orientadores das propostas de ATER no âmbito dos convênios, projetos e processos de formação dos extensionistas. Os Termos de Referência construídos pelo DATER/MDA eram ajustados a cada convênio e neles estavam muito claros os compromissos das conveniadas. Embora alguns movimentos sociais considerem que a forma não foi a mais adequada, pois centrava os processos em cursos pontuais, é inegável o quanto a determinação do DATER/MDA serviu para colocar o tema da Agroecologia em debate desde os espaços de atuação local das organizações de base, nos territórios, nas esferas estadual, nacional e até mesmo internacional (DAMBRÓS; ARL, 2015).

É nesse contexto de promoção de uma ATER numa perspectiva agroecológica que, em 2013, é lançada a “Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013”, tendo como objeto a “Seleção de entidades para prestação de serviços de ATER destinado a famílias de agricultores/as visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO” (BRASIL, 2013a).

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá acessa essa Chamada, com assinatura de contrato firmada em dezembro de 2013, porém só inicia as atividades em abril de 2014, devido aos trâmites próprios desse formato contratual. Esse contrato se referia à execução do projeto em três territórios do estado de Pernambuco: Zona da Mata, Agreste e Sertão, nos quais a instituição está presente há mais de 20 anos, atuando em comunidades rurais junto a famílias agricultoras e suas organizações, numa perspectiva de construção do conhecimento e implementação de propostas com bases agroecológicas. Nos territórios do Agreste e do Sertão do Pajeú, essas iniciativas têm como eixo norteador a convivência com o Semiárido, através de metodologias participativas para promoção do desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 2 – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A análise documental, foi a opção metodológica utilizada para realização do estudo aqui apresentado. Seguindo Bardin (1977), o processo de pesquisa que se seguiu à etapa de fundamentação teórica e contextualização do objeto, se constituiu das seguintes etapas: a) Pré-análise: organização do material - escolha e seleção dos documentos; b) Exploração do material: estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos e c) Tratamento dos resultados: interpretação referencial, reflexão e intuição com base nos documentos estabelecem relações.

A abordagem da pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, utilizando como técnica a pesquisa documental. Minayo (2009, p. 21) define a pesquisa qualitativa destacando que:

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

O enfoque quantitativo tem por base a quantificação de dados, buscando medir opiniões e informações, utilizando recursos da estatística, como porcentagem, média e desvio padrão, para fazer a análise do conjunto de variáveis, que podem representar alguns ou todos os elementos de uma determinada amostra. Esse tipo de pesquisa tem como uma das principais características a passividade e neutralidade do pesquisador perante a realidade estudada (KNECHTEL, 2014). No caso apresentado será utilizado para trazer informações mensuráveis sobre dimensões, tais como a participação do público beneficiário, suas categorias e como isso se relaciona com o contexto do objeto da pesquisa.

A pesquisa documental se caracteriza por ter a fonte de coleta dos dados restrita a documentos, sejam eles no formato escrito ou não, denominados de fonte primária (LAKATOS, 2003). Há que se considerar, nesse caso, a diversidade de pistas contidas em documentos que devem ser analisadas à luz do questionamento inicial, no entanto, podem ser feitas descobertas surpreendentes que, às vezes, obrigam o pesquisador a modificar ou enriquecer o referido questionamento (POUPART et al, 2008).

Nesse caso foram utilizados documentos públicos e institucionais, disponibilizados pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, com formatos

escrito e de vídeo. Além disso, foi utilizada a experiência da autora, enquanto membro da equipe técnica do Centro Sabiá no referido período, no qual foi executado o Projeto de ATER Agroecológica “Caminhos para a Sustentabilidade no Sertão do Pajeú de Pernambuco”, através da Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013.

Para chegar a essa proposta metodológica de pesquisa, foi considerada a conjuntura do momento no qual o estudo foi realizado, iniciado no segundo semestre de 2020, justamente no ano em que o mundo atravessava uma grave crise sanitária, em função da pandemia da Covid 19⁸, chegando-se à conclusão que a opção mais viável para realizar a pesquisa sobre essa ação seria a coleta de dados, através de pesquisa bibliográfica e documental, em fontes primárias e secundárias.

Como fontes primárias foram utilizados documentos gerados durante os quase quatro anos (abril de 2014 a dezembro de 2017) de execução da Chamada de ATER Agroecológica (Quadro 1), elaborados pela equipe técnica responsável pela realização das atividades, tanto em campo quanto administrativamente, ligadas ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá), instituição responsável por esse lote da Chamada.

Também foi lançado mão de documentos elaborados no decorrer da execução do projeto, tanto por exigência de contrato na execução da chamada pública, quanto registros utilizados como instrumentos institucionais de narrativa de ações, como parte metodológica de geração de fontes de informação e estratégias de comunicação, para consultas presentes e futuras.

⁸ A pandemia de COVID-19 iniciou sua linha do tempo em 31 de dezembro de 2019 com o aparecimento de casos de pneumonia grave de etiologia desconhecida na cidade de Wuhan, na China. Em 7 de janeiro de 2020, autoridades sanitárias chinesas identificaram o agente etiológico dessa Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) como sendo um coronavírus, o SARS-CoV-2, sendo a doença denominada COVID-19, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 3 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria MS no 188, o Ministério da Saúde do Brasil declarou Emergência de Saúde Pública de Interesse Nacional (ESPIN). Em Pernambuco, os dois primeiros casos importados, notificados, de COVID-19 aconteceram em 12 de março de 2020. Dois dias depois, o estado publicou seu primeiro Decreto Lei, proibindo eventos com mais de 50 pessoas, seguido por vários outros decretos, publicados no mês de março e em meses subsequentes, com medidas de distanciamento social de diversas naturezas (SOUZA et al., 2020, p. 2).

Quadro 1 – Relação de documentos analisados

Identificação do Documento	Descrição	Foco da análise do documento
Estatuto Social do Centro Sabiá	Contém o conjunto de normas e regras a serem observadas no funcionamento e gestão institucionais.	Orientações institucionais para as práticas de extensão rural e construção do conhecimento em Agroecologia.
Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013	Documento que descreve as premissas e condicionantes para execução do projeto de ATER Agroecológica	Buscar os termos e descrições específicas voltadas para as práticas extensionistas agroecológicas.
Projeto apresentado à Chamada Pública de ATER Agroecológica (2013)	Contém a proposta de ação institucional no âmbito da Chamada de ATER Agroecológica	Identificar elementos da proposta pedagógico-metodológica para desenvolvimento das ações.
Relatório da avaliação do Projeto ATER Agroecologia no Território do Sertão do Pajeú	Elaborado no encerramento do Projeto de ATER Agroecológica, em 2017, baseado em uma avaliação com participação de representantes das famílias beneficiárias, no município de Triunfo (PE), sob a coordenação do Centro Sabiá.	Resultados, impactos, desdobramentos e desafios gerados de forma direta ou indireta pelo projeto de ATER Agroecológica.
Relatório do Seminário Caminhos para a Sustentabilidade do Semiárido	O Seminário aconteceu entre os dias 20 a 22 de novembro de 2017 no Centro Paulo Freire do MST, Assentamento Normandia Caruaru – PE como estratégia de avaliação do Projeto ATER Agroecológica, executadas pelo Centro Sabiá, em três territórios do Estado de Pernambuco.	Avaliação, a partir das famílias, técnicos/as e gestores institucionais, de resultados alcançados ao longo dos quase quatro anos de execução do projeto
Relatórios de atividades de campo.	Narram conteúdos e processos metodológicos adotados nas atividades desenvolvidas pela equipe técnica.	Metodologias, práticas e instrumentos pedagógicos utilizados para a execução do projeto junto às famílias agricultoras
Relatórios ilustrativos de atividades	Relatos de atividades, parciais, enviados à SAF/DATER/MDA com narrativas das ações realizadas e seus resultados..	Analisar a metodologia e os resultados obtidos a partir da execução do projeto junto às famílias agricultoras
Vídeos institucionais do Centro Sabiá	Contém depoimentos de agricultores/as, técnicos/as, gestores institucionais e imagens narrativas das ações da ATER Agroecológica.	Identificar dimensões pedagógico metodológicas na execução da ATER Agroecológica.
Boletim “Dois Dedos de Prosa”	É um dos instrumentos de comunicação do Centro Sabiá, sob a forma de boletim, editado a cada 3 meses,	Verificar as leituras institucionais sobre o projeto quando da sua execução.
Sistema Informatizado de ATER – SIATER	Plataforma do Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde eram anexados todos os relatórios de atividades executadas, gerava atestes e continha as atividades planejadas.	Acesso aos relatórios de atividades executadas pela equipe técnica.

Fonte: Elaboração própria (2021)

Todos os relatórios de atividades eram lançados no Sistema Informatizado de ATER – SIATER, plataforma digital à época da execução do ATER Agroecologia, ligado ao, hoje extinto, Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. Atualmente essa plataforma ainda existe e chegou a ser consultada durante essa pesquisa, apesar da lentidão do sistema e, em meados de setembro/2021, não se disponibilizava mais acesso aos relatórios por essa via.

Como suporte teórico esta pesquisa teve seu referencial bibliográfico perpassando a Extensão Rural e ATER Agroecológica, conforme descritos no Capítulo 1 deste trabalho. Esta, por sua vez, trará luz à construção do estudo, do ponto de vista da compreensão e embasamento científico para os conceitos e temas abordados. Como fonte secundária foi utilizado levantamento bibliográfico, consultando materiais tanto físicos quanto em formato digital.

Essas dimensões não foram construídas isoladamente, ao contrário coube aqui a utilização da “técnica da triangulação” na análise dos dados. Nesta se estabelece que a coleta e a análise de dados fazem parte de uma etapa do arcabouço de pesquisa qualitativa, num processo de retroalimentação constante; só didaticamente é possível separar esse múltiplo enfoque no estudo de um fenômeno social (TRIVIÑOS, 1987).

2.1 PRODUTO FINAL

Como “Produto Final” da pesquisa foi elaborado um texto em formato de Cordel, trazendo a reflexão sobre a execução, sua metodologia, ferramentas e conclusões, como instrumento pedagógico a ser utilizado por educadores/extensionistas rurais, para auxiliar nos debates e construção do conhecimento sob a ótica de uma ATER Agroecológica no contexto do Semiárido brasileiro.

Esse formato de material foi selecionado, considerando a forte característica cultural do território Sertão do Pajeú, de identidade com a poesia e suas várias possibilidades, sendo o Cordel uma peça de comunicação dinâmica e de grande potencial didático pedagógico.

O Cordel é um gênero literário popular, que utiliza uma linguagem clara e direta, propiciando interação do leitor com o texto de forma lúdica, possibilitando um rápido entendimento sobre o tema abordado. Suas narrativas podem ser muito abrangentes, trazendo aos leitores desde “causos” populares, até versões de clássicos da literatura universal, assim como temas do cotidiano. Nesse processo, o Cordel, normalmente

apresentado em forma de folheto, demonstra ser um excelente instrumento para a construção do conhecimento (NEVES, 2018, p. 46).

No caso deste estudo, foi utilizada a tradicional estrutura dos cordéis, no tocante às técnicas para a construção das estrofes, referentes à métrica e à rima; uma sequência narrativa com lógica de “começo, meio e fim”, onde as estrofes se complementam e interligam; um texto poético central relativamente breve; e uma configuração visual muito próxima dos cordéis clássicos. Porém, o desenho desse cordel foge do estilo tradicional, trazendo uma apresentação com informações sobre a origem do produto.

Assim, foi construído um produto bibliográfico poético, com estrofes em sextilha, estilo de construção de poesias típico dos Cordéis, onde cada estrofe é formada por seis versos, ou seja, seis frases. Nesse produto a elaboração seguiu com rimas entre a segunda, quarta e sexta linhas.

2.2 O *LOCUS* DA PESQUISA – SERTÃO DO PAJEÚ - PERNAMBUCO, SEMIÁRIDO BRASILEIRO

A presente pesquisa foi realizada no Sertão do Pajeú, o qual está inserido no Semiárido brasileiro. Assim, antes de tratar das particularidades do Sertão do Pajeú, é importante destacar algumas características gerais e informações do Semiárido brasileiro que se articulam com as características do *locus* da pesquisa.

2.2.1 O Semiárido brasileiro

O Semiárido brasileiro é caracterizado por ser uma região que ocupa cerca de 12% do território nacional (1,03 milhão de km²) e abrange 1.262 municípios brasileiros, considerando a delimitação atual divulgada em 2017, através da Resolução 115, de 23 de novembro de 2017, da Sudene (DOU, 2017). Aproximadamente 27 milhões de brasileiros/as (12% da população nacional) vivem na região semiárida brasileira, com densidade demográfica de 25 habitantes/km² (INSA, 2017).

A maior parte do Semiárido situa-se no Nordeste brasileiro, inserido nos nove estados que o compõem: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; também se estende pela parte setentrional de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha), estado da

região Sudeste do Brasil, ocupando cerca de 18% do território daquele estado. Dos nove estados do Nordeste, metade tem mais de 85% de sua área caracterizada como semiárida, sendo o Ceará o que possui a maior parte de seu território com esse perfil. Em número de municípios, os estados com maior quantidade são Bahia (278), Paraíba (194), Piauí (185), Ceará (175), Rio Grande do Norte (147) e Pernambuco (123). O Maranhão passou a fazer parte do Semiárido Legal em 2017 com a inserção de 2 municípios (BRASIL, 2017)

Com relação à divisão das terras propícias à agricultura na região, os dados demonstram que: cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis do Semiárido. Ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares, conhecidos como latifúndios, detêm 38% das terras. Mais da metade (59,1%) dos brasileiros em situação de extrema pobreza estão no Nordeste. Destes, mais da metade (52,5%) vivem em áreas rurais da região. Olhando para a faixa etária, 4 em cada 10 pessoas extremamente pobres têm entre 0 e 14 anos (IBGE, 2010).

Em 60,09% dos municípios do Semiárido, que abriga nove milhões de habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁹ varia de Muito Baixo a Baixo. O IDH leva em consideração indicadores de longevidade, educação e renda. Todos os municípios do Semiárido apresentaram IDH inferior ao do Brasil (0,727). As contradições e desigualdades sociais que permeiam a região podem ser percebidas inclusive no acesso à renda, que reflete também uma forte desigualdade de gênero. Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), metade da população no Semiárido, não possui renda monetária ou tem como única fonte de rendimento os benefícios governamentais, sendo em sua maioria (59,5%) mulheres (ASA, 2018)

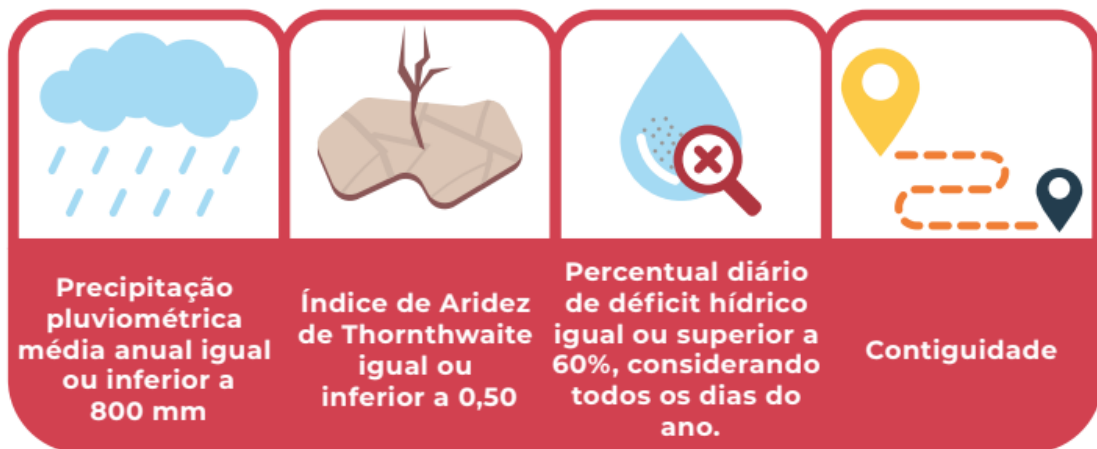
Os que dispõem de até um salário mínimo mensal somam mais de cinco milhões de pessoas (31,4%), sendo 47% mulheres. Ao mesmo tempo, somente 5,5% dispõem de uma renda entre dois a cinco salários mínimos, a maioria (67%) homens, e dos 0,15% com renda acima de 30 salários mínimos apenas 18% são mulheres. O

⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28>

índice de Gini¹⁰, que mede o nível de desigualdade a partir da renda, está acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios do Semiárido, demonstrando uma elevada concentração da renda na região (ASA, 2018).

O atual clima do Semiárido se instalou entre 8 e 10 mil anos atrás e o comportamento das chuvas é documentado pelos viajantes desde a época do Império. Comparado com outras regiões semiáridas do mundo, onde chove entre 80 a 250mm por ano, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta. Nele, a precipitação pluviométrica fica, em médias, de 200 a 800mm anuais. As chuvas são concentradas em poucos meses do ano e distribuídas de forma irregular em todo Semiárido (ROCHA, 2009). Em 2017, por meio da Resolução N. 107 a SUDENE atualizou os parâmetros para definição do Semiárido brasileiro considerando precipitação, índice de aridez, déficit hídrico e continuidade das secas (Figura 1).

Figura 1 - Critérios para delimitação do Semiárido atualizados em 2017 por meio da Resolução 107 do Conselho Deliberativo da SUDENE.



Fonte: Fortini (2020).

Assim, a seca no Semiárido brasileiro não é caracterizada pelo baixo volume de chuvas caídas, mas pela sua distribuição irregular no espaço e no tempo. O clima da região sofre a influência de fenômenos, tais como: El Niño, que interfere

¹⁰ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2004).

principalmente no bloqueio das frentes frias vindas do sul do país, impedindo a instabilidade condicional na região, e a formação do dipolo térmico atlântico, caracterizado pelas variações de temperaturas do oceano Atlântico, variações estas favoráveis às chuvas, quando a temperatura do Atlântico Sul está mais elevada do que aquela do Atlântico Norte (SUASSUNA, 2019).

Outro fator que influencia na ocorrência de secas é a pequena profundidade do solo, que reduz a capacidade de absorção da água da chuva. A presença de solos cristalinos na maior parte da região limita o abastecimento dos aquíferos subterrâneos. Estima-se que mais de 90% da chuva não são aproveitadas devido à sua evaporação e ao seu escoamento superficial (MARQUES *et. al*, 2014).

Como é natural das regiões semiáridas, esse volume de chuva é menor do que o índice de evaporação que, no Semiárido brasileiro, é de 2.500mm por ano. Isso determina um déficit hídrico importante, especialmente para quem vive da agricultura e da criação de animais na região (MONTENEGRO; MONTENEGRO, 2012)

Esse desafio tem sido enfrentado pelas famílias agricultoras através do uso de tecnologias sociais diversas, sendo uma delas as cisternas de placas: estruturas utilizadas para estoque de água da chuva. A água acumulada serve tanto para o consumo humano, quanto para uso na agricultura e criação animal. Essa tecnologia representa um marco para a convivência com o Semiárido (ASA, 2018)

A vegetação típica e predominante do Semiárido nordestino é a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, formado por espécies vegetais adaptadas aos períodos de estiagens prolongadas. Ocupa uma área de cerca de 800 mil km² e está incluída nos nove estados da região Nordeste: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Maranhão além de Minas Gerais, região Sudeste.

O nome Caatinga é de origem indígena e significa “mata branca”. As plantas desse bioma apresentam características peculiares, que lhes confere capacidade para atravessar longos períodos com pouco ou nenhum fornecimento de água. A exemplo podemos citar a queda das folhas na estação seca, caules e raízes suculentas com capacidade para estoque de água e nutrientes, ciclo de vida curto e sementes com dormência. Os animais também se adaptaram para sobreviver nesse ambiente, adquirindo hábitos noturnos ou de buscar sombras durante o dia (KILL *et al.*, 2007; SENA, 2011).

Kill *et al.* (2007) ressaltam que a Caatinga, mesmo aparentando ausência de verde durante a estiagem, tem fauna e flora de grande riqueza, com grande quantidade de espécies endêmicas. Entre os vegetais destacam-se os cactos (mandacaru, xiquexique, facheiro), as bromélias (macambiras) e as leguminosas (catingueiras, juremas e angicos). São registradas cerca de 1.000 espécies de plantas. O bioma também apresenta uma grande diversidade de animais, representados por diferentes espécies. Foram registradas 380 espécies de aves, onde 20 dentre estas se encontram ameaçadas de extinção.

A ararinha-azul é um exemplo de ave em extinção, considerando-se a sua ausência na natureza. Existem também muitos mamíferos (roedores, preás, saguis, etc.), sendo 148 espécies; sapos e cobras, têm 47 espécies cada; e os lagartos são 44. São exemplos de animais típicos da Caatinga: o veado-catingueiro, a raposa, os lagartos, os tatus, a jararaca da seca, a ararinha-azul, as avoantes e a asa branca. A exploração desordenada dos recursos naturais da Caatinga tem provocado o desaparecimento de algumas espécies e, conseqüentemente, perda na sua biodiversidade (KILL *et al.*, 2007).

Para melhor compreensão das dinâmicas sociais desenvolvidas nessa região, é imprescindível resgatar sua história. Silva (2019) argumenta que a chegada dos não nativos ao Semiárido nordestino teve início já no período colonial, antes mesmo de outras regiões do interior do país, orientada pelos rios (principalmente o São Francisco) e vales. Diversos foram os fatores para fixação dessa população nesse lugar. Entre estes, está a doação, por parte da Coroa Portuguesa, de terras do Sertão, servindo como prêmio pelos serviços prestados ao reino de Portugal. A chegada do rebanho bovino no Semiárido foi impulsionada pela falta de espaço no litoral, onde prevalecia a cultura canavieira, através das margens do Rio São Francisco, sendo essa uma das principais causas a contribuir para a fixação de não indígenas nessa parte do Brasil. O gado solto na zona canavieira não era aceito, pois danificava as plantações de cana-de-açúcar, principal fonte econômica para aquela região (SILVA, 2019)

Houve, dessa forma, um aumento da vinda de pessoas do litoral, determinante para a ocupação de outras regiões sertanejas e outros rios, pelos vaqueiros se deslocando com os rebanhos em busca de água, assim como também as serras que forneciam alimento para o gado nos meses secos do ano. Portanto, foram esses vaqueiros os propagadores das novas formas de agricultura na região,

trazidas com os portugueses, de certo modo inapropriadas para um lugar de clima Semiárido, pois não o conheciam em profundidade como os nativos. As novas culturas alimentares trazidas (milho, feijão, etc.) dependem de chuvas regulares, mantendo, portanto, a população em alerta permanente sobre a precipitação pluviométrica a cada ano. A ocorrência de estiagens prolongadas, fenômeno próprio dessa região, acarreta severos prejuízos às colheitas para esse modelo de agricultura implantado (SILVA, 2019).

O Semiárido, então, foi sendo tomado aos poucos, envolvido em movimentos de luta pela terra e pela água entre nativos (indígenas) e invasores. Um processo que resultou em muitos embates de resistência por parte dos povos indígenas, tendo como consequência a extermínio de milhares de nativos depois de décadas de luta. Um dos motivos principais foi a não colaboração com a cultura do acúmulo de riquezas, praticada pelos europeus. Portanto, as lutas pela posse da terra e da água sempre marcaram a história do Semiárido (FERRAZ, 2006; SILVA, 2019).

Outra motivação para o aumento populacional dos sertões foi o cultivo do algodão, conhecido no passado como “ouro branco”. Esta espécie já era cultivada no Semiárido, por encontrar nesse ambiente um clima favorável ao seu desenvolvimento. E foi o mercado internacional, impulsionado pela guerra civil estadunidense que limitava a produção desta cultura no Sul dos Estados Unidos, o grande estímulo para a ampliação e fixação de muitos moradores a partir do século XIX nos sertões (SILVA, 2019).

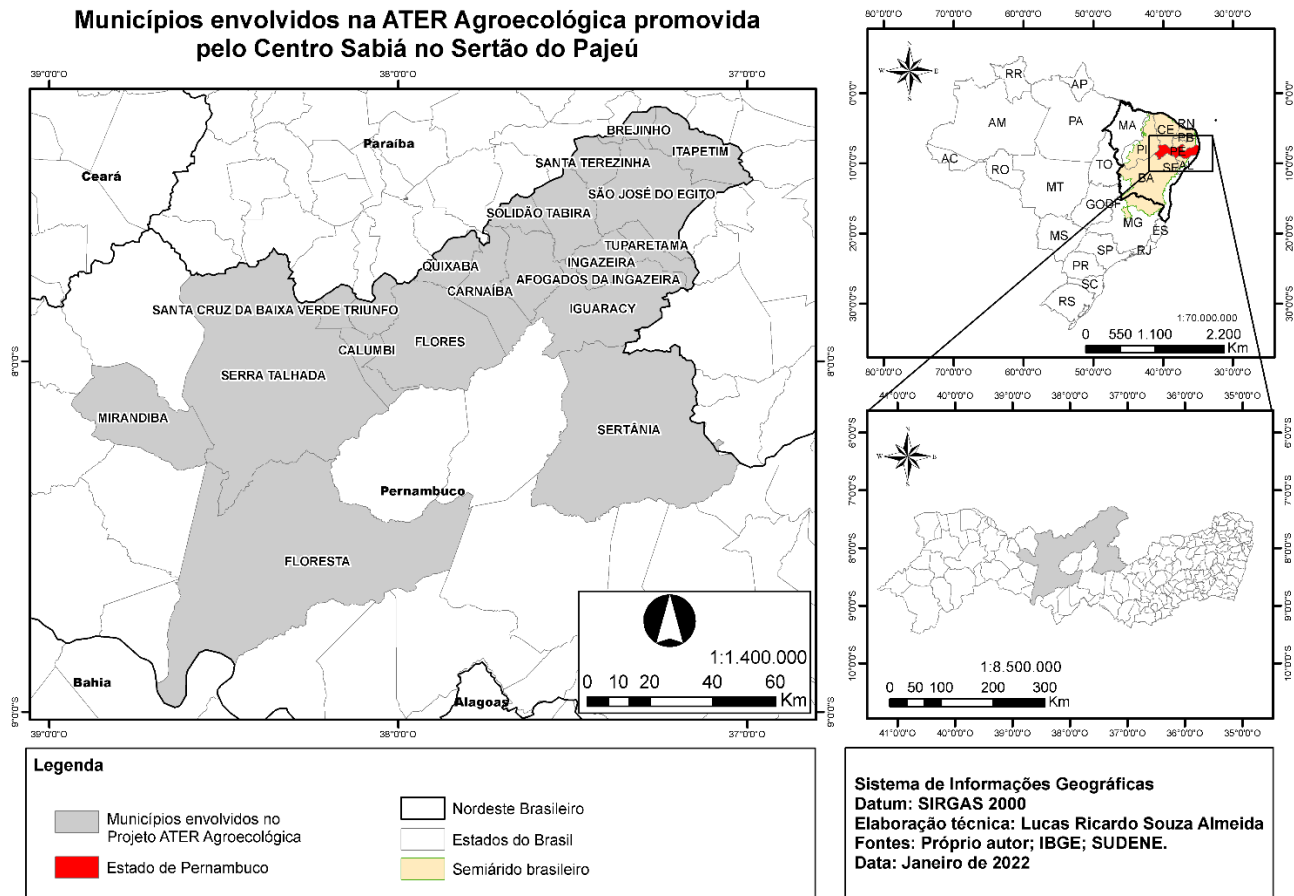
2.2.2 O Sertão do Pajeú

Inserido nesse contexto, o Sertão do Pajeú, estado de Pernambuco, recorte geográfico dessa pesquisa, é composto por 17 municípios, segundo divisão geopolítica em Regiões de Desenvolvimento (RD's) do governo do estado. São eles: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama (BDE, 2021).

Para a Chamada de ATER Agroecológica, objeto de estudo desta pesquisa, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial incorporou a esse conjunto, para efeito de execução do projeto, mais três municípios, sendo eles: Floresta, componente da RD Sertão de Itaparica; Mirandiba, pertencente à RD Sertão Central e Sertânia, que faz parte da RD Sertão do Moxotó. Assim, foram 20 os municípios contemplados pela

Chamada de ATER Agroecológica e, para efeito pedagógico da pesquisa, foi considerado esse conjunto de municípios como território Sertão do Pajeú (Figura 2).

Figura 2 - Mapa com os 20 municípios de atuação da Chamada de ATER Agroecológica – Sertão do Pajeú



Fonte: Elaboração Lucas Ricardo/Sertão Agroecológico (2021)

Apesar de fazerem parte de outras RD's, os três municípios anexados à esse processo, são fronteiriços com o Sertão do Pajeú e possuem características identitárias, análogas aos demais, não trazendo dicotomias consideráveis para a análise em questão. Essa incorporação utilizou a lógica da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que definia como Território Rural “um espaço geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais tais como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições. Possui população formada por grupos sociais relativamente distintos que se inter-relacionam interna e externamente por

meio de processos caracterizados por um ou mais elementos que indicam identidade, coesão e sentido de pertencimento” (IADH, 2011).

Segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011) esses 20 municípios somam uma população de 391.983 habitantes, dos quais 245.397 (55,7%) estão em zonas urbanas e 146.586 (44,3%) em áreas rurais (Tabela 1). A Sua área total é de 15.657,30 Km², o que resulta em uma densidade demográfica de 44,38 hab./Km².

Tabela 1 - Dados demográficos Sertão do Pajeú

Municípios	População residente						Área total (km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)
	Absoluta			Relativa (%)				
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural		
Afogados da Ingazeira	35.088	27.402	7.686	100,0	78,1	21,9	377,70	92,90
Brejinho	7.307	3.386	3.921	100,0	46,3	53,7	106,30	68,76
Calumbi	5.648	2.180	3.468	100,0	38,6	61,4	179,30	31,50
Carnaíba	18.574	7.624	10.950	100,0	41,0	59,0	427,80	43,42
Flores	22.169	9.364	12.805	100,0	42,2	57,8	995,60	22,27
Floresta	29.285	19.973	9.312	100,0	68,2	31,8	3.644,20	8,04
Iguaraci	11.779	6.110	5.669	100,0	51,9	48,1	838,10	14,05
Ingazeira	4.496	2.456	2.040	100,0	54,6	45,4	243,70	18,45
Itapetim	13.881	8.426	5.455	100,0	60,7	39,3	404,80	34,29
Mirandiba	14.308	7.141	7.167	100,0	49,9	50,1	821,70	17,41
Quixaba	6.739	2.495	4.244	100,0	37,0	63,0	210,70	31,98
Santa Cruz da Baixa Verde	11.768	5.277	6.491	100,0	44,8	55,2	114,90	102,39
Santa Terezinha	10.991	6.876	4.115	100,0	62,6	37,4	195,60	56,20
São José do Egito	31.829	20.960	10.869	100,0	65,9	34,1	798,90	39,84
Serra Talhada	79.232	61.275	17.957	100,0	77,3	22,7	2.980,00	26,59
Sertânia	33.787	18.557	15.230	100,0	54,9	45,1	2.421,50	13,95
Solidão	5.744	1.831	3.913	100,0	31,9	68,1	138,40	45,50
Tabira	26.427	19.769	6.658	100,0	74,8	25,2	388,00	68,11
Triunfo	15.006	7.944	7.062	100,0	52,9	47,1	191,50	78,35
Tuparetama	7.925	6.351	1.574	100,0	80,1	19,9	178,60	44,38
Total	391.983	245.397	146.586	100,0	55,7	44,3	15.657,30	42,9

Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE, 2011

Neste cenário, observa-se que a população do território apresenta uma renda muito baixa. Segundo o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011), 27,04% da população da região tem rendimento nominal mensal per capita até 1/4 do salário mínimo e 26,45% tem rendimento nominal mensal per capita entre 1/4 a 1/2 salário mínimo. A economia da região está baseada, principalmente, na agricultura e na pecuária de pequeno porte, sendo essas as atividades que impulsionam o Produto Interno Bruto (PIB) do Sertão do Pajeú/PE. De acordo com informações da Base de Dados do Estado - BDE (2021), o PIB per capita do Sertão do Pajeú, tendo como referência o período de 2010 a 2018, foi de R\$ 7.196,64, em média, o que representa 0,13% do PIB do Estado de Pernambuco. O PIB da região está bem abaixo do PIB da capital, Recife, que foi de R\$ 28.678,81 per capita no mesmo período, o que representa uma enorme diferença existente entre a economia da região comparando-a com a da capital pernambucana.

Ainda de acordo com dados do BDE (2021), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio da região é de 0,607. Este valor pode indicar uma moderada expectativa de vida, índice de educação e renda razoáveis¹¹.

Esses índices são referências, dentre outras, que precisam ser observados para a execução de políticas públicas, entre estas a Assistência Técnica e Extensão Rural, especialmente em se tratando da agricultura de base familiar, que é um dos setores mais afetados pela ausência de iniciativas voltadas para o seu desenvolvimento.

Outro aspecto relevante para ser considerado está na cultura desse território. O Sertão do Pajeú apresenta forte referência de coesão identitária no Rio Pajeú, ao longo do qual o território foi sendo ocupado, formando aglomerados urbanos e rurais. O rio, os costumes e os aspectos climáticos, sobretudo a “seca”, são vastamente referenciados na cultura dessa região, através da arte, representada especialmente pela música e pela poesia, sendo esta última, elemento demarcador da identidade dita “pajeuzeira”. No Sertão do Pajeú encontra-se uma vasta presença de poetas, representantes de categorias diversas dessa arte: repente, viola, glosa e embolada, são algumas destas variantes, que têm na oralidade uma de suas características mais marcantes.

¹¹ O desenvolvimento humano seria considerado pleno com o IDH de 1.

É nesse cenário territorial, do Sertão do Pajeú, que foi realizada a Chamada de ATER Agroecológica (Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista para Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste - Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013), executada junto a 1.300 famílias agricultoras distribuídas em comunidades rurais dos 20 municípios do território. As comunidades e famílias foram selecionadas a partir de algumas orientações norteadoras, como fazerem parte, preferencialmente, de dinâmicas do Centro Sabiá, e/ou de organizações parceiras, no Sertão do Pajeú, trazendo uma potencialização para a ação proposta.

Nesse contexto surge a motivação para a pesquisa aqui proposta, diante de algumas inquietações pessoais no tocante às políticas de ATER, sua pertinência metodológica para a agricultura familiar na convivência com o Semiárido, os efeitos ou a falta deles na ausência de execução dessa política e os desafios de uma iniciativa de assessoria com a perspectiva agroecológica. Essas foram apenas algumas questões provocadoras, surgidas no período de execução da Chamada de ATER Agroecológica no Sertão do Pajeú/PE e após a realização dessa experiência, especialmente depois de escutar a avaliação das famílias participantes do processo.

CAPÍTULO 3 – CAMINHOS PERCORRIDOS PELO CENTRO SABIÁ E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA E DO PROJETO ATER AGROECOLOGIA NO PAJEÚ

Neste tópico, vamos discorrer sobre os caminhos traçados pelo Centro Sabiá para chegar até a construção da proposta de ATER Agroecologia, a partir de um contexto histórico da instituição e as estratégias utilizadas para qualificar a execução da Chamada de ATER Agroecologia no território, junto às famílias agricultoras. Esse processo incluiu momentos anteriores à execução, assim como durante, no intuito de qualificar a ação.

3.1 CENTRO SABIÁ – CONTEXTO HISTÓRICO INSTITUCIONAL NO SERTÃO DO PAJEÚ

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, é uma organização não governamental, sediada em Recife – Pernambuco, fundada no ano de 1993, com um trabalho voltado para a agricultura familiar camponesa, com base nos princípios da Agroecologia. A sua atuação tem ênfase no desenvolvimento e multiplicação da Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2021).

A organização tem como objetivo:

Contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, voltado para o fortalecimento das famílias agricultoras e suas organizações, proporcionando valores solidários e igualitários nas relações de gênero e geração, promovendo a defesa e a proteção do meio ambiente, do patrimônio público e do consumo consciente (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2016, p. 1)

O Centro Sabiá atua no Sertão do Pajeú desde 1993, junto a famílias agricultoras, numa perspectiva de convivência com o Semiárido e da Agroecologia, com ênfase nos sistemas de produção sustentáveis. As práticas apoiadas nesse contexto, a partir de técnicas e princípios agroecológicos, têm contribuído para a segurança alimentar dessas famílias e geração de renda, a partir da comercialização dos excedentes nos mercados locais por elas mesmas, tais como feiras agroecológicas e mercados institucionais (PAA e PNAE), possibilitando uma maior

apropriação à renda gerada com essas dinâmicas (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013, p. 5).

Nesse percurso de atuação no território, o Centro Sabiá reconhece os muitos desafios para consolidação de uma proposta de desenvolvimento, que considere essas perspectivas, principalmente pelo contexto de avançada degradação ambiental e desigualdades sociais existentes. Assim, no âmbito da ATER Agroecológica, algumas ações são estratégicas, tais como contribuir com a auto-organização dos agricultores familiares e camponeses, fortalecer as redes e articulações atuantes na região, apoiar e valorizar iniciativas protagonizadas por mulheres e jovens rurais, assim como avançar na construção do conhecimento agroecológico (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013).

Uma estratégia adotada pelo Centro Sabiá, enquanto organização de educação popular, considerada uma centralidade da atuação institucional construída ao longo de sua história, está na adoção de práticas voltadas para a Agricultura Agroflorestal. Essa proposta tem demonstrando porque a transição do sistema convencional de produção para o agroecológico é vantajosa, a partir da observação de avanços significativos para a qualidade de vida das famílias que vêm adotando essa abordagem, inovadora para o desenvolvimento dos seus sistemas produtivos.

Os impactos estão na produção de alimentos de forma mais diversificada, contínua e saudável; na segurança alimentar e nutricional; na melhoria da fertilidade do solo; na melhor qualidade na saúde por deixar de usar agrotóxicos; e a geração de trabalho e renda (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013).

A execução do Projeto de ATER Agroecologia é parte de um processo iniciado muito antes, pelo Centro Sabiá, no Sertão do Pajeú, ainda no início dos anos 1990. A construção da proposta exigiu um longo percurso anterior, envolvendo reflexões institucionais e diálogos internos e externos, envolvendo as equipes nos territórios de atuação do Sabiá e organizações parceiras atuantes nesses lugares, alinhadas nessa mesma perspectiva de uma ação agroecológica, partindo de propostas para convivência com o Semiárido. Surge, portanto, num contexto territorial em construção, através de outros projetos e processos realizados ou em andamento, não só pelo Centro Sabiá, mas também por outras instituições.

As várias dinâmicas territoriais voltadas para as práticas agroecológicas, constituem um tecido construído por reflexões, diálogos e processos políticos orgânicos no Sertão do Pajeú, considerando a autonomia institucional das organizações aí atuantes, porém fruto de arregimentações ao longo da história de atuação das mesmas nesse espaço. Esse formato articulado de atuação é parte da história e própria das dinâmicas sociais e políticas do território, envolvendo não só as organizações não governamentais (ONGs), como também organizações de outras naturezas, como a igreja e movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Na construção do projeto de ATER Agroecologia, foram consideradas as diversas dinâmicas em curso no Sertão do Pajeú, assim como a organização e participação popular, demarcados na história desse território. Não seria possível uma ação democrática e participativa sem antes vislumbrar esse contexto no qual, inclusive, há espaços de ampla articulação e debate voltados para refletir e incidir nas práticas e políticas de desenvolvimento para a convivência com essa realidade ambiental, social, econômica e política. Ou seja, a proposta não tem o ano 2014 como seu marco inicial, se insere numa conjuntura em processo de construção, com e/ou sem a participação institucional do Centro Sabiá.

Diante desse contexto territorial, organizações não governamentais aí atuantes, se envolveram nos diálogos como estratégia de ampliação das leituras sobre os 20 municípios, as comunidades e atividades a serem envolvidas no projeto de ATER Agroecologia, conforme a Chamada Pública INCRA e SAF/DATER nº 12/2013 (BRASIL, 2013a), que seria gerido pela Secretaria de Agricultura Familiar, via Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Era uma oportunidade de fortalecer, tanto as propostas construídas por essas organizações, voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, quanto executar uma política há muito defendida no âmbito das organizações populares do Semiárido, com destaque para o território em questão.

Contatos foram feitos pelo Centro Sabiá e, após uma reunião da qual participaram, além do Centro Sabiá como articulador, a Associação de Desenvolvimento Sustentável da Serra da Baixa Verde (ADESSU) a Casa da Mulher do Nordeste, o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) e a Diaconia, todas ONGs parceiras e que, juntas, possuíam dinâmicas que, somadas, se irradiavam por todos os 20 municípios demandados pelo Edital do MDA/SAF/DATER. Desse

encontro surgiu a proposta de descentralizar a equipe técnica que seria contratada pelo Centro Sabiá, porém teria como base de atuação comunidades que estavam nas dinâmicas dessas parceiras, potencializando as ações desenvolvidas no Sertão do Pajeú.

Esse formato, além do fortalecimento das ações, traria maior viabilidade operacional, considerando a ampla abrangência territorial proposto pelo Edital, o que exige uma estrutura, do ponto de vista espacial, descentralizada, com bases físicas em sub-regiões, o que nenhuma das organizações possuía isoladamente, porém as cinco parceiras, tinham bases físicas de forma distribuída na região. Foram esses aspectos, tanto estruturais quanto da filosofia de atuação alinhadas à construção do conhecimento de bases agroecológicas, na perspectiva da convivência com o Semiárido, que levaram a esse formato de operacionalização inusitado e mobilizador de diversas forças organizativas no território.

3.2 PREPARANDO O CAMINHO DA EXECUÇÃO

Como primeira atividade voltada para a operacionalização do projeto, foi realizado um Seminário de Planejamento, em Aldeia (Camaragibe-PE), no mês de abril de 2014, reunindo a coordenação do Centro Sabiá, organizações parceiras e equipe técnica, onde foram consolidados os apontamentos das comunidades a serem contempladas pela ação, seus respectivos números de famílias, assim como traçado o plano de atividades para dar início ao processo no território. O Edital dividia as atividades em “Pré-fixadas”, com carga horária pré-definida e atividades “Variáveis”, cujo tempo para execução, de cada uma delas, deveria ser determinado pela organização proponente do projeto (Quadro 2).

Quadro 2 - Atividades previamente estabelecidas pela Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013.

Atividades Pré-fixadas		
Atividade	Carga horária (horas)	Abrangência
Reuniões de articulação com parceiros	04	Municipal
Atividades Variáveis		
Atividade	Carga horária (horas)	Abrangência
Mobilização e seleção de famílias (Reuniões)	08	Comunitária
Reuniões iniciais com as famílias selecionadas	08	Comunitária
Caracterização da Unidade Familiar de Produção (UFP)	04	Familiar
Atualização da caracterização das UFP no 2º e 3º anos	03	Familiar
Diagnóstico	24	Comunitária
Planejamento inicial	16	Municipal
Atividades para construção do conhecimento	Carga horária diversa	Familiares, comunitários e territoriais
Avaliação e atualização do planejamento inicial	Definido pelo planejamento inicial	Territorial
Avaliação final	Definido pelo planejamento inicial	Territorial

Fonte: Brasil (2013a).

As atividades de “Construção do Conhecimento” tinham um caráter mais flexível, no que se refere ao Contrato, com temáticas e formatos construídos coletivamente, com a participação das famílias, nos processos anteriores, principalmente nas etapas de planejamento. Vale aqui salientar, que a Chamada em questão não contemplava recursos voltados para a investimentos nos agroecossistemas, sendo previsto exclusivamente a assessoria técnica.

Nesse percurso, ao final de 2014 e início de 2015, foi realizado um curso para os/as profissionais ligados ao projeto, contratados/as pelo Centro Sabiá para compor a equipe técnica, com o objetivo de capacitá-los/as com base nos conhecimentos e habilidades necessários à implementação de práticas agroecológicas junto às famílias agricultoras, contribuindo numa abordagem para o desenvolvimento sustentável do meio rural e para mudanças nas desigualdades de gênero. Segundo a PNATER/2004, a formação de formadores é uma das premissas orientadoras para a execução das atividades de ATER, partindo do princípio do exercício das práticas e princípios da Agroecologia.

Para o estabelecimento de um novo paradigma orientado ao desenvolvimento rural sustentável e ao estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, com base nos princípios da Agroecologia, deve-se ter como ponto de partida

um processo de capacitação massiva de extensionistas e assessores técnicos, capaz de garantir a implantação de um enfoque de ATER baseado em processos educativos potencializadores do crescimento do ser humano como cidadão. Isto requer uma sólida formação dos agentes para o uso de metodologias participativas promotoras do envolvimento consciente dos atores sociais e que fortaleçam suas capacidades para a ação individual e coletiva (BRASIL, 2004, p. 21)

Atendendo a essa dimensão, esse curso, realizado de forma modular, envolveu, além da equipe técnica do Centro Sabiá, outras instituições atuantes no território Sertão do Pajeú, incluindo estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) / Núcleo de Estudos Pesquisas e Práticas Agroecológicas (NEPPAS), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e agricultores experimentadores, como forma de democratizar o processo formativo e, a partir dessa estratégia, contribuir para a ampliação da proposta metodológica, nas perspectivas participativa e agroecológica.

A metodologia da formação foi construída pelo Centro Sabiá, em conjunto com professores e professoras conhecedores/as e praticantes da Agroecologia, da UFRPE, ligados ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas no Semiárido - NEPPAS, num formato voltado para trazer a diversidade necessária para a abordagem ampla, sistêmica e multidisciplinar da Agroecologia, através das dimensões: conceitual, política, sociocultural e econômica, ecológica e técnico-produtiva e educativas. Essas dimensões foram distribuídas em temáticas tratadas nas perspectivas teórica e prática, com base nas vivências e construções desenvolvidas pelas organizações no campo agroecológico e da convivência com o Semiárido.

3.3 – CAMINHOS METODOLÓGICOS DO CENTRO SABIÁ NA EXECUÇÃO DA ATER AGROECOLÓGIA NO SERTÃO DO PAJEÚ

Nesta seção do trabalho fez-se uma descrição de como se desenvolveu o trabalho de ATER ao longo do projeto, as ações e atividades, realizadas com uso de instrumentos e métodos, através da equipe técnica atuante, também responsável pela proposição metodológica, baseada na sua diversidade de formação profissional e experiências anteriores no campo da extensão rural, na perspectiva de uma educação popular.

Um desafio para o Centro Sabiá, foi operacionalizar uma ATER pública, tendo como base uma proposta metodológica participativa construída através das experiências institucionais de assessoria e, essas, se adequando às exigências temporais e espaciais da Chamada de ATER em questão, considerando que era um projeto a ser executado num período de 40 meses, em 20 municípios, atendendo a 1.300 famílias (SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, 2013).

Como veremos a seguir, o Centro Sabiá adotou uma metodologia, partindo das suas práticas, experiências e aprendizados, através das quais desenvolveu uma proposta metodológica que dialoga com a cultura, conhecimentos e saberes das populações locais e, nesse caso da ATER Agroecologia, correlacionando com as exigências contratuais, mas sem perder de vista a essência da sua própria natureza de atuação, principalmente no que tange aos aspectos pedagógicos (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013).

Paulo Freire faz referência ao papel de extensionistas, enquanto educadores, ressaltando que:

(...) educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1983, p. 15)

Dialogando com essa lógica “Freireana”, aconteceram as ações que serão descritas nas próximas linhas, junto a agricultores e agricultoras familiares, atendidos por esse projeto aqui narrado.

3.4 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS INSTITUCIONAIS DO CENTRO SABIÁ

O Centro Sabiá tem como premissa atuar de forma conjunta com as famílias agricultoras junto às quais trabalha, assim como suas organizações, respeitando suas dinâmicas de relação social, fortalecendo e interagindo com suas potencialidades, através de metodologias coletivas de aprendizagem. Essa perspectiva de atuação, tem em vista fortalecer os processos de automobilização e auto-organização das famílias agricultoras e suas comunidades, com ou sem a presença de agentes externos, inclusive do próprio Centro Sabiá, visando seu desenvolvimento numa perspectiva sustentável e libertadora (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013)

A instituição adota um conjunto de princípios para realização das suas práticas de Assessoria Técnica, com base nos aprendizados de vivência, referenciado pela sua missão e visão institucionais, pautados para contribuir no fortalecimento da Agroecologia e autonomia das famílias agricultoras, considerando os contextos específicos, que deverão ser orientadores para as técnicas e métodos a serem adotados pela instituição através da equipe técnica (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ,2013), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Síntese dos princípios institucionais do Centro Sabiá

Princípio institucional	Descrição
Participação plena dos/as agricultores/as em todas as decisões.	O Centro Sabiá entende que todas as decisões sobre o agroecossistema familiar devem ser tomadas pelo/a agricultor/a e sua família. O que plantar, o que criar, que insumos utilizar, onde comercializar, tudo isso deve ser fruto de um planejamento participativo onde a família agricultora, de forma autônoma, toma as suas decisões.
A adesão à Assessoria Técnica do Centro Sabiá pela família é voluntária.	As famílias agricultoras são livres para decidir se querem ou não a assessoria da instituição, que preconiza a transição agroecológica.
Respeito aos conhecimentos dos agricultores e agricultoras e às culturas locais.	O Centro Sabiá trabalha com o conceito de construção coletiva do conhecimento, que parte do conhecimento tradicional dos agricultores e agricultoras sobre os seus agroecossistemas e, a partir daí, busca fazer reflexões sobre os problemas identificados e a construção coletiva de soluções.
Na sua intervenção nas comunidades o Centro Sabiá parte de uma leitura crítica e contextualizada da realidade local.	Isso significa questionar visões preconceituosas e de que a realidade é imutável, pois somos todos sujeitos de mudanças. Isso diz respeito tanto às relações com a natureza como às relações de gênero. Um exemplo são os momentos de planejamento do agroecossistema, que são espaços estratégicos para problematizar o uso de insumos agroquímicos, que trazem impactos ao meio ambiente e na economia e saúde das famílias; bem como a forma desigual como é tratado o trabalho, a apropriação da renda e a representação política de homens e mulheres na família e na comunidade. Nesse sentido, o Centro Sabiá busca em sua prática pedagógica combater a violência, contribuir com a autonomia econômica e protagonismo político das mulheres, com vistas a promover a igualdade entre os gêneros.
O Centro Sabiá constrói com as famílias agricultoras o conhecimento sobre a Agroecologia a partir da experimentação e sistematização.	A sistematização dos saberes e práticas ecológicas tradicionais da agricultura camponesa foi o que subsidiou desde o início da ação da instituição os processos de experimentação e intercâmbio entre agricultores/as. Estes intercâmbios estimulam os agricultores/as a “experimental” em seus agroecossistemas as metodologias, tecnologias e práticas de manejo agroecológicos. A reflexão e sistematização destas experiências e os seus erros e acertos agregam novos conhecimentos, ampliando e dando movimento a este contínuo processo de construção coletiva.
Tem a Agrofloresta enquanto método e estratégia para construção de uma agricultura de base agroecológica que produza alimentos e gere renda de forma sustentável e garantindo a autonomia das famílias.	A Agrofloresta enquanto método significa ter a natureza enquanto modelo a ser “imitado” e adotar os princípios da Agrofloresta como referência para o trabalho na agricultura. Ter a Agrofloresta como estratégia significa entendê-la enquanto um sistema produtivo que inclui a família e os consumidores, pois é a articulação do processo produtivo, de beneficiamento dos produtos e de acesso a mercados diversos que garantem a sustentabilidade e autonomia da família e do sistema.

<p>Investe na multiplicação de conhecimentos de agricultor/a para agricultor/a, subvertendo a lógica da extensão rural difusionista, onde o técnico detém o conhecimento e os/as agricultores/as apenas o recebem.</p>	<p>O Centro Sabiá procede na formação de jovens agricultores/as multiplicadores/as e na realização de intercâmbios de saberes, como forma de disseminar o conhecimento agroecológico e motivar processos de transição dos sistemas convencionais de produção para sistemas de base agroecológica.</p>
--	---

Fonte: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ (2013)

3.5 PEDAGOGIA INSTITUCIONAL

No decorrer da sua trajetória, o Centro Sabiá vem aprimorando um método pedagógico, pensando na formação junto às famílias agricultoras, associações comunitárias, grupos de jovens e de mulheres, denominada Assessoria Técnica Pedagógica (ATP). A proposta envolve a presença de profissionais em campo, realizando práticas e processos metodológicos, principalmente voltados para melhorar a produção de alimentos e outros produtos agrícolas e pecuários, trabalhados por este público (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013, p. 10).

Entre essas estratégias metodológicas, que já faziam parte da metodologia de trabalho institucional e foram utilizadas no processo de execução do projeto de ATER Agroecologia, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (2013), evidencia as citadas a seguir, observando, porém, que não são definitivas, mas estão em permanente aprimoramento numa perspectiva da educação, considerando as dinâmicas de contexto¹²:

a) Planejamento do Agroecossistema: realizado com base em alguns critérios pré-estabelecidos, sendo: conduzir a atividade de forma participativa, de preferência com todos os membros da família, com o cuidado para não excluir especialmente mulheres e jovens; conter um calendário agrícola, baseado na realidade climática e ambiental locais; refletir a realidade da família, nos âmbitos social, econômico e político; discutir e problematizar a divisão do trabalho (incluindo-se aí a divisão sexual do trabalho); constituir-se em um projeto de mudança para a família.

Durante o planejamento são utilizados alguns instrumentos metodológicos que facilitam a apropriação e participação dos agricultores/as, como: o mapa da propriedade (ferramenta que permite uma leitura crítica da realidade a partir do que existe no agroecossistema e ajuda na definição do que se planeja para o futuro); o diagrama de fluxos (onde é possível entender as interrelações entre os subsistemas

¹² Segundo Paulo Freire (2001, p. 84), a educação não é própria e exclusivamente a permanência ou a mudança de algo. A educação, porque se realiza no jogo desses contrários que se dialetizam, é “duração”. A educação “dura” na contradição permanência-mudança. Esta é a razão pela qual somente no sentido de duração é possível dizer que a educação é permanente. Por isto mesmo, permanente, neste caso, não significa a permanência de valores, mas a permanência do processo educativo, que é o jogo entre a permanência e a mudança culturais. A dialetização referida – permanência-mudança – que torna o processo educativo “durável” é a que explica a educação como um quefazer que *está sendo* e não que *é*. Daí seu condicionamento histórico-sociológico.

e os fluxos de energia e matéria); a ficha de planejamento (onde são registradas as atividades priorizadas pela família durante o ano para serem acompanhadas) e o calendário de atividades.

b) Assessoria Técnica Pedagógica (ATP): inicia-se com o planejamento do agroecossistema, e por sua vez subsidiará a preparação de elementos técnicos e metodológicos para as outras etapas. A ação pedagógica da ATP se utiliza de uma abordagem problematizadora, estimulando a compreensão do contexto social e político em que estão inseridas as famílias e a criatividade. Visando corrigir rumos do processo, dedica-se importância particular ao monitoramento permanente das ações planejadas o que contribui, sobremaneira, para a reflexão sobre as possibilidades de mudança, em diferentes contextos.

c) Dinâmicas Coletivas: realizadas no âmbito da ATP, visam estimular a troca de saberes entre agricultores/as, o planejamento de ações coletivas para problemas comuns às comunidades, o diálogo entre as famílias, na perspectiva de construção de redes de relações locais e territoriais, bem como de práticas solidárias, a exemplo, dos mutirões. Internamente, nas equipes técnicas, adota-se como dinâmica coletiva os momentos de reflexão sobre a prática do trabalho de assessoria, que majoritariamente, tem acontecido nas atividades de Planejamento Monitoramento e Avaliação.

d) Registro e Sistematização: se dá a partir da realização de jornadas¹³ com esse fim, que funcionam como espaços coletivos de construção de materiais pedagógicos onde os/as agricultores/as participam ativamente. Além disso, prima-se para que haja, por parte das famílias, a apropriação das informações geradas, seja em momentos de devolução de tais informações ou na checagem das mesmas.

Nesse contexto, a visualização das experiências tem um papel fundamental e vem sendo trabalhada a partir da elaboração de diferentes materiais impressos ou audiovisuais. As sistematizações têm sido apontadas como instrumentos de grande importância para os/as agricultores/as que têm, inclusive, utilizado os materiais

¹³ Processo formado por momentos diversos, nos quais se dialoga com os atores envolvidos na ação/projeto/atividade a ser sistematizada (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2014).

produzidos para subsidiar debates em suas reuniões e atividades formativas. O Centro Sabiá também tem estimulado e apoiado que os/as próprios/as agricultores/as sistematizem suas experiências e já existem resultados concretos nesse âmbito.

Outro elemento, considerado central na estratégia metodológica do Centro Sabiá, para contribuir com a multiplicação da Agricultura Agroflorestal e com a construção do conhecimento agroecológico, é a atuação de agricultores/as multiplicadores/as junto a outras famílias agricultoras. O papel desses sujeitos é o de sensibilizar outros agricultores/as para o desenvolvimento de práticas agroecológicas. Além da sensibilização, eles também contribuem na implantação e acompanhamento de novos sistemas de produção, auxiliando em atividades de planejamento e manejo junto a outras famílias.

Essa estratégia dialoga com a afirmativa de Freire (2001, p. 67), sobre a importância da comunicação de expressões serem realizadas através da lógica cognoscitiva e comunicativa, onde os sujeitos interlocutores se expressam através de um mesmo “sistema de signos linguísticos”. Ou seja, a expressão verbal, nesse caso, muito provavelmente, será percebida por estar dentro de um quadro de significados comuns aos sujeitos envolvidos na ação.

Para adoção dessa estratégia, o Centro Sabiá partiu da constatação do potencial existente na replicabilidade de conhecimentos e de processos de experimentação entre agricultores/as, observado no dia a dia da assessoria técnica praticada. Ocorre, portanto, em decorrência do acúmulo de aprendizados resultantes da prática cotidiana, assim como da capacidade de interlocução entre as pessoas que vivenciam as experiências e aquelas que estão tomando conhecimento a respeito, de modo inicial, principalmente quando essas pessoas também são agricultores e agricultoras.

Nessa perspectiva, as próprias famílias assessoradas, assim como suas organizações, formais ou não, assumem o papel de animadoras dos processos locais de fortalecimento da Agroecologia e influenciam na construção de políticas públicas e de processos de transição agroecológica, de forma autônoma e coerente (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2013).

Esse formato traz em si uma proposta dialógica, defendida por Freire (1987, p. 104), em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, quando expressa que na teoria dialógica “não há um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado, em

lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação”.

Como atividades meio, para a realização dessa proposta pedagógico-metodológica, são utilizadas ferramentas mediatizadoras, as quais serão objeto da narrativa a seguir no capítulo 4.

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA EXECUÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA NO SERTÃO DO PAJEÚ

Para concretizar a execução da Chamada de ATER Agroecologia, no Sertão do Pajeú, o Centro Sabiá realizou uma sequência de atividades, ao longo do período decorrido, para conclusão do projeto, entre abril de 2014 e dezembro de 2017. Cada um desses momentos foi previsto no projeto “Caminhos para a Sustentabilidade no Sertão do Pajeú de Pernambuco”, encaminhado para a SAF/DATER/MDA, ainda em 2013.

Essas atividades nortearam a execução, cada uma com sua especificidade, seguindo um caminho sequencial interdependente, num formato construtivo, seguindo a lógica pensada para a ação, tanto pedagógica quanto metodológica, com base nos princípios da Agroecologia, que possui na sua essência o caráter de participação dos atores envolvidos, tomando parte das decisões e rumos a serem tomados durante a ação.

Para realização de cada uma dessas atividades, foram utilizadas ferramentas pedagógicas, como estratégia para dinamizar a participação dos agricultores e agricultoras, ou seja, foram pensadas enquanto facilitadoras para a compreensão e envolvimento desses atores centrais da ATER Agroecologia. O uso destas ferramentas será objeto de detalhamento em um capítulo à parte do presente texto (Capítulo 5), como proposta didática nessa dissertação, apesar de acontecerem em paralelo, servindo de instrumento para as atividades.

4.1 REUNIÕES DE ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS

Eram atividades de caráter coletivo com quatro horas de duração, em média. Foi realizada uma dessas em cada município do Lote 33, totalizando 20 reuniões. O objetivo era estabelecer diálogos e reafirmar parcerias com organizações sociais e poder público local, no intuito de fortalecer as ações de ATER nos municípios. Para isso, a equipe técnica apresentava a proposta do projeto e discutia ajustes, caso necessário, além disso, buscava-se definir estratégias de ação conjunta para a execução das atividades aí consolidadas.

A mobilização para essas reuniões era ampla, buscando abranger o máximo de organizações e instituições atuantes com a agricultura familiar camponesa

nos municípios do território, no entanto houve uma atenção especial para a articulação de representações, a partir dos conselhos territoriais e municipais de desenvolvimento rural sustentável e de segurança alimentar e nutricional. Também foram mobilizadas, diretamente, secretarias municipais de agricultura, os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, empreendimentos da agricultura familiar formais e informais (mistos e/ou de mulheres), associações comunitárias e representações de assentamentos, nos municípios onde esses existiam.

Durante a atividade, eram apresentadas as linhas gerais do projeto com os objetivos, municípios de atuação, resultados esperados e perfil da equipe. Depois discutia-se as principais atividades a serem realizadas, estratégias de ação, metodologia de trabalho do Centro Sabiá e cronograma proposto. Num primeiro momento, a equipe buscava munir os participantes de informações para que, a partir disso, tivessem elementos para definir estratégias de ação e contribuir com formulações possíveis de alinhar ainda mais a execução do projeto à realidade de cada comunidade. Ao final de cada reunião era realizada uma avaliação da atividade, como estratégia para qualificação das etapas que se seguiriam a essa.

Essa era a primeira atividade realizada no município, portanto com uma natureza de chegada, para estabelecer laços com as representações locais e obter apoios para a execução do projeto. A partir daí se seguem as ações diretas com as famílias agricultoras, articuladas com a participação e validação das instituições municipais, especialmente as atuantes nas áreas rurais desses municípios predefinidos pela Chamada. Era, assim, atividade determinante para o início de um processo formado pelas etapas que logo veremos.

4.2 MOBILIZAÇÃO E SELEÇÃO DE FAMÍLIAS

As Mobilização e Seleção de Famílias, eram atividades que tinham uma duração de 08 horas, com a participação de um conjunto de comunidades pertencentes ao mesmo município. Geralmente aconteciam na comunidade que desse maior viabilidade pela localização geográfica. Foram realizadas 65 reuniões no primeiro ano (2014) e 12 no segundo ano (2015). Grande parte das famílias tinham assessoria ou haviam sido assessoradas anteriormente pelo Centro Sabiá ou parceiras; esse era, portanto, um momento estratégico para reafirmação desse acompanhamento aos processos de transição agroecológica.

Se buscava identificar e mobilizar novas famílias que se encontram em processo de transição agroecológica, ou mesmo que produziam com outros formatos, mas com abertura para a Assessoria Técnica Pedagógica voltada às práticas agroecológicas. A mobilização para a atividade era realizada junto às associações comunitárias, sindicatos, empreendimentos da agricultura familiar, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), assim como através de veículos de comunicação utilizados pelos/as agricultores/as nos municípios, tais como as rádios comunitárias e carros de som.

No projeto de ATER Agroecologia foi dispensada uma atenção especial para a participação das mulheres nas atividades. Para garantir esse aspecto, uma das estratégias foi identificar e mobilizar grupos de mulheres organizados e com uma dinâmica ativa, ou não. As juventudes também fizeram parte dessa mobilização específica, inclusive como estratégia do Centro Sabiá para fortalecer o processo de organização desse seguimento, através da Comissão Territorial de Jovens Multiplicadores da Agroecologia – CTJMA, já em curso desde o ano de 2005.

Para a realização de cada atividade, se primava pela articulação e participação ativa de todos/as os/as agricultores/as, onde eram apresentadas as linhas gerais do projeto (objetivos, municípios de atuação, resultados, perfil da equipe, etc), principais atividades a serem realizadas, estratégias de ação, metodologia de trabalho do Centro Sabiá e cronograma proposto.

Também era esse o momento no qual se agendavam as “Reuniões Iniciais com as Famílias Seleccionadas”, famílias essas optantes por aderir à assessoria do Centro Sabiá no âmbito do projeto. Ao final dessa atividade sempre era realizada uma avaliação, com o propósito de acumular aprendizados, como elemento pedagógico voltado para superar equívocos nas atividades seguintes.

Como forma de garantir um amplo envolvimento do público, evitando exclusão, poderiam participar desta atividade todas as famílias interessadas, independente de terem acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)¹⁴, cuja comprovação era feita por meio da assinatura de uma lista de presença. Administrativamente, para efeito de liquidação de despesas, eram considerados/as

¹⁴ Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. Informação disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acessado em: 03 ago. 2021.

beneficiários/as nestas ações todos/as os/as envolvidos/as no processo de mobilização que tinham DAP.

Possuir a DAP era uma exigência contratual da SAF/DATER, como forma de comprovação de que as famílias assessoradas se enquadravam na categoria de agricultura familiar, de acordo com a legislação vigente. Nesse período de execução da ATER Agroecologia, essas declarações eram emitidas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios ou pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Para ampliar a viabilidade da participação dos/as agricultores/as familiares, era assegurado o fornecimento de materiais didáticos, alimentação, transporte, alojamento (se necessário) e atividades de recreação para crianças (as chamadas “cirandas”), de forma a garantir a gratuidade, qualidade e acessibilidade. Essa premissa seria utilizada em todas as atividades coletivas, se constituindo numa estratégia de inclusão das pessoas mais vulneráveis das comunidades participantes.

4.3 REUNIÕES INICIAIS COM AS FAMÍLIAS SELECIONADAS

Essas eram as reuniões de primeiro contato mais direto com as famílias já selecionadas para participar do projeto. Tinham uma duração média de oito horas, com caráter coletivo. Ao todo foram realizadas 65 reuniões no primeiro ano (2014) e 12 no segundo (2015). O objetivo era iniciar o processo de organização para execução do serviço de ATER junto às famílias e contribuir para que os/as agricultores/as desenvolvessem ainda mais sua capacidade de auto-organização.

Esses momentos possibilitavam a constituição de grupos que se tornariam a base para a realização de diagnósticos comunitários, assim como contribuía para o início do processo de identificação das questões e temas de maior interesse para grupos e/ou comunidades, a exemplo da produção, beneficiamento, acesso a mercados, entre outros temas, que seriam mais aprofundados no trabalho posterior e focalizados nos diagnósticos e planejamentos. Nestas reuniões também era definida a agenda para atividades posteriores como a “Caracterização das Unidades Familiares de Produção” (UFP), “Diagnóstico” e “Planejamento inicial”.

A divulgação da pauta prévia, local e data, além de acontecer nas Reuniões de Mobilização e Seleção, também se davam através das organizações formais e/ou

informais de agricultores/as e lideranças comunitárias, com especial atenção para garantir a articulação, presença e participação ativa de mulheres e jovens.

Ao início da atividade a pauta, previamente anunciada, era apresentada e aberta para discussão e propostas de inserção de outros pontos. Ao longo da reunião era feita uma sistematização das principais ideias, propostas, deliberações e encaminhamentos buscando, sem isentar a responsabilidade da equipe técnica, distribuir atribuições e responsabilidades junto aos/as agricultores/as.

A coordenação da atividade, que inclui controlar o tempo para pausas ou execução de tarefas, fazer inscrições para ordenar as falas se necessário, elaboração da ata da reunião, ficava aberta também para a possibilidade de ser realizada pelos/as agricultores/as, a depender do nível de organização e empoderamento das pessoas participantes.

Durante as reuniões eram utilizados recursos audiovisuais digitais para apoiar na ação pedagógica, a depender das condições de cada local onde as reuniões eram realizadas (ex: *datashow* onde havia energia elétrica). A escolha dos recursos e da sua forma de utilização também dependia das possibilidades de compreensão de leitura e escrita dos participantes; assim, em grupos onde existiam pessoas com dificuldade de leitura a equipe utilizava desenhos, fotografias, representação gráfica em cartazes, etc.

Para a condução geral da estruturação da atividade, além das rodas de conversa, a equipe organizava trabalhos em subgrupos para a discussão dos temas predeterminados. Ao final do exercício sempre era realizada uma avaliação. Essa conduta e estratégias de ação citadas seriam utilizadas e levadas em conta em todas as atividades no âmbito desta proposta. Nessa, assim como nas demais atividades, era assegurado o fornecimento de materiais didáticos, alimentação, transporte, alojamento (se necessário) e as “cirandas”, no caso da presença de crianças, identificado com antecedência para organizar esse espaço.

4.4 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO (UFP)

Considerando o ponto de vista das exigências documentais do projeto, para realização dessa atividade bastaria o preenchimento do formulário disponibilizado pela SAF/DATER, através da plataforma digital SIATER. No entanto, optou-se pela utilização de outras ferramentas, como forma de dinamizar e provocar o debate de

modo mais participativo e instigante para os sujeitos da ação. Durante a atividade eram utilizadas ferramentas diversas, de acordo com a observação sobre o momento.

As Caminhadas Transversais eram sempre realizadas, por proporcionar uma primeira visualização da UFP (ou agroecossistema)¹⁵, fundamental para traçar um planejamento.

As fichas (Anexo 1) preenchidas com informações do agroecossistema, de forma manual, continham informações de dados pessoais, localização geográfica, informações socioculturais da família e informações sobre a produção e infraestrutura da propriedade. Esse material era digitalizado e arquivado. Essas informações eram referência do estágio no qual se encontrava o agroecossistema familiar, no momento em que se iniciou a execução do projeto de ATER Agroecologia e seria utilizado, após um período de assessoria, para avaliar em que medida a ação trouxe mudanças na vida da família.

Ao todo foram realizadas 1300 Caracterizações Iniciais, sendo 1040 delas (80% do Lote) no primeiro ano (2014) e 260 (20% do Lote) no segundo ano (2015). Desse modo, foi efetivado uma Caracterização em cada Unidade Familiar Produtiva (UFP) atendida pelo serviço de ATER, incorporadas até o 2º ano. As mesmas tinham duração média de quatro horas e as informações levantadas foram subsídios para o exercício do “Diagnóstico”. Além de metodologias provocadoras de um maior envolvimento e participação das famílias, também eram levantadas e sistematizadas informações da UFP no Roteiro de Caracterização, disponibilizado pelo MDA (ANEXO I).

As informações eram levantadas através de “Caminhadas Transversais” pelos agroecossistemas, diálogos individualizados e diálogos com toda a família ou parte de seus membros, construção de “Mapa da Área” e dos “Fluxos” existentes na UFP. Também eram consultados documentos e registros que retratassem informações sobre a família e a propriedade, se existentes e disponibilizados.

Eram tratadas questões relativas ao solo, às práticas agropecuárias, ao meio ambiente, às instalações, aos equipamentos, à produção, ao autoconsumo, aos hábitos alimentares, à comercialização, à renda, ao mercado, às relações sociais de

¹⁵ A O termo Unidade de Produção Familiar (UFP) era utilizado oficialmente, pela SAF/DATER, porém na prática do dia a dia a denominação “Agroecossistema” foi adotada pela equipe técnica do Centro Sabiá, pois expressa de forma mais qualificada a diversidade e potencialidade desses espaços de produção e vida. (Nota da autora).

gênero, geração, raça e etnia, à educação, à saúde, à divisão do trabalho, à participação em organizações sociais, ao acesso a programas e políticas públicas, às carências e às potencialidades. Também eram levantadas informações referentes ao conhecimento e práticas agroecológicas.

Nesta atividade as famílias faziam um novo desenho dos agroecossistemas, considerando “como gostariam que elas fossem”. A partir disso, e com as interpretações do primeiro desenho e perguntas complementares, se definia as iniciativas a serem tomadas nas áreas. Nestes desenhos a finalidade era obter a materialização das relações de saberes, onde as famílias indicavam, com seus conhecimentos e vivências, o que podiam fazer para aproveitar melhor a propriedade e o/a técnico/a, municiado de informações, contribuía na reorganização, ajustes e/ou inovação nos agroecossistemas. Desta forma, se construía além da caracterização, um planejamento das propriedades, fruto também da construção coletiva, como garantia da corresponsabilidade, na busca da execução do que foi planejado.

4.5 ATUALIZAÇÃO DA CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO FAMILIAR (UFP)

Atividade individual, efetivada com o intuito de atualizar as caracterizações das UFP no 3º ano. Ao todo foram realizadas 1177 atualizações no terceiro ano, cada uma delas representando uma atividade, com média, de quatro horas de duração. Para tal, foram envolvidos, novamente e na medida do possível, todos os membros da família que construíram a caracterização inicial, reforçando a importância da participação ativa de mulheres e jovens.

Para essa atualização foi retomado o mapa da propriedade, a linha do tempo da família, o questionário do MDA e o diagnóstico em si para observar as transformações, ajustes e/ou adequações ocorridas nos agroecossistemas familiares.

Esta atividade apresentava, pelas suas características, forte potencial para a identificação de possíveis mudanças, a partir do cenário inicial, e para qualificar as demandas de continuidade na prestação dos serviços de ATER, servindo inclusive para subsidiar o processo de Avaliação Final (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2016b)

A princípio, a previsão era de todos os beneficiários que receberam a atividade de “Caracterização da UFP” no 1º ano, passassem por essa “atualização”

duas vezes, com intervalo de 12 meses entre cada uma. No entanto essa quantidade sofreu alterações durante o projeto, pois 123 famílias se desligaram ao longo da execução da proposta, por motivações diversas. Não houve substituição dessas famílias desistentes, pois não havia recursos previstos para a realização de todas as atividades componentes do projeto, junto a elas, no seu conjunto.

4.6 DIAGNÓSTICO DAS COMUNIDADES

Ao todo foram realizados 65 Diagnósticos, no primeiro ano do projeto, e 12 no segundo. Eram atividades coletivas, junto às famílias agricultoras nas suas comunidades, com 24 horas de duração, em média, cada. O período de realização dessa atividade nem sempre acontecia por 03 dias seguidos, se adequando às distintas realidades e contextos locais, principalmente considerando a dificuldade dos agricultores e agricultoras em se ausentar das suas tarefas diárias durante esse tempo.

A realização desses Diagnósticos tinha, como principal finalidade, subsidiar os “Planejamentos Iniciais” a serem realizados posteriormente. Vale aqui salientar, mais uma vez que, para execução dessa atividade eram consideradas as especificidades sociais, de gênero, geração, raça e etnia. Assim, buscava-se identificar os afazeres das mulheres e jovens e a sua participação em todo o processo produtivo nos agroecossistemas, bem como as suas dificuldades e demandas específicas.

Além disso, procurava identificar, entre outros fatores, se havia grupos produtivos de mulheres e/ou jovens organizados ou algum outro tipo de organização coletiva protagonizada por esses sujeitos. Além das abordagens citadas anteriormente, entre os principais pontos observados na construção do diagnóstico se destacavam:

- A caracterização dos sistemas produtivos da comunidade, para identificar as experiências positivas do local;
- As tipologias dos agroecossistemas;
- Levantamento de questões críticas, especialmente nas dimensões econômica, produtiva, ambiental, social, cultural e organizativa;
- Levantamento da situação quanto ao uso de insumos químicos, uso de recursos hídricos, solo e bens naturais da localidade;

- Identificação das políticas públicas acessadas e potenciais;
- Identificação das relações sociais da comunidade/grupo quanto ao acesso a mercados e organização econômica;
- Priorização de problemas a serem enfrentados;
- Identificação das principais potencialidades da comunidade.

O Centro Sabiá tem incorporado ao seu roteiro metodológico os Diagnósticos Rurais Participativos (DRP), e possui consolidada experiência na sua implementação junto a coletivos de famílias agricultoras. Durante os DRP a equipe técnica busca se aprofundar, também, em questões e problemas já identificados em atividades anteriores. O caráter coletivo dos diagnósticos contribui para que desafios e potencialidades, sejam expressados por agricultores e agricultoras e, com base nesses apontamentos, ações coletivas sejam traçadas.

Estes diagnósticos são compostos por um conjunto de procedimentos metodológicos participativos e emancipadores, através do uso de ferramentas, a serem adaptados dependendo de cada realidade em que forem aplicados. No caso da ATER Agroecologia no Sertão do Pajeú, foram utilizados: o mapeamento das comunidades, a FOFA, a dinâmica do sol e da lua e, em algumas situações, a linha do tempo, descritos no Capítulo 5, envolvendo tal discussão.

Na dinâmica de construção metodológica dos DRP, utilizada pelo Centro Sabiá, o conjunto das técnicas a ser usada em cada diagnóstico, sua forma de aplicação, a duração, o encadeamento das técnicas, entre outras particularidades, é construído de forma personalizada a cada realidade na qual esta ferramenta será aplicada, a depender das necessidades e recursos locais disponíveis. Por essa razão, o Centro Sabiá dá grande importância à etapa de planejamento que antecede cada DRP.

O trabalho é realizado por uma equipe interdisciplinar, que avalia o formato mais adequado para a execução dos DRP, em razão da diversidade de temas que surgem nesse tipo de ação. Esta equipe, permite ampliar problematizações e percepções durante o DRP. O registro das falas e vivências realizadas, durante o diagnóstico, é indispensável para que o mesmo não se perca em si e para que, tanto a equipe técnica quanto as famílias agricultoras, possam acumular com esse processo e desencadeá-lo em outras ações.

Nesse aspecto, a equipe técnica tem uma importante responsabilidade que é de sistematizar os registros, observações e devolvê-los aos/as agricultores/as. Essa premissa é parte do entendimento de que numa proposta participativa, a devolutiva dos dados ao grupo não é apenas um procedimento de validação e correção da percepção dos técnicos, mas também um compromisso ético dessa concepção, pois o princípio que orienta essa práxis não é o de “se fazer pelos/as outros/as”, mas um “fazer com esses sujeitos da ação”, determinando que esses resultados pertencem aos agricultores/as e com estes/as devem ser debatidos e encaminhados no formato de ações práticas.

Esse roteiro metodológico dos diagnósticos vem sendo aperfeiçoado, coletivamente, pelo Centro Sabiá e outras entidades ligadas aos movimentos sociais, através da Rede ATER Nordeste¹⁶, que atua no sentido de fortalecer o trabalho de organizações sociais do campo agroecológico que assessoram, tecnicamente, famílias agricultoras, numa perspectiva emancipadora e dialógica. Essa Rede, inclusive, recebeu apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), no período desse projeto de ATER Agroecológica, no Sertão do Pajeú.

4.7 PLANEJAMENTO INICIAL

Ao todo foram realizados 21 Planejamentos Iniciais com 16 horas de duração cada, sendo um em cada município do Lote e um para todo o Lote. Essas atividades foram realizadas até o 6º mês do início da execução do projeto, com caráter coletivo. Os Planejamentos Iniciais, tinham por objetivo a formulação de estratégias e ações para intervenção coletiva e individual junto às famílias agricultoras, e foram construídos a partir das informações acumuladas nos diagnósticos e etapas anteriores. A Figura 3, a seguir, retrata a sistematização de uma dessas atividades.

¹⁶ Criada em 2003, a Rede ATER Nordeste é formada por entidades integradas em espaços políticos formados por organizações de base (sindicatos, associações, cooperativas, grupos informais, etc.). Um dos princípios desta Rede se baseia nas relações das entidades integrantes que atuam nos processos de construção coletiva da transição agroecológica. Esta abordagem inclui a crítica à extensão rural convencional e a implementação de uma nova política de extensão rural adaptada ao Nordeste brasileiro (LIMA, 2018, p. 107).

A organização dessa atividade se dava a partir de grupos de interesse, formados nas etapas anteriores (“Reuniões iniciais com as famílias selecionadas”, “Caracterização da UFP” e “Diagnóstico das comunidades”) e sua realização acontecia por municípios.

Figura 3 - Construção do Planejamento Inicial no município de Flores, utilizando tarjetas para registro dos encaminhamentos.



Fonte: Acervo fotográfico do Centro Sabiá

Foi realizado também um Planejamento Inicial com a presença de representações de todos os municípios do Lote 33. Esses/as representantes eram indicados nos Planejamentos Iniciais por município. O objetivo desta atividade era de prospectar ações, a partir da visualização de possíveis pontos de convergência nas demandas de cada município, fomentar a articulação entre grupos e organizações de agricultores/as e propiciar o diálogo entre as ações de ATER e as dinâmicas de articulação territoriais já existentes, de modo a dar mais visibilidade, transparência e capilaridade às ações do projeto.

Durante os planejamentos foram realizadas atividades específicas com as mulheres, com intuito de identificar e incorporar estratégias e ações de apoio ao desenvolvimento e fortalecimento de grupos organizados de mulheres, potencializando sua autonomia produtiva, econômica e social.

É no momento dos Planejamentos Iniciais que os/as agricultores/as, juntamente com a equipe técnica, determinam a proposta de metodologia, tempo de duração e cronograma de execução das seguintes atividades: “Atividades para Construção do Conhecimento”; “Avaliação e Planejamento Anual”; “Avaliação Final” utilizando das possibilidades de atividades coletivas e individuais, respeitando o mínimo de horas para cada agricultor/a familiar, estabelecido na Chamada.

Além disso, essa atividade também deu a oportunidade de rever e/ou reconstruir os indicadores e a proposta metodológica, utilizada pelo Centro Sabiá, visando alinhar a prática e os resultados que se pretendiam alcançar com a Assessoria Técnica Pedagógica a ser realizada, tendo como base o objeto do contrato.

O Planejamento Inicial já começa a ser gestado, desde os primeiros momentos individuais e coletivos de contato dos técnicos com os/as agricultores/as e esse processo se intensifica durante os Diagnósticos. O Planejamento Inicial é um momento mais sistemático de decisão e divisão de tarefas. É o momento do coletivo se perguntar e procurar respostas para perguntas como: “E aí, o que fazer? Como fazer? Quem faz? Quando faz? O que é necessário? Com quem podemos contar?” Com base nas principais questões, problemas e causas apontados nos Diagnósticos.

Para facilitar ao grupo, formular sobre essas e outras questões referentes ao monitoramento do projeto, metodologia, etc, de forma participativa, a equipe técnica trabalhou, sempre que cabia, com subgrupos e plenárias. Dinâmicas de grupo também eram utilizadas para contribuir com o entrosamento e manter o coletivo envolvido com a atividade.

Todas as informações e acordos, firmados durante essas atividades, foram sistematizadas em um documento de Planejamento Inicial, posteriormente apresentado ao MDA para análise e aprovação do cronograma das atividades variáveis, ou seja, aquelas que não tinham uma carga horária descritas no Edital da Chamada de ATER, podendo ser definidas pela organização executora no seu conteúdo e forma, desde que obedecesse aos limites de tempo e custos, estes sim objetos de contrato.

4.8 ATIVIDADES PARA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Essa seção exigirá uma narrativa mais longa, em se comparando com as demais, por tratar-se de uma fase na execução do ATER Agroecologia, dedicada às

atividades práticas, envolvendo a construção do conhecimento de forma concreta, no fazer do dia a dia da agricultura familiar. Podemos considerar como a centralidade do projeto, porém sem desconsiderar que as diferentes fases estão interligadas pela metodologia construída.

As atividades para construção do conhecimento, com vistas à promoção da Agroecologia, tinham caráter individual e/ou coletivo, em quantidade, tempo, cronograma de execução e proposta de metodologia definidas nos Planejamentos Iniciais e apresentadas em documento ao MDA. Com base na experiência do Centro Sabiá, e nos debates iniciais, estas atividades foram compostas por visitas técnicas às UFP, intercâmbios, seminários, reuniões, mutirões, cursos, oficinas e trocas de experiências.

Com exceção das “Visitas Técnicas às UFP” todas as demais atividades eram de caráter coletivo, nas quais deveria se observar o número mínimo de 5 e máximo de 35 pessoas por atividade. Conforme o previsto para os Planejamentos Iniciais, aconteceram atividades para construção do conhecimento específicas para mulheres agricultoras, voltadas ao apoio e fortalecimento da produção agroecológica das mesmas; sistematização de experiências protagonizadas pelas mulheres; capacitação para a produção, beneficiamento, comercialização e gestão e formação em políticas públicas

Nessa fase foram realizadas atividades específicas com mulheres, não apenas por ser uma exigência do Edital referente a Chamada Pública orientadora desse projeto, mas também e principalmente, por ser essa uma das premissas do Centro Sabiá, como estratégia para “contribuir para o empoderamento das mulheres(...) na luta contra as desigualdades na perspectiva do fortalecimento da Agroecologia” (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2021b).

Um depoimento, registrado em vídeo, de Maria Cristina Aureliano de Melo, à época da ATER Agroecologia no papel de Coordenadora Técnico Pedagógica do Centro Sabiá, ajuda a compreender a ação específica com as mulheres, no âmbito desse projeto:

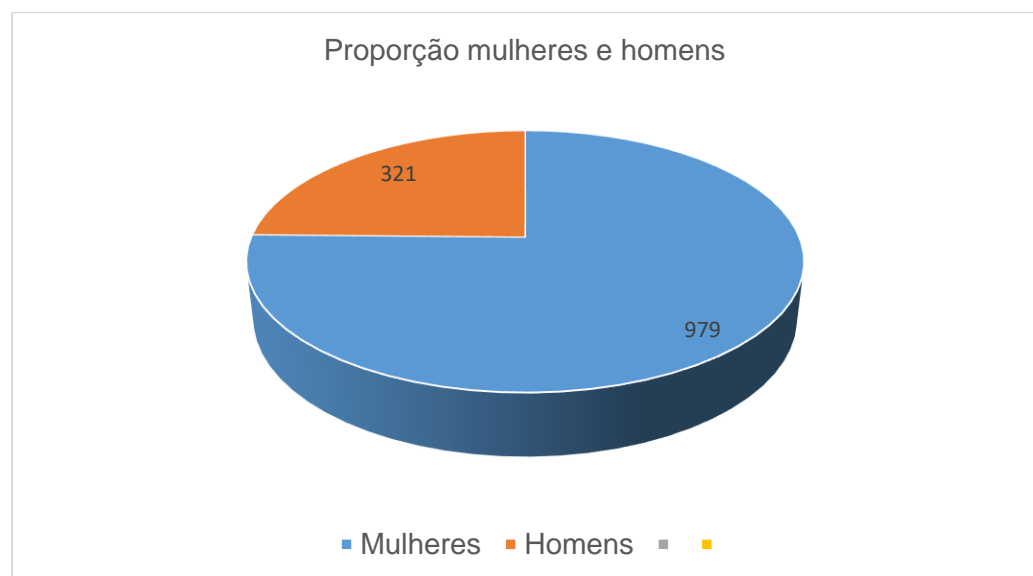
“A chamada pública de ATER Agroecologia, a gente pode dizer que ela é uma conquista das mulheres. E ela propiciou um conjunto de atividades, no campo produtivo para as mulheres, seja na assessoria, seja intercâmbios, seja no campo da formação, da capacitação, onde as mulheres puderam trabalhar com as temáticas da agrofloresta, das hortas, do artesanato, do beneficiamento da produção. E também de fortalecer os grupos de mulheres

existentes” (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2017e).

Durante as atividades específicas com mulheres se abordavam, de forma transversal, temas como: gênero, feminismo e desenvolvimento, divisão sexual do trabalho e promoção da igualdade de gênero. Os conteúdos abordados também eram trabalhados de modo a incentivar e apoiar a auto-organização das mulheres, a socialização do trabalho doméstico e dos cuidados, e o protagonismo das mesmas na Agroecologia.

O público atendido pela chamada de ATER Agroecologia, foi formado por 75% de mulheres, segundo cadastro registrado no Sistema de ATER – SIATER, plataforma utilizada pelo MDA para registro e monitoramento das atividades executadas. Das 1.300 famílias participantes, 979 estavam cadastradas em nome de mulheres, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantidade de mulheres e homens cadastrados como representantes das famílias para assessoria via ATER Agroecologia – Total = 1.300.



Fonte: Centro Sabiá, 2015

Para trabalhar essas temáticas específicas relacionadas a gênero, contou-se com o apoio de organizações de mulheres e movimentos sociais feministas parceiros. Essas e outras temáticas também tiveram a oportunidade de serem trabalhadas com as famílias e com a equipe técnica, através de formações realizadas por assessores/as técnicos/as.

Uma das estratégias de implementação das atividades de construção do conhecimento coletivas e/ou individuais, que o Centro Sabiá já adotava e que também foi fortalecida e colocada em prática no âmbito da execução dessa proposta, foi a atuação das Comissões Territoriais de Jovens Multiplicadores da Agroecologia - CTJMA e de Agricultores/as Multiplicadores/as para se envolver, principalmente, nas atividades práticas de construção do conhecimento agroecológico e na realização de processos de articulação e mobilização locais, assim como no apoio aos processos de sistematização de experiências.

4.8.1 Visitas técnicas aos agroecossistemas

Eram realizadas de forma individual, com duração média de quatro horas, atendendo cada família a partir das suas especificidades, norteadas pelos diálogos das atividades de planejamento anteriores. A partir da quantidade de famílias atendidas por cada técnico/a, chegava-se a uma média de três Visitas Técnicas por ano.

A principal finalidade era fomentar a participação da família na construção do planejamento das atividades a serem desenvolvidas no agroecossistema. Este planejamento tinha a perspectiva da viabilização da soberania alimentar e do empoderamento socioeconômico e político, buscando estruturar a propriedade para atender às reais necessidades da família com base na sua autonomia (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2016).

A orientação para realizar essa atividade era de, sempre que possível, envolver o maior número de pessoas da família, privilegiando a participação das mulheres, considerando diálogos transversais sobre relações de gênero, principalmente sobre a divisão sexual do trabalho. Essa estratégia, tinha como objetivo fortalecer e valorizar a participação das mulheres na estrutura da agricultura familiar, onde é responsável por uma grande parcela de trabalho, porém sem reconhecimento social, inclusive da própria família, sobre sua importância e significado.

Durante as visitas, eram abordadas uma diversidade de temas tais como: manejo do solo e da água, rotação e diversificação de culturas, implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais (SAF), manejo dos resíduos sólidos, controle de pragas e doenças, criação de pequenos animais, apicultura, meliponicultura, manejo de

quintais produtivos, beneficiamento de frutas e de mel, produção para o consumo e para a comercialização, possíveis espaços para a comercialização, dentre outros que variavam de acordo com a necessidade de cada família (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2016).

4.8.2 Intercâmbios sobre experiências agroecológicas

Com duração de 16 ou 24 horas, o principal objetivo desses intercâmbios estava na troca de conhecimentos a partir de visitas a grupos de agricultores/as, seus agroecossistemas e comunidades que já desenvolviam atividades, mais consolidadas, voltadas para práticas agroecológicas.

Durante esses intercâmbios eram visitadas experiências com ações práticas ligadas a temas como: produção, armazenamento de forragens e manejo sanitário de animais; produção, comercialização e beneficiamento de frutas; tecnologias de convivência com o Semiárido, como sistemas de reaproveitamento de água cinza (bioágua) e biodigestores; experiências sobre sementes crioulas e bancos de sementes comunitários; foi realizado um intercâmbio para conhecer as experiências da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú¹⁷, na perspectiva de fortalecer e desenvolver ações voltadas especificamente para o público feminino (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2016).

Outro foco dessas atividades, era o manejo de Sistemas Agroflorestais com visitas a experiências consolidadas de agrofloresta, buscando aprimorar as práticas de manejo desses sistemas e compreender os desafios colocados para a família na condução dessa proposta de produção para o Semiárido. O Centro Sabiá avalia que essa estratégia traz respostas bastante positivas para a convivência com o Semiárido, no combate à desertificação e adaptação às mudanças climáticas (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2016).

¹⁷ A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú realiza várias ações no campo da mobilização das mulheres, tais como ações políticas e de ocupação de espaços na construção da democracia participativa das mulheres por meio de diversos espaços: conselhos municipais de saúde, educação e desenvolvimento sustentável; implantação de quintais produtivos agroecológicos em comunidades rurais para segurança alimentar e para comercialização do excedente; promoção de intercâmbios e troca de experiências para construção de conhecimentos nas áreas políticas, produtiva e ambiental para as mulheres; formação política para as mulheres no exercício da participação democrática e cidadã das mulheres, bem como a luta por seus direitos e combate às desigualdades de gênero (Fonte: Fundo Brasil. Disponível em: < <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-rede-de-mulheres-produtoras-do-pajeu/> >. Acessado em: 15 out 2021.

4.8.3 Oficinas

Com duração de oito horas, as oficinas eram atividades de caráter prático, com abordagens técnicas, geralmente voltadas para a potencialização da produção agroecológica na convivência com o Semiárido. Os temas eram diversos e focados na construção do conhecimento agroecológico, junto às famílias de uma só comunidade ou, eventualmente, reunindo participantes de comunidades distintas.

Apesar da presença de um/a técnico/a da equipe, responsável pela organização das oficinas, não raro, havia a participação de um/a agricultor/a com conhecimento sobre o tema, considerado como “agricultor/a experimentador/a” incubido/a de conduzir o processo formativo, baseado nos seus saberes no campo da agroecologia. As Figuras 4 e 5, trazem imagens de duas dessas oficinas realizadas.

Figura 4 - Oficina de enxertia: assentamento Chico Pereira, Carnaíba – PE



Figura 5 - Oficina para construção de viveiro de mudas: comunidade Gameleira, Itapetim – PE



Fonte: Relatórios de atividades, lançados no SIATER

“Dentro da ATER a gente alcançou muitas coisas que a gente não tinha antes, como a questão da assessoria técnica, que não tinha na comunidade, a questão das oficinas práticas, que vêm levando oportunidade aos moradores da zona rural. E hoje a gente consegue perceber na comunidade uma diferença muito grande, tanto no trato com a natureza, quanto diante de oportunidades, porque tem pessoas que colocam em prática as oficinas que receberam. Minha mãe mesmo hoje tá fabricando vinho porque aprendeu na oficina de ATER, então tem gente que tá vendendo ou o artesanato que aprendeu a fazer, tem gente que não tá mais comprando o sal que colocava pra o gado porque aprendeu a fazer, então mudou em tudo, na comunidade e na vida das pessoas”. (Depoimento de jovem agricultora da comunidade Santa Rita, Triunfo / PE, 2017d).

4.8.4 Escola Feminista

Atividade pensada especificamente para as mulheres, com formação através de um curso denominado “Escola Feminista”, merecedora de uma descrição mais cuidadosa, considerando que foi avaliada de forma bastante positiva, pelas

agricultoras, tanto ao longo dessa ação quanto na Avaliação Final, realizada no último ano do projeto (2017).

A Escola Feminista surgiu em 2007, idealizada pela Casa da Mulher do Nordeste (CMN) em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) e o Centro das Mulheres do Cabo (CMC). Sua metodologia, voltada especificamente para a formação, objetivou o empoderamento individual e coletivo das mulheres, numa perspectiva feminista. Com essa finalidade o Centro Sabiá adotou a proposta executada junto agricultoras e técnicas da sua equipe (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2017a).

A atividade foi desenvolvida no formato de curso, dividido em sete módulos de 24 horas cada um, onde foram trabalhadas as seguintes temáticas, respectivamente: História do Brasil, Economia, Sociologia, Política, Agroecologia, Feminismo e Fala Pública. Foram formadas três turmas, totalizando 80 mulheres, envolvendo representantes de comunidades participantes da Chamada de ATER Agroecologia, além das profissionais da equipe técnica do Centro Sabiá. (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2017a)

A proposta da Escola Feminista é fortalecer a auto-organização das mulheres agricultoras nas regiões onde elas vivem. Para tanto os estudos têm como base a construção coletiva de conhecimentos, a troca de saberes e experiências vivenciadas pelas mulheres. Durante a realização do curso foram trazidos debates voltados para a produção e ampliação do conhecimento na área dos direitos das mulheres, direcionados para os fortalecimentos da auto-organização das agricultoras no Sertão do Pajeú e da atuação das técnicas em suas práticas de ATER.

4.9 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO PELA EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica do Centro Sabiá, responsável pela execução do projeto no território Sertão do Pajeú, era formada por 15 pessoas, sendo 13 técnicos/as e duas da área administrativa. Esse conjunto de profissionais se encontrava, ordinariamente, uma vez a cada mês, para monitoramento das atividades realizadas durante o mês decorrido. Durante esta reunião era feito o levantamento das atividades executadas, com avaliação de avanços e dificuldades para, então, verificar a necessidade de ajustes no planejamento.

Dentre esses 13 técnicos/as, havia a pessoa responsável pela coordenação das ações e, portanto, fazia o acompanhamento das atividades em campo, monitoramento na entrega de relatórios e alimentação do Sistema Informatizado de ATER – SIATER, plataforma do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA), no qual eram inseridos relatórios escritos e fotográficos, além de gerar os atestes das atividades com a lista de presença dos/as participantes. Portanto, oficialmente, esse era o instrumento utilizado para o monitoramento e registro das atividades por parte da SAF/DATER/MDA.

Essa plataforma esteve com os dados acessíveis até meados de 2021, onde se conseguia visualizar e baixar registros da ATER Agroecologia executada no território Sertão do Pajeú. Depois desse período, o sistema permaneceu no ar, no entanto, sem a opção de acesso aos arquivos anexados, contendo relatos das atividades executadas, nem a informação sobre o serviço prestado (quantidade de atividades). O referido sistema está sob domínio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Agrário (MAPA).

O encontro para a construção dos Planejamentos Iniciais assegurou elementos relevantes para o monitoramento e a avaliação, considerando que foi constituído por uma ação coletiva, com representatividade de todas as famílias, onde os/as participantes compreenderam o que seria feito e o porquê das atividades que seriam realizadas.

Neste mesmo sentido, a construção das Caracterizações em todas as UFP exerceu função estratégica, pois a equipe técnica envolveu as famílias e se comprometeu com o que seria realizado nas suas propriedades, ao longo da realização da proposta técnica, de modo que qualquer uma delas teria condições de avaliar, propor e assumir encaminhamentos.

As atividades coletivas também tinham esse caráter, pois era um espaço onde grupos de pessoas reunidas traziam informações, impressões, avanços alcançados e desafios existentes em relação ao que foi planejado inicialmente e o que foi previsto para realizar em cada UFP, bem como coletivamente.

Nessa mesma linha, os encontros de Avaliação e Atualização do Planejamento Inicial e Avaliação Final tiveram papel fundamental, pois foram realizados de forma participativa, para avaliar e planejar ações, verificando se estas

foram realizadas, se os resultados foram alcançados e quais ajustes seriam necessários.

Aliado a tudo isso, o método do preenchimento e sistematização das fichas de ATP – Assessoria Técnica Pedagógica, instrumento que já fazia parte da cultura organizacional do Centro Sabiá, deu um suporte significativo para o monitoramento e avaliação destas ações, ao coordenador/a do projeto.

Do mesmo modo, o Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – PMA Institucional apoiou a realização desta proposta técnica, se constituindo de reuniões mensais com a participação da Coordenação Colegiada do Centro Sabiá e as coordenações dos territórios, seminário semestral de monitoramento e avaliação e o seminário anual de avaliação e planejamento. Este sistema, somado a reuniões trimestrais entre a coordenação pedagógica e a coordenação deste projeto de ATER davam suporte ao monitoramento e avaliação da execução desta proposta técnica.

CAPÍTULO 5 – FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS UTILIZADAS NA OPERACIONALIZAÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA NO PAJEÚ

Trataremos das múltiplas ferramentas, utilizadas nas diversas fases componentes da execução do projeto de ATER Agroecologia, descrevendo cada uma delas, no formato como foram aplicadas, com respaldo na fundamentação teórica existente na literatura. No decorrer das ações foram sendo realizados reajustes e adequações metodológicas, a partir das demandas das famílias agricultoras, assim como pelas mudanças de contexto no espaço temporal do projeto.

O exercício no uso dessas ferramentas foi fortalecido com aporte teórico metodológico no processo formativo dos/as profissionais da equipe técnica, realizado entre novembro de 2014 e janeiro de 2015. Assim, a metodologia de caráter participativa tem como base as orientações da chamada e também a proposta pedagógico-metodológica institucional, conforme descrito, anteriormente (seção 3.5).

Para operacionalização das atividades do projeto, tanto coletivas quanto individuais, lançou-se mão de diversas ferramentas, na perspectiva de metodologias participativas, já experimentadas e sistematizadas no âmbito da atuação do Centro Sabiá. Mesmo utilizando métodos já reconhecidos, o exercício com essas ferramentas considerou as especificidades de cada público, adequando esse instrumental de acordo com a observação de cada extensionista.

O exercício não utilizava, necessariamente, todas as ferramentas disponíveis numa mesma atividade. Essa definição partia das observações sobre os atores sociais, determinando quais seriam os instrumentos mais adequados para cada situação. A seguir traremos a descrição dessas ferramentas distribuídas pelas atividades executadas no decorrer no projeto.

5.1 “MAPA FALADO DAS COMUNIDADES”

Essa ferramenta era utilizada como recurso para o Diagnóstico Comunitário, e foi realizado em todas as comunidades assessoradas pela Chamada de ATER Agroecologia, se obtendo a visualização das narrativas dos/as participantes sobre as principais características da comunidade, destacando os recursos naturais existentes, os diversos elementos de uso do espaço, levantamento dos aspectos do bioma Caatinga, áreas de produção agrícola e de criação animal, tecnologias sociais,

fontes de água e seus acessos pelas famílias da comunidade, identificação de solos em processo de degradação assim como a presença de práticas de conservação e recuperação, entre outros (VERDEJO, 2010).

As Figuras 6 e 7, a seguir, ilustram a utilização dessa ferramenta, utilizada na realização dos diagnósticos das comunidades.

Figura 6 - “Mapa Falado” da comunidade Barreiros, município de Sertânia, como ferramenta do diagnóstico comunitário, realizado em outubro de 2014.



Figura 7 - “Mapa Falado” da comunidade Salgada, município de Calumbi, como ferramenta do diagnóstico comunitário, realizado em outubro de 2014.



Fonte: Relatórios das atividades realizadas (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2014).

Num primeiro momento, essa ferramenta despertava o debate de maneira lúdica, com os/as participantes trazendo os diversos aspectos, principalmente ligado aos recursos naturais e infraestrutura construídas, utilizando papel e pincéis/lápis de cor. Descrever essas características através de ilustração, proporcionava uma maior expressividade de questões que, em geral, não surgem a partir da oralidade, especialmente com a população rural, a qual tem aguçada objetividade, se sobrepondo à subjetividade das reflexões e raciocínios.

Para realização da atividade, geralmente, eram formados grupos, divididos de acordo com o perfil do conjunto de pessoas participantes: mulheres, homens, jovens, participantes da organização comunitária, etc. Cada grupo traçava um

desenho representativo das características da comunidade, utilizando papel e lápis de cor.

Durante esse exercício, o grupo era estimulado a trazer a percepção da comunidade sobre a participação das mulheres e jovens, de modo a permitir uma ampla expressão de opiniões, sob as variadas perspectivas, dos diferentes atores, a partir dos seus lugares, dentro da comunidade e dos agroecossistemas.

Depois dos trabalhos em grupos, os resultados eram compartilhados com o conjunto, abrindo a palavra para as considerações. Esse momento trazia a possibilidade de aprofundar questionamentos para a identificação de potencialidades e limites existentes (VERDEJO, 2010), elementos fundamentais para o planejamento de ações, na sequência da assessoria à comunidade e às famílias aí localizadas.

5.2 A FOFA – FORTALEZAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS

Alberich *et al.* (2009), descreveram esse exercício, como sendo a utilização de uma matriz onde se contextualiza a realidade da comunidade, a partir de quatro marcos para análise. Esse são expressados pelas Fortalezas e Oportunidades, sendo a primeira referente aos potenciais que estão sob a governança da comunidade e a segunda as potencialidades que podem ser aproveitadas, mas sobre os quais não se tem controle, ou seja, depende do contexto político-econômico.

Com essa mesma lógica estão as outras duas dimensões referentes às Fraquezas e Ameaças, onde a primeira está ligada aos aspectos negativos, mas possíveis de interferir para contornar e o segundo se deve evitar, mas independe da vontade direta da comunidade. No desenho da matriz essas quatro dimensões ficam posicionadas lado a lado, de modo a se visualizar e possibilitar a reflexão de suas interfaces.

Ainda segundo Alberich *et al.* (2009), convém trabalhar essa ferramenta, através de pequenos grupos e, logo a seguir, levar os resultados obtidos para uma reunião planária onde são discutidos os sentidos e a pertinência daquilo que foi levantado, se trabalhando uma construção unificada, contemplando as questões levantadas. Nesse momento de construção, na plenária, é importante chegar aos consensos, porém com o cuidado de evitar qualquer desconsideração de elementos surgidos, a menos que seja em conformidade com a opinião da maioria.

Assim era executado esse exercício, utilizado em alguns Diagnósticos Comunitários. A relação desses pontos consensuados eram expostos para a visualização de todos/as. Essa construção era utilizada, posteriormente, como subsídio para facilitar a sistematização, no momento de se planejar as ações, em atividades municipais, reunindo representantes das comunidades pertencentes aos municípios de sua localização.

Para ilustrar a prática dessa ferramenta, trazemos a seguir o resultado desse exercício (Quadro 4), realizado durante o Diagnóstico Comunitário, no assentamento Cachoeira dos Guilherme, município de Sertânia:

Quadro 4 - FOFA realizada durante Diagnóstico comunitário, no assentamento Cachoeira dos Guilherme, município de Sertânia.

<p>Fortalezas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho; - União da comunidade; - Infraestrutura; - Presença da Comissão Pastoral da Terra e do Centro Sabiá - Liberdade para todos trabalhar na terra 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Má distribuição da Infra-estrutura; - Falta da participação de todos acampados no processo de luta e busca de oportunidades; - Migração dos jovens. - Escassez de água no momento
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mercado; - Feiras agroecológicas. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atravessadores; - Concorrência com os produtos convencionais; - Insegurança com as ações do INCRA

Fonte: relatório da atividade realizada em setembro de 2014.

5.3 DINÂMICA DO SOL E DA LUA

Utilizada para contribuir no debate da divisão sexual do trabalho, essa técnica levanta a rotina no uso da mão de obra disponível na família, colocando as tarefas executadas no agroecossistema de cada familiar, no decorrer de um dia, considerando a rotina vivenciada. Esse exercício pode conter variáveis, considerando as múltiplas dinâmicas da agricultura familiar, dependendo do período do ano, onde as tarefas podem se diferenciar ao longo de um dia de trabalho.

A equipe técnica utilizou esse instrumento em duas atividades: no Diagnóstico das Comunidades, de forma mais coletiva, através de trabalhos em grupo

e nas Caracterizações das Unidades Familiares de produção (UFP), em diálogo com a família ou, em algumas situações, exclusivamente com as mulheres.

A ferramenta utiliza, geralmente, uma cartolina e pincéis coloridos, sendo dividida ao meio onde de um lado é colocado a figura de um sol e do outro da lua, simbolizando “dia” e “noite” respectivamente. Nesses dois espaços são colocados os horários de forma sequenciada e com intervalos definidos a partir das narrativas das pessoas. Nesses intervalos se escreve as tarefas executadas, não esquecendo que todas as atividades devem ser contempladas, inclusive, o trabalho doméstico.

A ênfase para o trabalho doméstico, parte da observação da autora, de que, não raro, as pessoas participantes tendem a desconsiderar, este, enquanto trabalho. É muito comum as mulheres, principais responsáveis pelo labor doméstico, falarem “eu não faço nada, só fico em casa”, sendo essa afirmativa resultante de uma construção machista, onde só o trabalho produtivo é visto como trabalho

O preenchimento era feito pelo agricultor ou agricultora, como também acontecia de se auxiliar essa pessoa na tarefa de escrever. Nos casos em que se avaliava necessário, eram utilizados desenhos com simbologia dessas tarefas, principalmente quando o(a) agricultor(a) tinha qualquer dificuldade de leitura. Ao final do preenchimento se fazia uma reflexão, individual ou coletiva, sobre o conjunto de tarefas de um dia, sua importância para a família, qual a participação de cada um(a), as responsabilidades e suas conexões com a manutenção e funcionamento do agroecossistema.

Nesse momento se fazia a reflexão sobre o trabalho doméstico, qual sua relação com a vida da família, o quanto se valoriza ou não, como se definem esses papéis, quanta mão de obra se tem disponível para realizar as tarefas exigidas para o agroecossistema garantir o sustento da família. Essa conversa exigia cautela para manter o diálogo franco, porém amigável, entre as pessoas participantes, sem provocar desconforto principalmente para as mulheres

5.4 LINHA DO TEMPO

Essa ferramenta foi empregada em diversos momentos da ação de ATER, tanto individuais quanto coletivas. A mesma consiste em se fazer um registro cronológico dos acontecimentos demarcadores ao longo da história (Figuras 8 e 9),

seja de uma família, de uma comunidade, de grupos organizados, entre outros. No caso da ATER Agroecologia, a ferramenta foi mais largamente utilizada em atividades coletivas, especialmente de Avaliação e Planejamento.

Segundo o Observatório Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible – CIMAS (2009), há muitas maneiras de fazer uma Linha do Tempo e, nesse sentido, a criatividade deve ser utilizada de modo a fazer o grupo se sentir mais protagonista. Assim, não se trata de buscar a perfeição de acordo com um manual, mas seguir as reflexões conforme o grupo vai sugerindo. Nesse ritmo, as questões colocadas por uma pessoa vão estimulando a participação proativa das demais.

Ainda segundo o CIMAS (2009), é importante escutar todas as versões, porém sem determinar se deve ser assim ou de outra forma, valendo a pena colocar interrogações onde haja divergências para, no decorrer dos debates, chegar a uma conclusão mais assertiva, podendo ser esse um dos pontos de referência para o/a moderador/a argumentar, com maior acúmulo e riqueza de percepções junto ao grupo ali reunido.

Figura 8 - Construção da Linha do Tempo das atividades realizadas entre 2014 e 2016, durante Avaliação e Atualização do Planejamento Inicial, em setembro de 2016

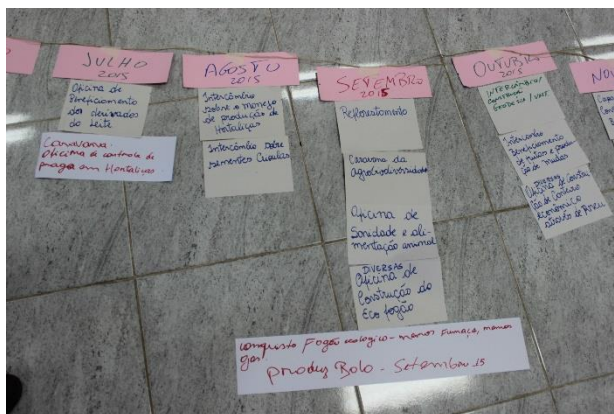
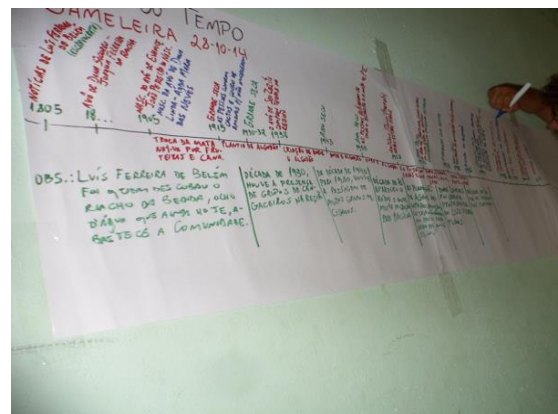


Figura 9 - . Linha do tempo da comunidade Gameleira, construída durante o diagnóstico comunitário, em outubro de 2014.



Fonte: Acervo do Centro Sabiá (2014, 2016)

Esse exercício contribuiu, portanto, para realizar resgates históricos, como fonte de informações para a construção de processos coletivos, incluindo os diagnósticos das comunidades, planejamento de atividades e processos avaliativos das mesmas, como forma de qualificar a ação desenvolvida pela equipe técnica de campo e ampliar o horizonte de reflexão do público da ATER, especialmente sobre a importância das ações do projeto em suas vidas.

5.5 CINEMA NAS COMUNIDADES

A apresentação de filmes foi uma das ferramentas utilizadas durante a ATER Agroecologia, que não estava prevista nas origens do projeto, mas foi sendo amadurecido pela equipe técnica ao longo da execução, decorrentes da observação, aprendizados e também uso da criatividade. Assim foi constituído o denominado “Cine Pajeú”, com desenho elaborado especificamente para esse processo.

O Cine Pajeú foi uma estratégia planejada para dinamizar as atividades de construção do conhecimento, especialmente com jovens rurais, As projeções eram realizadas nas associações, nas casas das famílias da comunidade e até mesmo ao ar livre, utilizando um computador, uma caixa de som e um Datashow para ampliar a imagem. Durante a seção de cinema era distribuída pipoca aos participantes, compondo o conjunto do método.

Todos os filmes projetados eram brasileiros, como forma de valorizar essa arte, fugindo do convencionalismo, ditado pelo mercado de filmes, da apresentação de filmes estrangeiros. Era também um formato para aproximação com a cultura local, a partir de obras que trouxessem uma identidade entre o filme e a comunidade local. Esses foram critérios utilizados para selecionar o título do filme a ser exibido.

Logo depois da exibição era formada uma “roda de conversa”, coordenada pelo técnico responsável e os participantes, estimulando-se o debate sobre o tema pretendido, em consonância com o filme visto. As temáticas giravam em torno dos interesses do grupo, em diálogo com a realidade da comunidade. Em algumas situações era realizada uma prática de campo, como por exemplo a implantação de Sistemas Agroflorestais, após a exibição de um documentário sobre meio ambiente.

O cinema, com efeito, não apenas representa uma realidade, mas empresta-lhe requisitos artísticos que alteram radicalmente o perfil dessa realidade, tornando-a algo outro. A linguagem do cinema evidencia que se comunicar não é apenas transmitir ideias, mas sim oferecer novas formas de ver as coisas, influenciando e/ou modificando significados e conteúdos. É preciso notar que é assim que o cinema educa: explorando múltiplas possibilidades de recepção (sentidos e afetos) e de reflexão (ideias e conceitos) a partir daquilo que é representado (OLIVEIRA, p. 326, 2018)

Mesmo não sendo uma ferramenta utilizada, convencionalmente, na ATER, a mostra de filmes rendeu resultados significativos, especialmente junto ao público jovem, motivando a participação e impactando positivamente no desenvolvimento dos

diálogos e práticas agroecológicas nas comunidades rurais envolvidas. Na primeira seção apresentada na comunidade Matolotagem, município de Flores, aguardava-se 20 pessoas e chegaram 60, exigindo a providência de mais pipoca para atender a demanda. A ferramenta foi utilizada para esse projeto, de ATER, de modo experimental, mas pelos resultados mereceria uma atenção mais aproximada de estudos a respeito. Bertino, Leite e Matias (2018), ressaltam como desdobramento dessa proposta:

(...) notórios avanços no emponderamento dos jovens envolvidos nessa ação, notadamente em relação à incidência política nas comunidades, bem como na irradiação dessas ações sobre outras juventudes. Surgiram lideranças jovens que na atualidade estão inseridas em Conselhos, Associações, Cooperativas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (BERTINO; LEITE; MATIAS, 2018, p. 4).

A utilização da arte, como ferramenta da ATER, foi empregada em outros formatos, numa aproximação com a cultura popular, dentro da lógica de que esta “é uma forma de manifestação cultural intrinsecamente relacionada ao anônimo, ao coletivo, ao espontâneo, à tradição e à oralidade” (ASSIS; NEPOMUCENO, 2008). No território Sertão do Pajeú, a arte, especialmente a poesia, estão presentes no cotidiano do povo, constituindo-se numa ferramenta potencial para a ATER, nessa perspectiva agroecológica.

Nessa linha de raciocínio, não só a arte do cinema esteve presente, mas também o teatro de rua, como veremos a seguir.

5.6 TEATRO DE RUA

A criatividade e a busca por instrumentos lúdicos, como estratégia de sensibilização, estiveram presentes ao longo da execução desse projeto. Para além dos aspectos técnicos, o Centro Sabiá permitia à sua equipe ousar por outras vias, valorizando e trazendo os vínculos com a cultura, sendo esta uma característica de forte presença no Sertão do Pajeú, especialmente representada pela poesia. Com esse raciocínio a equipe técnica criou uma peça teatral de rua, durante a Semana do Meio Ambiente, para chamar a atenção da sociedade para os impactos no uso de agrotóxicos.

Antes de mais nada, o teatro vai surpreender um público novo, com grandes probabilidades de envolver aquele que nunca vai ao teatro. Mas a mobilidade da área de representação implica a mobilidade do público. A representação pode envolver os espectadores, ser rodeada por eles, dilatar-se, contrair-se, parar ou avançar: desloca-se livremente através do espaço. (FARIAS, 2020).

A peça se chamou “O Funeral de Neném de João de Rita”, que tinha como roteiro a encenação do velório de um homem, cuja causa da morte teria sido a utilização de agrotóxicos na lavoura. O enredo e os diálogos giravam em torno do tema, chamando atenção para as consequências no uso de veneno na produção de alimentos. A encenação foi realizada na feira pública do município de Triunfo, durante a Semana do Meio Ambiente, em junho de 2015. À época o poeta e técnico do Centro Sabiá, Caio Meneses, fez uma poesia especialmente para a peça, que era recitada por ele ao final da encenação:

A água ficando pouca
 O clima ficando quente
 Veneno matando a terra
 Pasto matando nascente
 A gente já assumiu
 Que a culpa é toda da gente
 Apois vamos se juntar
 Pra ver se dá pra salvar
 O nosso meio ambiente
 (Caio Meneses, 2015)

Logo depois da encenação, a equipe técnica, que também atuava compondo o elenco, distribuía panfletos e dialogava com a população presente no espaço, num processo de sensibilização sobre os riscos do uso de agrotóxicos, especialmente para a saúde humana, colocando dados sobre essa questão no Brasil e no mundo. Essa foi uma forma encontrada para dialogar com a sociedade, utilizando uma linguagem de comunicação facilmente compreensível, atraindo a curiosidade da população para o tema.

A arte, nesse contexto da ATER, também mostrou-se como estratégia potencial, enquanto instrumento dialógico, no fortalecimento do debate da Agroecologia, seus princípios e possibilidades no tocante às transformações sociais, políticas e ambientais, nos espaços urbanos e rurais, nessa articulação campo-cidade. Tem-se, nessa circunstância, que considerar a sensibilidade e disposição da equipe

técnica, em transcender as ações meramente voltadas para os aspectos técnicos, fugindo de um padrão de ATER tecnocrático.

Não que a aplicação da técnica não seja válida, porém essa criatividade voltada para a comunicação através de estratégias lúdicas, dialogadas com a cultura e saberes locais, demonstrou ter uma capacidade de exprimir e conectar a proposta agroecológica com fluidez e leveza, utilizando uma narrativa de aproximação da linguagem e das compreensões populares.

CAPÍTULO 6 – AVALIAÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA NO SERTÃO DO PAJEÚ: DESAFIOS E POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS E OPERACIONAIS

Estava previsto inicialmente, no projeto da ATER Agroecológica, uma avaliação final após três anos de execução da Chamada, a ser realizada no Território Sertão do Pajeú, reunindo agricultores/as assessorados nesse período, que seria executada em quatro momentos distintos, como forma de reunir a maior representatividade possível desses atores sociais.

Essas Avaliações Finais tiveram como objetivo identificar os principais avanços e resultados ao longo desse período entre 2014 e 2017, de Assessoria Técnica Pedagógica, com base em indicadores de monitoramento identificados previamente nas atividades de planejamento, bem como apontar as demandas do público beneficiário para a continuidade das ações de ATER.

No ano de 2017, a partir dos aprendizados dessa execução nos territórios onde atua, o Centro Sabiá tomou a decisão de realizar um seminário estadual de Avaliação Final, reunindo os três territórios onde estava executando a ATER Agroecológica, ou seja, além do Sertão do Pajeú, participariam a Zona da Mata e o Agreste de Pernambuco. Essa definição teve como objetivo estratégico “dar visibilidade, potencializar o processo e ampliar a integração e troca de conhecimentos acumulados ao longo desse período” (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2017).

O processo metodológico dessa avaliação foi construído pela equipe do Centro Sabiá (técnica e gestora), em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, através da Professora Horasa Maria Lima da Silva Andrade, considerando percursos metodológicos adotados para a execução da ATER Agroecologia, a Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº 12/2013, o Projeto e a Política Nacional de ATER – PNATER.

O Seminário Final de Avaliação: Caminhos para a Sustentabilidade no Campo, foi realizado no período de 20 a 22 de novembro de 2017 e reuniu 95 agricultores e agricultoras do território Sertão do Pajeú. Esse grupo se somou a mais 300 participantes, entre agricultores/as dos outros territórios, técnicos/as das equipes, organizações parceiras, representações de redes e de organizações governamentais.

Anteriormente à essa atividade, foi realizada uma oficina preparatória, como pré-avaliação no território Sertão do Pajeú, com levantamento dos impactos da ATER Agroecologia junto às famílias, após o período de três anos e meio da assessoria. Para isso foi formado um grupo focal de mulheres do território, junto ao qual se utilizou a metodologia do “Rio do Tempo” (Figuras 10 e 11) adaptada do “Caderno de Metodologias, Inspirações e Experimentações na Construção do Conhecimento Agroecológico” da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia)¹⁸.

Através desta metodologia “foi resgatada a trajetória das mulheres do território e as mudanças nas relações de gênero que aconteceram, a partir do seu envolvimento com a agroecologia, oportunizada pela assessoria técnico pedagógica do Centro Sabiá (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, out 2017). Três momentos orientaram o resgate desta trajetória:

- O antes, representado pela Nascente do Rio: Como era ser mulher camponesa antes do trabalho com a agroecologia?;
- O durante, representado pelo percurso do rio: O que aconteceu? Quais processos, aprendizados e mudanças ocorreram?;
- O depois, representado por onde o rio desagua, rumo ao Oceano: Como é ser mulher hoje neste contexto da agroecologia? (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2017c)

¹⁸ O Caderno de Metodologias, Inspirações e Experimentações na Construção do Conhecimento Agroecológico, da Associação Brasileira de Agroecologia, está disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/d630d9ab58ff88e3b2b3ae1b63e95fed.pdf>.

Figura 10 - Representação do Rio da Vida, a ser preenchido pelas mulheres do grupo focal, na atividade realizada em outubro de 2017.



Fonte: Registro fotográfico da autora / Acervo do Centro Sabiá (2017)

Figura 11 - Representação do Rio da Vida, preenchido pelas mulheres do grupo focal, na atividade realizada em outubro de 2017.



Fonte: Registro fotográfico da autora / Acervo do Centro Sabiá (2017)

Os resultados gerados, a partir dessas questões norteadoras, foram sistematizados e utilizados para se construir um panorama da ATER Agroecológica, dos três territórios de Pernambuco, onde o Centro Sabiá executou essa Chamada Pública, cuja síntese foi apresentada, durante o Seminário, pela Professora Horasa Andrade.

Na fase preparatória ao Seminário de Avaliação Final, foram coletados depoimentos, em forma de carta, de agricultores e agricultoras participantes da Chamada de ATER Agroecologia, através das quais colocaram suas opiniões sobre todo o processo de 2014 até 2017. Um desses depoimentos, foi de uma agricultora do município de Itapetim, que foi reproduzido em formato de banner, exposto durante o referido Seminário (Figuras 12 e 13).

Figura 12 - Depoimento de agricultora da comunidade Gameleira, município de Itapetim, reproduzido em banner

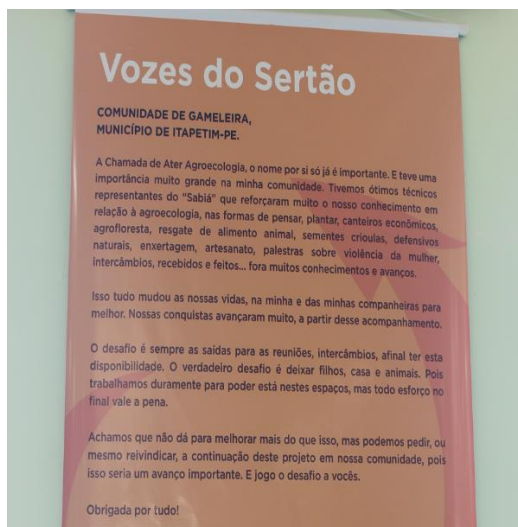
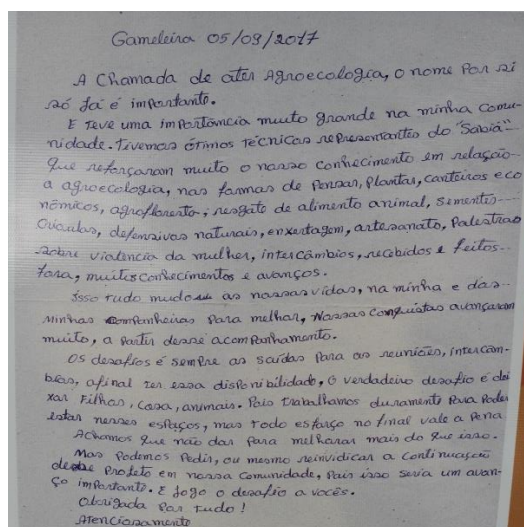


Figura 13 - Depoimento de agricultora da comunidade Gameleira, município de Itapetim.



Fonte: Registro fotográfico da autora / Acervo do Centro Sabiá (2017)

Durante o "Seminário de Avaliação Final: Caminhos para a Sustentabilidade no Campo", o processo avaliativo foi intensificado, por território, através de trabalhos em grupo, num primeiro momento do evento.

Momento I – A finalidade foi de fazer uma avaliação, por tema gerador, intencionando fazer um apanhado sobre os resultados e impactos gerados pela execução da ATER, a partir dos principais atores: agricultores e agricultoras

familiares do território Sertão do Pajeú, diretamente envolvidos nesse projeto “pioneiro”, considerando que foi a primeira experiência de ATER numa perspectiva agroecológica, nessa região do estado de Pernambuco.

Para fazer esse debate, os/as representantes do Sertão do Pajeú foram divididos em cinco subgrupos temáticos. Os temas foram definidos em atividades preparatórias, realizadas nos territórios onde o Centro Sabiá executou a ATER Agroecológica, sendo eles (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2017):

- Empoderamento das mulheres e promoção da igualdade de gênero;
- Fortalecimento da Organização das Juventudes e permanência no Campo;
- Adoção de práticas agroecológicas pelas famílias;
- Segurança Alimentar, comercialização e geração de renda;
- Convivência com o Semiárido e recuperação ambiental.

Os resultados, advindos dos subgrupos temáticos, foram organizados em tarjetas coloridas e fixados em uma mandala construída em tecido, para visualização e debate no reagrupamento dos subgrupos, consolidando e ajustando os debates temáticos (Figura 14).

Figura 14 - Mandala de tecido, com resultados do debate dos subgrupos sobre os impactos da ATER no Sertão do Pajeú



Fonte: Registro fotográfico da autora / Acervo do Centro Sabiá (2017)

Esses resultados, serviram de subsídio para os momentos II e III do seminário:

Momento II – Tratou de propostas para o futuro, na perspectiva da realização de outros processos de ATER Agroecológica, com base nas opiniões, principalmente, dos agricultores e agricultoras presentes. O Quadro 5 mostra uma síntese das sugestões e propostas de agricultores/as que participaram dessa avaliação.

Quadro 5 - Sugestões e propostas de agricultores/as participantes do Seminário Final de Avaliação – caminhos para a sustentabilidade no campo

Dimensões Debatidas	Propostas e sugestões dos/as agricultores/as
Empoderamento das mulheres e promoção da igualdade de gênero	- Menos burocracia no acesso às políticas públicas; - Precisamos de políticas públicas específicas para as mulheres.
Fortalecimento da organização das juventudes e permanência no campo	- Inserção dos jovens nos diversos espaços públicos.
Adoção de práticas agroecológicas pelas famílias	- Continuidade da ATER com abrangência de mais famílias.
Segurança alimentar, comercialização e geração de renda	- Continuação da Chamada de Ater com o foco em Agroecologia para as famílias que já estão no processo e envolver outras famílias.
Convivência com o semiárido e recuperação ambiental	- Continuação da chamada de ATER; - Universalização da ATER Agroecologia; - Transformar a ATER Agroecologia em política pública permanente.
Grupo reunindo agricultores/as participantes das cinco temáticas tratadas	- Uma ATER para mais famílias. - Universalização da ATER mais ampla, que todos participem para não acabar o que foi construído; - Assessoria técnica continuada; - Exigir a criação de uma lei de ATER municipal; - União e fortalecimento das comunidades para ampliação da assessoria aos agricultores/as; - Uma ATER permanente e continuada.

Fonte: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 2017b.

Momento III – Finalizando o seminário, foi realizada uma “Roda de Diálogo”: com depoimentos de agricultores/as atendidos/as pela Chamada de ATER Agroecologia, seguido de uma síntese da execução da ATER nos territórios de Pernambuco.

Na sequência, diversos atores institucionais presentes se posicionaram sobre a ATER Agroecológica, entre eles: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Rede ATER Nordeste, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Rede ATER Agroecologia

e Feminismo no Nordeste, Federação dos Agricultores do Estado de Pernambuco (FETAPE), Delegacia da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento em Pernambuco (SEAD), Coordenação Agroecologia e Produção Sustentável da SEAD e Coordenação Geral do Centro Sabiá, fazendo as considerações finais.

6.1 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EXECUÇÃO DA ATER AGROECOLOGIA

Nessa seção, será realizada uma discussão considerando as análises baseadas nos documentos já citados nos caminhos metodológicos, utilizados para o presente trabalho, fazendo uma triangulação com os referenciais teóricos e os objetivos da pesquisa, de natureza documental, quali quantitativa.

O Centro Sabiá, executor do projeto Caminhos para a Sustentabilidade no Semiárido Pernambucano, Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013, lançou mão da pedagogia institucional, já estruturada ao longo de sua história na assessoria a famílias agricultoras. Esta pressupõe abordagens e dimensões que dialogam com as metodologias participativas, considerando o público envolvido em cada atividade realizada, as estratégias de articulação desses atores e as metodologias para estimular uma participação proativa dos mesmos durante as atividades.

Foi reconstituído o percurso histórico e metodológico para execução do projeto, trazendo uma descrição das etapas e principais atividades desenvolvidas durante sua execução. Essa descrição revela a utilização de metodologias participativas, corroborando para processos dialógicos, sendo esse um aspecto de contraponto às metodologias difusionistas, convencionalmente utilizadas ao longo da história da ATER pública no Brasil, condicionadas ao uso de pacotes tecnológicos, desconsiderando os saberes da população local, principal público, numa ação em geral antidialógica.

Os resultados advindos dos debates sobre o projeto, gerando propostas e sugestões por parte dos agricultores e agricultoras envolvidos/as, durante o Seminário Final de Avaliação “Caminhos para a Sustentabilidade no Campo”, demonstram a aceitação e valorização da ATER Agroecologia por parte desses atores, logo podemos concluir que esta ação, realizada no período de 2014 a

2017, provocou efeitos positivos na vida dessas pessoas, considerando que as mesmas sugerem a continuidade e universalização desse formato de ATER.

Observando a diversidade de temáticas abordadas durante as atividades de Construção do Conhecimento, podemos apontar a característica transdisciplinar e holística da Agroecologia, considerando inclusive, que todas elas foram abordadas considerando a complexidade dos agroecossistemas, na sua complexidade, tanto do ponto de vista da produção quanto das relações sociais, nesse lugar de vida da família agricultora e nos espaços coletivos de incidência política e de decisão.

A abordagem dos temas, considerando o uso de tecnologias adaptadas ao Semiárido e o debate das relações sociais e políticas, são essenciais para a transição agroecológica. Estas estiveram presentes ao longo da execução do projeto aqui analisado, sendo possível observar esse aspecto, ao longo das descrições da pedagogia institucional e das atividades realizadas junto às famílias agricultoras. Os depoimentos de agricultoras e agricultores, sobre os efeitos da ATER em suas vidas, indicam resultados fortemente relacionados à proposta e fundamentos da Agroecologia, considerando a sustentabilidade ambiental, econômica e social das famílias agricultoras envolvidas nessa ação.

O processo construído ao longo da execução dessa proposta de ATER Agroecológica, no território Sertão do Pajeú, Pernambuco, tem potencial para subsidiar novos projetos que fortaleçam políticas públicas de Agroecologia, planos e programas de estado, tais como a Política e Planos Nacionais de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO e PLANAPO. Essa afirmativa parte das avaliações por parte das famílias agricultoras atendidas pelo projeto, que reiteraram a demanda por uma ATER nessa perspectiva agroecológica, lançando mão de metodologias participativas de ação junto a elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa construída, a partir dessa pesquisa documental, sistematiza um processo complexo, planejado e dialogado junto a diversos atores sociais, entre famílias agricultoras, organizações da sociedade civil, lideranças e organizações comunitárias de base, técnicos e técnicas da equipe executora da ATER Agroecologia, gestores municipais, espaços de incidência política e controle social.

O presente trabalho gerou um documento que condensa a descrição e análise desse processo, se tornando potencial instrumento para fortalecer e contribuir com as organizações públicas, da sociedade civil e movimentos sociais populares com dados sobre a execução e impactos gerados, a partir da execução do projeto de ATER no âmbito da Chamada Pública, orientada pela ATER Agroecológica.

A pesquisa aqui apresentada reúne informações da execução de uma política pública orientada para a agricultura familiar, num formato reivindicado e construído ao custo de muita luta dessa categoria. O estudo trás o percurso de uma ATER de base agroecológica, realizada ao longo de quase quatro anos e, apesar de não contemplar tudo, pois temos que fazer escolhas, é um documento com potencial de inspiração e de se tornar instrumento, principalmente para as organizações do campo popular, na construção e defesa das políticas públicas voltadas para os povos do semiárido.

Os depoimentos dos agricultores, especialmente na etapa de Avaliação Final, fortalecem a afirmativa de que a ATER numa perspectiva agroecológica, é estratégica para as populações rurais do Semiárido, tanto para pensar a convivência com essa região de maneira mais estruturada, quanto para qualificar o acesso às políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade desse seguimento.

O Centro Sabiá demonstrou, com este processo, que é possível a execução de uma ATER pública, com qualidade, apesar de oferecer assessoria técnica sem recursos para investimento nos agroecossistemas atendidos, ou seja, essa é uma ação com capacidade de gerar impactos, ainda mais consolidados, junto às famílias agricultoras.

O quantitativo médio de famílias assessoradas por técnico/a é determinante, para uma relativa fragilidade dos processos de registro das atividades. Além do Ateste, documento exigido em cada uma das atividades realizadas, sejam coletivas ou individuais, os profissionais têm no dia-a-dia outras tarefas correlatas, como o acesso ao Sistema Informativo de ATER - SIATER - para gerar atestes, preparação de conteúdos e materiais para as ações educativo-formativas, processos administrativos e elaboração de relatórios escritos e fotográficos (no caso de atividades coletivas).

É notável a assertiva em priorizar as ações, tanto gerais quanto específicas, com as mulheres agricultoras, nessa incisiva atitude institucional do Centro Sabiá, num esforço, junto à equipe técnica e às organizações parcerias no território, de valorização e articulação direcionada às agricultoras, tanto para as atividades individuais quanto coletivas.

A diversidade de abordagens temáticas e atividades práticas através de metodologias participativas, conduzidas pela equipe técnica do Centro Sabiá durante a execução da Chamada de ATER aqui tratada, traduz o diálogo com a Agroecologia na sua dimensão holística e multidisciplinar, refletindo a pedagogia institucional enquanto uma construção articulada com os saberes e cultura do território, análogos ao que defende Paulo Freire, quando traz a importância da prática extensionista enquanto educadora num processo dialógico entre técnicos/as e agricultores/as.

Mesmo sem formalização de cadastro como beneficiárias do projeto, muitas famílias participavam das atividades realizadas nas comunidades, sendo essa uma “externalidade positiva”, que reflete a potencialidade de uma ATER Agroecológica junto às famílias agricultoras, revelando a necessidade de democratização e universalização da ATER, conforme expressado durante a avaliação final desse processo.

Num processo pioneiro, o Centro Sabiá ousou desenvolver uma dinâmica inovadora para esse projeto de ATER Agroecologia, com uma característica de vanguarda, experimentando, acumulando conhecimentos e aprendizados institucionais, compartilhados com organizações parceiras do território Sertão do Pajeú e com as comunidades e famílias agricultoras envolvidas nessa empreitada. Assim, apesar da descontinuidade dessa política, em decorrência do

descompromisso por parte do estado, é notório o acolhimento e reconhecimento por parte, principalmente, das famílias agricultoras e suas organizações, de que esse projeto demarcou uma trajetória única, deixando um legado de atuação no âmbito de uma ATER pública, democrática e de práticas libertadoras, refletindo fortemente as bases agroecológicas às quais se propôs.

Apesar de haver participado, diretamente, na execução dessa Chamada de ATER Agroecologia no Sertão, revisitar o processo, lendo e analisando a documentação contendo relatos e definições institucionais, me proporcionou um aprendizado inesperado, agregando elementos impensados quando iniciei a pesquisa. A análise documental que me pareceu, inicialmente, uma metodologia pouco atrativa, com possibilidade de não agregar qualquer novidade, trouxe descobertas e tem sido determinante para um “mergulho” no tema, sendo inclusive motivador de provocações sobre essa questão, junto ao Centro Sabiá e organizações parceiras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. 2016. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ALBERICH, Tomás; ARNANZ, Luis; BASAGOITI, Manuel; BELMONTE, Roberto; BRU, Paloma; ESPINAR, Carmen; GARCÍA, Nestor; HABEGGER, Sabina; HERAS, Pedro; HERNANDEZ, Dolores; LORENZANA, Concha; MARTÍN, Pedro; MONTAÑÉS, Manuel; VILLASANTE, Tomás R.; TENZE, Alicia. **Manual de Metodologias Participativas**. CIMAS – Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible. Obra colectiva, Madri 2009.

ALTIERI, Miguel. A. **Agroecologia, Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Editorial Nordand-Comunidad. 1999, p.30

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF. 2005. 517 p.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO – ASA. **É no Semiárido que a vida pulsa**. Publicado em 12/07/2018. Disponível em:

<<https://www.asabrasil.org.br/semiarido#:~:text=Aproximadamente%2027%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros,quilombolas%20de%20todo%20o%20Brasil>>. Acessado em: 10 jan. 2021

ASSIS, Cássia Lobão; NEPOMUCENO, Cristiane Maria. **Cultura popular: o ser, o saber e o fazer do povo**. Disciplina: Estudos contemporâneos de cultura. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008.

BARBOSA, Eduardo Martins. **Crítica ao modelo atual de desenvolvimento agrícola e à transição agroecológica no Semiárido**. Anais do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Rio de Janeiro, 2002

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Título original: L'Analyse de Contenu. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, Lda. Lisboa/Portugal.

BDE – Base de Dados do Estado de Pernambuco. **Relação dos municípios, por Região de Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1>. Acessado em: 28 nov. 2021

BERTINO, Raimundo Daldenberg Pereira; LEITE, Jozias Umbelino; MATIAS, Rivaneide Ligia Almeida. **A promoção da Agroecologia pela arte no âmbito do Projeto Cine Arte das Flores**. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Jul. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017**. Diário Oficial da União – DOU: Seção 1. Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília, maio de 2004.

BRASIL. **Plano Plurianual 2012-2015: Projeto de Lei (mensagem presidencial)**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. Brasília: MP, 2011.

BRASIL. **Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista para Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste**. Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 12/2013. Brasília, outubro de 2013a

CAPORAL, Francisco Roberto. **Uma aproximación histórico-crítica a la evolución e enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el passo del paradigma dominante**. Tesis presentada como parte de los requerimientos para la obtención del grado de Doctor em Agronomía: Programa Agroecología, Campesinato e Historia. Córdoba – Espanha. 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma nova ATER pública**. Artigo com texto baseado no Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. Santa Maria (RS), janeiro, 2003. Disponível em: < <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed10.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, Ladjane de Fátima. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível** / coordenado por Francisco Roberto Caporal. – Brasília : 2009. 398 p. : il. Disponível em: < http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília, 2009. 30p. Acesso em: 11 dez. 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto. **11858 – Lei de ATER: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 6, Nº 2, Dez 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Agroecologia 6:63-74, 2012.

Disponível em: <<https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681/140551>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Caminhos para a sustentabilidade no Sertão do Pajeú de Pernambuco**. Recife/PE, 2013.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **A sistematização de experiências e o olhar das famílias agricultoras**. 2014. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2014/09/05/a-sistematizacao-de-experiencias-e-o-olhar-das-familias-agricultoras/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Dois Dedos de Prosa nº 80**. Recife/PE, julho de 2015

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Estatuto Social**. Recife, 2016a.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Caminhos para a sustentabilidade no Sertão do Pajeú de Pernambuco**. Chamada de nº 12/2013, Lote 33 (Proposta para execução do 3º ano). 2016b

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ **Dois Dedos de Prosa nº 87**. Recife/PE, março de 2017a.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Seminário Caminhos para a Sustentabilidade no Campo – Relatório de Atividade**. Novembro de 2017b.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Grupo Focal Mulheres na Agroecologia: o Projeto de ATER Agroecologia/Sistematização**. Triunfo, outubro de 2017c

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **ATER Agroecológica**. Youtube, 24 de nov. de 2017d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SGaqMWDxXjU>>. Acesso em: 07 dez. 2021

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **ATER Mulheres**. Youtube, 25 de nov. de 2017e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6Ss-u23U5s&t=13s>

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Quem somos**. 2021a. Disponível em:<<https://www.centrosabia.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ **Programas Institucionais**. 2021b. Disponível em:< <https://www.centrosabia.org.br/programas-institucionais>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CIMAS – Observatorio Internacional de Ciudadanía y Medio Ambiente Sostenible. **Metodologías Participativas – Manual**. Madri, 2009.

CONDEPE/FIDEM. **BDE – Banco de Dados do Estado**. Governo de Pernambuco, 2021. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1>. Acessado em: 10 jan. 2021

DAMBRÓS, Olivo; ARL, Valdemar. **Da extensão rural à construção social do conhecimento: um desafio para o desenvolvimento local sustentável** - 1. ed. Laranjeiras do Sul, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná; NEUMANN, Pedro Selvino. **PNATER (2004-2014): da concepção à materialização**. In: GRISA, C., SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DOU – Diário Oficial da União. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo da Superintendência do Nordeste. **Resolução Nº 115, de 23 de novembro**. DOU Nº 232, 5 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/resolucao115-23112017-delimitacaodosemiario-dou-pdf#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%20115%2C%20DE%203%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202017&text=O%20PRESIDENTE%20DO%20CONSELHO%20DELIBERATIVO,11%20e%20art>>. Acessado em: 05 jan. 2021.

FARIAS, Tânia. **Teatro de Rua – Arte Pública: juntando esperança para brincar no espaço público**. Brasil de Fato, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/12/teatro-de-rua-arte-publica-juntando-esperanca-para-brincar-no-espaco-publico>>. Acessado em: 01 out. 2021.

FEIDEN, Albert. **Agroecologia: introdução e conceitos**. In: AQUINO, A. M de; ASSIS, R. L. de. (ed.) Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. P. 50-70.

FERRAZ, Maria do Socorro. Agricultores e pecuaristas no médio São Francisco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas, v. 1, p. 31-54. Recife: Editora UFPE, 2006.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. **Extensão rural no Brasil: novos tempos**. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, v. 15(4), jul./ago. 1984

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. Edições Loyola. São Paulo, 1985.

FORTINI, Rosimere Miranda. **Um novo retrato da agricultura familiar do Semiárido nordestino brasileiro [recurso eletrônico]: a partir dos dados do censo agropecuário 2017** / Rosimere Miranda Fortini ; coordenador Marcelo José

Braga – Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2020. Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/wp-content/uploads/2020/09/Um-novo-retrato-da-agricultura-familiar.pdf>. Acessado em: 14 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GUZMÁN, E. Sevilla. **Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

GUZMÁN, E. Sevilla. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, vol. 3, n. 1, jan. / mar. 2002, p. 18-28.

IADH - Instituto de Assessoria para O Desenvolvimento Humano/GESPAR. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú**. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT / Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. 2011

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO – INSA –. **Nova delimitação expande o Semiárido até o Maranhão: 73 novos municípios foram incluídos**. Publicado em 29/11/2017. Disponível em: <<https://portal.insa.gov.br/noticias/1070-nova-delimitacao-expande-o-semiarido-ate-o%20maranhao-73-novos-municipios-foram-incluidos>>. Acessado em: 30 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Institucional**. Disponível em: <http://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>. Acesso em: 27 jan. 2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O que é? IDH**. 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28 Acesso em: 03 dez. 2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O que é? – Índice de Gini**. 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 04 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica. 2001.

KIILL, Lúcia Helena Piedade; DRUMOND, Marcos Antônio; LIMA, Paulo César Fernandes; ALBUQUERQUE, Severino Gonzaga de; OLIVEIRA, Viseldo Ribeiro de **Preservação e uso da Caatinga** / Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Semiárido. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 39 p. : il. – (ABC da Agricultura Familiar, 16).

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5 ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Filipe Augusto Xavier. **Políticas públicas de ATER e agroecologia: uma análise comparada no estado de Pernambuco**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV).ISSN 2359-5116 V.6 | N.1 | JAN. - JUN. 2017. Disponível em:< <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3335/1598>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LIMA, Marina de Sá Costa. **A Rede ATER Nordeste: participação e conflito de interesses no processo de implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**. Campinas, SP. 2018.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Flávio Adriano; NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do; ARAÚJO FILHO, José Coelho de; SILVA, Ademar Barros da. **Solos do Nordeste**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Solos, 2014

MARINHO, Cristiane Moraes; FREITAS, Helder Ribeiro. **Utilização de Metodologias Participativas nos processos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): Fundamentos teórico-práticos**. Extramuros, Petrolina, -PE, v. 3, n. 3, p. 10-28, edição especial, 2015. Disponível em:< <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/764/526>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Editora Vozes, Petrópolis. 2009. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PtUbBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=.\)+Pesquisa+Social:+Teoria,+m%C3%A9todo+e+criatividade.&ots=5P0OdnLXTO&sig=Q9CnoX9dcDHIS66maVTwaX4IHZs#v=onepage&q=.\)%20Pesquisa%20Social%3A%20Teoria%2C%20m%C3%A9todo%20e%20criatividade.&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PtUbBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=.)+Pesquisa+Social:+Teoria,+m%C3%A9todo+e+criatividade.&ots=5P0OdnLXTO&sig=Q9CnoX9dcDHIS66maVTwaX4IHZs#v=onepage&q=.)%20Pesquisa%20Social%3A%20Teoria%2C%20m%C3%A9todo%20e%20criatividade.&f=false). Acesso em: 01 dez. 2021

MONTENEGRO, A.A.A; MONTENEGRO, S.M.G.L. **Olhares sobre as políticas públicas de recursos hídricos para o semiárido**. IN: Recursos hídricos em regiões semiáridas / editores, Hans Raj Gheyi, Vital Pedro da Silva Paz, Salomão de Sousa Medeiros, Carlos de Oliveira Galvão - Campina Grande, PB: Instituto Nacional do

Semiárido, Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012, 258P

MUSSOI, Eros Marion. **Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar.** Revista Centro de Ciências Rurais, Santa Maria 15(1):37-50, 1985.

NEVES, Francisco Paiva. **Literatura de Cordel: Origens e Perspectivas Educacionais.** Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia. Fortaleza, 2018

NORDER, Luiz Antonio; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDENBURG, Alfio. **Agroecologia; Polisssemia, Pluralismo e Controvérsias.** Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XIX, n. 3, p. 1-20, jul. – set. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/GT6NdZtCChxBmQTXccc8H6y/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 2 jan. 2022.

OLIVEIRA, Roberto Carlos. **Cinepedagogia ou arte de educar pelo cinema.** Campinas, SP. 2018

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação.** Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos. Brasília, 2008.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionei-H.; LAPERRIERE, Ane; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos /** Tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção Sociologia).

RÉGIS, Ademar Azevedo. **Externalidades Positivas e o Pagamento por Serviços Ambientais: Uma promissora ferramenta de política ambiental.** Santos/SP, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/2421/2/Ademar%20Azevedo%20Regis.pdf>. Acessado em: 31 mai. 2021.

ROCHA, W. F. Situação da cobertura vegetal do bioma Caatinga. In: ANGELOTTI, F.; SÁ, I. B.; MENEZES, E. A.; Pellegrino, G. Q. (Org.). **Mudanças climáticas e desertificação no Semiárido brasileiro.** Petrolina: Embrapa Semiárido; Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2009. cap.5, p.77-94.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p. 113-154, 1997.

SENA, Liana Mara Mendes de. **Conheça e Conserve a Caatinga – O Bioma Caatinga.** Vol. 1. Fortaleza: Associação Caatinga, 2011. 54 p. Disponível em: <https://www.acaatinga.org.br/wp-content/uploads/Conhe%C3%A7a_e_Conserve_a_Caatinga-_Volume_1__O_Bioma_Caatinga.pdf> Acesso em: 27 nov. 2021.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. **Contrato 193/2013. Contrato que entre si celebram o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, objetivando a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado de Pernambuco.** 2013

SILVA, Flávio José Rocha da. **O ainda desconhecido Semiárido brasileiro.** Artigo publicado por EcoDebate, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592171-o-ainda-desconhecido-semiarido-brasileiro>>. Acessado em: 10 jan. 2021

SOUZA, Wayner Vieira de; et al. **Cem dias de COVID-19 em Pernambuco, Brasil: a epidemiologia em contexto histórico.** Cadernos de Saúde Pública – CSP. 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/45300/2/1678-4464-csp-36-11-e00228220.pdf>> Acesso em: 2 jan. 2021.

SUASSUNA, João. **Semiárido: proposta de convivência com a seca.** Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj. Abril de 2019. Disponível em: <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/artigos-joao-suassuna/9650-semi-arido-proposta-de-convivencia-com-a-seca>>. Acessado em: 10 jan. 2021

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 - **Introdução à pesquisa em ciências sociais a pesquisa qualitativa em educação** / Augusto Nivaldo Silva Triviños. São Paulo : Atlas, 1987.

TCU – Tribunal de Contas da União / Secretaria de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria. **Relatório de auditoria operacional nas ações de assistência técnica e extensão rural (ATER).** TC 016.398/2012-2. Ministro Relator: André Luiz de Carvalho. Fiscalis: 700/2012.

TCU – Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria.** TC 028.130/2017-0. Disponível em:< <https://tcu.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/564067779/relatorio-de-auditoria-ra-ra-2813020170/inteiro-teor-564067783?ref=juris-tabs>>. Acessado em: 13 fev. 2021

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/** por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010. 62 p: il.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; GASQUES, José Garcia. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário.** Brasília: IPEA, IBGE, 2020. 410 p. : il., gráfs., mapas. color. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/201201_livro_uma_jornada_pelos_contrastes_do_brasil.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO PARA CARACTERIZAÇÃO DAS UFPs

**Roteiro para Caracterização dos Agroecossistemas
(Unidades Familiares Produtivas - UFP)
- Chamadas ATER-Agroecologia -**

1. Informações sobre da UFP e o Núcleo FamiliarTitular 1

Nome:

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ CPF: _____

Titular 2 (se houver)

Nome:

Data de nascimento: ____ / ____ / ____ CPF: _____

Número da DAP:

Validade da DAP: ____ / ____ / _____

1.1 - Identificação da UFP

UF: _____ ; Município: _____ Distrito:

Nome da propriedade: _____

Comunidade: _____

Distância à sede do município (Km): _____

Distância à sede do município mais próximo(km): _____ Nome do município:

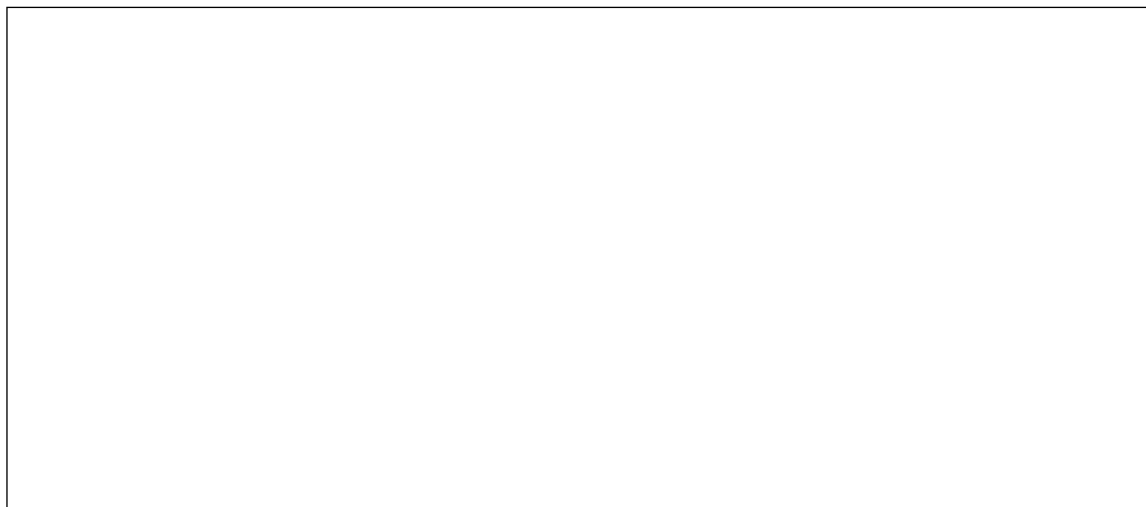
Coordenadas do estabelecimento*:

Quadrante (UTM): _____ Latitude (UTM)

_____ Longitude (UTM) _____

Altitude (metros): _____

*Considerar o ponto relacionado à residência principal no estabelecimento
ROTA DE ACESSO A PROPRIEDADE (descrever a rota e/ou elaborar um croqui):



1.2 Composição do núcleo familiar

Nº	Nome Completo	CPF	Parentesco ¹	Sexo F / M	Data Nascimento	Origem Étnica ²	Estuda? Sim (S) Não (N)	Escolari- dade ³	Vínculo ⁴ UFP	DAP accessória (marcar X)	Participou da entrevista (sim ou não)
01											
02											
03											
04											
05											
06											
07											
08											
09											
10											
11											
12											
13											
14											

DAP Acessória	
----------------------	--

¹**Parentesco** em relação aos titulares da DAP: (a) Esposo/a; (b) Filho/a; (c) Primo/a; (d) Irmão/ã; (e) Mãe; (f) Pai; (g) Avô/ó; (h) Tio/a; (i) Agregado/a; (j) Outros

²**Origem Étnica** (segundo o IBGE): (1) Brancos; (2) Pardos; (3) Pretos; (4) Povos Indígenas; (5) Amarelos

³**Escolaridade:** (a) Ensino Fundamental Completo; (b) Ensino Fundamental Incompleto; (c) Ensino Médio Completo; (d) Ensino Médio Incompleto; (e) Ensino Técnico Completo; (f) Ensino Técnico Incompleto; (g) Ensino Superior Completo; (h) Ensino Superior Incompleto; (i) Analfabeto; (j) Sem Estudo

⁴**Vínculos de moradia e trabalho com a UFP:** (1) Reside no estabelecimento e trabalha (em tempo integral ou parcial) no estabelecimento; (2) Reside no estabelecimento e trabalha fora (em tempo integral); (3) Não reside no estabelecimento e trabalha no estabelecimento; (4) Não reside nem trabalha no estabelecimento

2. Estrutura e funcionamento atual do Agroecossistema

2.1. Acesso à terra

Áreas	Formas de Acesso à terra ¹	Município	Tamanho da área (ha)
Área 1			
Área 2			
Área 3			
Área 4			
Área 5			
Área 6			
TOTAL DE ÁREA (ha)²			

¹**Forma de acesso à terra:** (1) própria, (2) posse, (3) arrendamento, (4) meação, (5) parceria, (6) cessão, (7) comodato, (8) direito de uso, (9) uso comunitário, (10) crédito fundiário (11) assentamento reforma agrária (12) outros

² Não contabilizar as áreas de uso comum

2.2. Croqui (mapa) da UFP

Orientações metodológicas no guia para entrevista de caracterização dos agroecossistemas.

2.3. Divisão dos Tempos do Trabalho Produtivo e Reprodutivo

Orientações conceituais e metodológicas no guia para entrevista de caracterização dos agroecossistemas.

Tarefas	Mulheres		Homens	
	Uso do tempo em horas (horas/semana)		Uso do tempo em horas (horas/semana)	
Trabalho associado à produção	Adultas	Jovens (>16 e <29 anos)	Adultos	Jovens (>16 e <29 anos)
Cuidado com pequenos animais				
Cuidado com animais de grande porte				
Roçado/roça				
Horta				
Quintal				
Extrativismo				
Colheita				
Artesanato				
Beneficiamento				
Comercialização				
Outras atividades				
TOTAL				
Trabalho doméstico e cuidados				

Pegar lenha				
Pegar água				
Cuidar das crianças				
Fazer comida				
Limpar a casa, lavar e passar roupa				
Outras atividades				
TOTAL				

2.4 Insumos produtivos

	Tipo de insumo	Comprado (marcar X)	Produção própria (marcar X)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			

9			
10			

2.5. Tipo de produção e destino das produções

Produto (in natura, semi processado ou processado)*	Orgânico certificado	Tipo de produção			Destino das Produções								
		Convencional	Extrativista	Agroecológico	Consumo familiar	Trocas na comunidade	Canais de Comercialização						
							Comércio eletrônico	DLA	DLAF	DLAF	DLAF	DLAF	DLAF
Macaxeira													
Farinha													

Obs.1: Estimar volumes de produção e marcar com "X" nas células correspondentes aos níveis de transformação e destinos da produção de cada produto.

Obs.2: registrar se houve perdas e o porquê.

3. Acesso a políticas públicas

3.1. Acesso a ATER

Já recebeu ATER individual ou coletiva na propriedade?	Se sim, qual a origem do serviço? ¹	Nome da prestadora de ATER

¹**Origem do Serviço:** (1) Federal; (2) Estadual; (3) Municipal; (4) Operação de crédito; (5) Particular; (6) Organização Não-governamental; (7) Outra

Obs.: considerar os diferentes tipos de ATER recebido pela família (mulher, jovem etc.) e identificar quem a recebeu

3.2. Acesso ao crédito rural

Origem do Financiamento ¹	Qual membro da família	Modalidade de acesso Custeio (C); Investimento (I)	Uso dos recursos ²

¹ **Linha de Financiamento:** (1) Pronaf (especificar a linha); (2) Outros programas públicos (especificar); (3) Fundos Rotativos; (4) Outros

² **Uso dos Recursos:** Custeio (adubos químicos, sementes, agrotóxicos, medicamentos veterinários, ração, adubos orgânicos, etc...); Investimento (detalhar equipamentos e/ou infraestruturas financiadas)

3.3. Outras políticas públicas

	PRONAF		PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
	Aposentadoria rural		PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

	Bolsa Família		PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
	Biodiesel		PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural
	Garantia Safra		PNCF – Crédito Fundiário
			CAR – Cadastro Ambiental Rural
	Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais		Programa de cisterna Primeira Água
			Programa de cisterna Segunda Água
	PROINF – Apoio e ações de infraestrutura e serviços		PRONATEC
	PGPM – Programa de Garantia de Preço Mínimo		Salário defeso
	SEAF – Seguro da Agricultura Familiar		Outras:

Obs.: Marcar um X no quadrado à esquerda

4. Síntese da Caracterização

Síntese:
Observações:

Técnico(a) responsável – Nome e Assinatura

ANEXO 2 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DE ARTIGO À REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (E-MAIL)

The image is a screenshot of an email interface. At the top, the browser address bar shows a URL from 'le.com/mail'. Below it is a search bar with the text 'Pesquisar e-mail'. The email header shows the sender as 'Joel Donazzolo' with the email address '<revistaabacontato@gmail.com>' and the recipient as 'RIVANEIDE MATIAS'. The email body contains a message of gratitude for the submission of a manuscript titled 'EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NO SERTÃO DO PAJEU: APRENDIZADOS E DESAFIOS DO CENTRO SABIÁ NA EXECUÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA ATER AGROECOLOGIA' to the 'Revista Brasileira de Agroecologia'. It provides a URL to the author dashboard and a login name 'riva'. The email is dated 'qua., 1 de dez. 19:28 (há 10 dias)'.

[RBA] Agradecimento pela submissão Caixa de entrada x

Joel Donazzolo <revistaabacontato@gmail.com>
para mim ▾ qua., 1 de dez. 19:28 (há 10 dias) ☆ ↶ ⋮

RIVANEIDE MATIAS,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA NO SERTÃO DO PAJEU: APRENDIZADOS E DESAFIOS DO CENTRO SABIÁ NA EXECUÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA ATER AGROECOLOGIA" para a revista Revista Brasileira de Agroecologia. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema disponível em:

URL do Manuscrito: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/authorDashboard/submission/23533>
Login: riva

Em caso de dúvidas, entre em contato através deste email.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Joel Donazzolo

Revista Brasileira de Agroecologia (RBA)
<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia>

ANEXO 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu Rivaneide Ligia Almeida Matias, brasileira, solteira, Agrônoma, inscrita no CPF/ MF sob o nº 426.731.944-87, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado “ATER AGROECOLÓGICA NO SERTÃO DO PAJEÚ – 2014 a 2017: Metodologia e impactos na promoção da transição agroecológica”, a que tiver acesso nas dependências dos arquivos institucionais do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não me apropriar, para mim ou para outrem, de material confidencial e/ou sigiloso de tecnologia que venha a ser disponível;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação de tecnologia, a respeito de, ou, associada com a avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

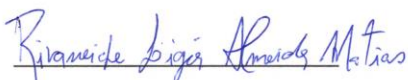
Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supra mencionada.

Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a apresentação da tecnologia “xxx”, acima mencionada.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Triunfo, 11/02/2021



Rivaneide Ligia Almeida Matias